

Práticas colaborativas com adolescentes e profissionais de equipe de saúde
sobre saúde sexual e reprodutiva

RESUMO

Pelos pressupostos construcionistas sociais, a realidade é resultado de descrições construídas conjuntamente, assim sugerimos que construir e desenvolver ações colaborativas sobre saúde sexual e reprodutiva com adolescentes e profissionais de saúde pode ter como efeitos sentidos propositivos sobre adolescência e sexualidade. Entendimentos sobre comportamentos sexuais arriscados balizam o desenvolvimento de algumas ações, portanto práticas colaborativas em grupo apostam no caráter ético de ações em saúde. A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo de construção de uma intervenção desenvolvida colaborativamente entre a pesquisadora, a equipe de profissionais de uma unidade da Estratégia Saúde da Família e adolescentes pertencentes ao território. Como objetivos específicos: a) descrever os passos envolvidos para construção e desenvolvimento de uma intervenção colaborativa com adolescentes e profissionais de saúde, destacando processos de tomadas de decisões conjuntas e o envolvimento com equipe de saúde e b) compreender os desafios e potencialidades da construção de uma intervenção colaborativa. Seu delineamento teórico-metodológico foi a pesquisa-ação, cuja proposta é a participação ativa de quem pesquisa junto com as pessoas. Utilizamos-nos da pesquisa narrativa como recurso metodológico para o processo de construção de sentidos, cujo método envolve a interpretação, compreensão e escrita sobre uma experiência. Participaram 13 adolescentes, separados em dois grupos, e nove profissionais de saúde. Como procedimentos de produção de dados, utilizamos registros de notas de campo, e transcrições de áudio na íntegra dos encontros e das conversas preparatórias. A partir da análise do material produzido, construímos narrativas referentes a dois momentos: 1) construção do processo grupal, 2) encontros em grupo com adolescentes e profissionais de saúde. Sobre o primeiro momento, as narrativas discorrem sobre o contato com campo, nomeadas: a) Cotidiano: conhecendo a Unidade Bela Vista; b) Construção: articulando redes e saberes; c) Valsinha: convidando adolescentes; d) Olhos nos olhos: conversando com adolescentes; e) Trocando em miúdos: coconstruindo a intervenção. Em grupo, elegemos conversar sobre: 1) gênero e sexualidade; 2) puberdade e infecções sexualmente transmissíveis; 3) métodos contraceptivos e de proteção; 4) filme: as melhores coisas do mundo; 5) ser pai e mãe na adolescência; 6) álcool e outras drogas e 7) escolhas e suas repercussões. Sobre o segundo momento da análise, produzimos narrativas sobre o desenvolvimento dos sete encontros, as quais têm como características a multivocalidade e a reflexividade. Concluímos, com base na análise, sobre a construção conjunta da intervenção grupal como um processo artesanal, lento e respeitoso. Seus ganhos mais diretos são confiança e corresponsabilidade para o processo grupal. Dificuldades encontradas no processo grupal foram possibilitar o acolhimento das diferenças de opiniões para as tomadas de decisões, bem como abandonos do grupo, e limites das Práticas Colaborativas. Ganhos de seu uso podem ser listados: desenvolvimento de uma pesquisa-ação, com postura colaborativa; coerência o princípio da integralidade; investimento na comunicação com adolescentes como caminho para a promoção de saúde nas práticas sexuais.

Palavras-chave: Adolescentes. Construcionismo Social. Pesquisa-ação. Pesquisa Feminista. Saúde Sexual e Reprodutiva.

Parte I

linhas de uma trama: inspiração

1.1 O contexto da saúde para proposições de ações sobre saúde sexual e reprodutiva com adolescentes

De antemão, apresentamo-nos como psicólogas e pesquisadoras interessadas e localizadas em debates sociais, críticos e feministas para a construção de conhecimentos em pesquisa psicológica. Esse é um tema que atravessa toda essa tese, mas que tem o debate aprofundado no item 1.3. *Investigação psicológica feminista construcionista social*, no qual discorremos tanto a respeito de um histórico epistemológico feminista, quanto sobre a epistemologia construcionista social, apontando interfaces que nos interessam para fins dessa pesquisa.

Nesta seção, temos o interesse tanto de apresentar porque é importante trabalhar com adolescentes sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva, como porque adotar uma abordagem colaborativa é importante, justamente por considerar a sua amplitude para o campo relacional.

Assim sendo, temos o interesse de elucidar discussões relacionadas à sexualidade de forma a circunscrevê-la como constituinte da subjetividade e identidade das pessoas, e a respeitar a complexidade que a temática evoca. As concepções mais genéricas a respeito da adolescência e sobre as características das pessoas que passam por ela em geral embasam ações pautadas em uma ciência “sexológica”, presentes nos mais diversos contextos.

É um discurso difundido nas escolas, nas mídias e políticas públicas, sendo que algumas pesquisas criticam suas metodologias baseadas exclusivamente em aspectos biológicos, com metodologia informativa baseada no medo e muitas vezes estigmatizante (Moscheta, Santos, McNamee & Santos, 2014; Paiva, 2008; Pinto & Nogueira, 2008). Tais compreensões sobre o tema fazem valer um conhecimento sobre “sexualidade” e “adolescência” que normatiza os corpos e provoca marginalizações.

Conceição Nogueira (2001, p. 149) sensibilizada pelas autoras Rachel Hare-Mustin e Jeanne Marecek (1994), sugere que o construcionismo social possibilita alguns questionamentos à temática:

Como é que o gênero é produzido e sustentado pelos agentes humanos em interação uns com os outros? Por meio de que estruturas institucionais, práticas sociais e representações culturais, códigos linguísticos e padrões de inter-relação social o gênero torna-se um fato social? Quando é que determinada definição de gênero exerce um mecanismo de controle social? Por que é que só algumas definições de gênero são incorporadas à nossa identidade? O que leva os indivíduos a resistirem a determinadas definições de gênero em circunstâncias particulares?

Ao compreender que a lógica das possibilidades de gênero, desejo, corpo e suas terminologias são *inteligibilidades culturais*, o construcionismo social caminha para o entendimento de que pessoas que não pertencentes à heteronormatividade fogem das possibilidades lógicas de uma determinada sociedade e cultura e são, portanto, não legitimadas. Assim, buscamos questionar quais são os discursos dominantes e seus efeitos possíveis ao significarmos a diversidade sexual como, por exemplo, um “transtorno”.

Assim, Conceição Nogueira, Luisa Saavedra e Cecília Costa (2008) sugerem a importância de contextualizar diversas categorias sociais ao se trabalhar a sexualidade, especialmente o gênero, visto os diversos discursos de poder que atravessam essa categoria. Aprofundar-se em como se estruturam desigualdades de gênero, levaria profissionais a atuar de forma ética e compromissada com discursos que legitimam diretamente as vivências de jovens, mesmo que sejam discursos aparentemente “empoderadores” (como a já alcançada suposta igualdade sexual entre os gêneros).

É importante problematizar a difusão de determinados discursos dominantes vestidos como verdades únicas, de caráter essencialista e ainda endossados pelas mídias, sobretudo quando aliados a produções científicas tecnicistas, prestigiadas pelo método. Tais discursos impactam diretamente as práticas profissionais e entendimentos que os e as adolescentes têm sobre as vivências em sexualidade. A partir da análise de alguns estudos, percebemos a relação entre os discursos de adolescentes (Nogueira, Saavedra, & Costa, 2008; Saavedra, Nogueira, & Magalhães, 2010) e de profissionais (Bellenzani, Santos, & Paiva, 2012; Ferrari, Thomson, & Melchior, 2006; Melo & Coelho, 2011; Sampaio, Santos, Paixão, & Torres, 2010) acerca do entendimento de que adolescentes, em geral, desenvolvem uma sexualidade de risco.

Esta concepção de comportamentos sexuais arriscados baliza o desenvolvimento de algumas ações com adolescentes, o que significa que, em sua maioria, são intervenções focadas na prevenção de doenças e gravidez precoce (sugerindo maior responsabilidade

às garotas) e poucas vezes pensadas em como se poderia viver a sexualidade de maneira prazerosa e saudável (Macedo & Conceição, 2012, 2015; Moscheta, McNamee, & Santos, 2017).

Sustentar tais discursos leva, dentre diversas consequências, à dificuldade em ultrapassar padrões esperados aos diferentes gêneros, e também ao próprio processo culpabilizante de comportamentos de meninas. A “liberdade” sexual das meninas é ainda tensionada pelos discursos contraditórios entre emancipar do rótulo de “boa moça”, e vivenciar rótulos pejorativamente libertinos (Nogueira, Saavedra, & Costa, 2008).

Isso posto, torna-se crucial desenvolver ações baseadas em questões contextualizadas e definidas como significativas pelas pessoas envolvidas na ação. O olhar construcionista social nos oferece também elementos que nos auxiliam ultrapassar a concepção da adolescência como um período de crise em si, com começo, meio e fim, terminando na fase adulta e sendo permeada pelas questões sexuais geralmente de risco. Significa, portanto, compreender como as pessoas vivem e experienciam suas próprias sexualidades e como diferentes questões sociais interferem em suas concepções (Nogueira, Saavedra, & Costa, 2008).

Portanto, dialogamos diretamente com profissionais da saúde que estão em contato com esta população, especialmente pela descrição do processo de construção dessa pesquisa. Buscamos oferecer subsídios que não se resumem singularmente à estrutura da intervenção, senão, sobretudo, pelo destaque à postura colaborativa de construção de ação, possível por meio da criação de vínculo com as pessoas envolvidas – adolescentes e profissionais. A colaboração, nesse caso, é condição essencial para a proposição de ações coletivas, a partir da ótica da integralidade.

Ainda, somos impulsionadas a nos posicionarmos como profissionais da saúde, baseadas na psicologia social da saúde, o que nos inclina a refletir sobre a responsabilidade ética e política da psicologia neste campo, particularmente em desenvolvimento de ações. A psicologia social, ao se filiar à saúde, segundo Celiane Camargo-Borges e Carmem Lúcia Cardoso (2005), contribui para ações mais democráticas, não culpabilizantes. Assim, potencializam a integralidade, considerando, para prática, as pessoas em suas relações e circunscritas em seu contexto social, econômico, político, sem desconsiderar suas categorias de classe, raça, mais especificamente em nosso caso, de gênero.

No cenário de saúde brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi regularizado em 1990 por meio da lei 8.080, em formato descentralizado, setorizado e hierarquizado.

Seu desenvolvimento se dá na legitimação de práticas voltadas à prevenção e promoção de saúde, organizadas nos diferentes níveis de atenção: primário, secundário e terciário (Brasil, 1990). A Atenção Primária à Saúde (APS) é compreendida como um conjunto de ações que são desenvolvidas com o propósito de convidar as pessoas a terem acesso ao SUS, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades Saúde da Família (USF), por exemplo (Brasil, 2012b).

Dentre as políticas do SUS, a Estratégia Saúde da Família (ESF) é a principal forma de intervenção da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (Brasil, 2012b). A PNAB propõe um contato próximo com a população por meio da descentralização da saúde e se orienta pelos princípios da universalidade, acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização, equidade e participação social (Brasil, 2012b).

A proposta da ESF é romper com a ideia tradicional de saúde entendida como ausência de doença e o uso das unidades de saúde exclusivamente para tratamentos paliativos e curativos. Dessa maneira, entende-se saúde a partir de determinantes sociais, singulares e territoriais, para as quais são fomentadas práticas voltadas para a promoção de saúde e bem-estar das pessoas como um todo, envolvendo suas relações sociais. Para tanto, as equipes são configuradas de maneiras multiprofissional e interdisciplinar, favorecendo ações de compreensão da pessoa em contexto, e atuam em territórios específicos com um número definido de famílias, propondo ações contextualizadas às realidades locais, em alternativa à tradição hospitalocêntrica de saúde (Couto, Schimith, & Dalbello-Araujo, 2013).

O conceito da integralidade é princípio e diretriz do SUS que diz respeito tanto a: ampliação da visão a respeito da saúde; consideração de quem usa os serviços (usuários e usuárias) como pertencentes a vários espaços; desenvolvimento do trabalho em equipe; e modificações na produção do cuidado, de acordo com as necessidades e demandas das pessoas em suas dimensões diversas. Portanto, espera-se que as ações desenvolvidas nesse contexto busquem se embasar no conceito da integralidade, ampliando as possibilidades das pessoas a promoverem e potencializarem sua própria saúde, estabelecendo redes de apoio para ações conjuntas (Costa, Zeitoune, Queiroz, Gómez García, & García, 2015).

Nesse cenário, o princípio de integridade do SUS refere-se a três aspectos fundamentais, que são: o entendimento das pessoas como seres integrais, considerando as relações, as histórias e o território onde vivem; a relação entre os níveis de cuidado, ou

seja, a promoção, prevenção, reabilitação e cura; e, por fim, ao movimento de articulação das ações e serviços de saúde, e possibilidade de acesso às redes de cuidado (Furtado & Carvalho, 2015).

É válido mencionar que o debate acerca da compreensão de território é aqui por nós acessada. Segundo Candida Dantas, Magda Dimenstein, Jáder Ferreira Leite, João Paulo Macedo e Victor Hugo Belamiro (2020), no campo da saúde, compreender os sistemas de saúde em relação ao território é politizar as ações. Assim, territorializar o cuidado é buscar também compreender como as pessoas fazem uso dos espaços geográficos, mas não exclusivamente em seu aspecto físico, mas também mapear atores e atrizes líderes, característica da comunidade, família, questões de saúde e economia, entre outras, em formatos de serviços em rede.

Da mesma forma, José Ricardo Ayres et al. (2012) sugerem a importância de se ultrapassar a lógica de prestação de serviços clínicos baseados em “queixa-conduta”, que muitas vezes respondem aos modelos convencionais de saúde. Para tanto, sensibilizam sobre a importância de se trabalhar de maneira acolhedora, embora indiquem que tais ações ainda requerem estudos, atenção, interesse e investimentos tanto por profissionais, quanto pela gestão dos serviços, para que sejam realmente eficazes e integrais. E assim, entendem que a equipe precisa se reorganizar em termos de prioridades, gestão de tempo, organização de demandas e tomadas de decisões conjuntas para o desenvolvimento de ações coletivas e interdisciplinares, em contrapartida à fragmentação das especialidades e verticalização das ações.

Com um modelo de atenção voltado para integralidade, a ESF se fundamenta na qualidade dos vínculos entre profissionais e população atendida, buscando acolhimento para essa, bem como atua de forma conjunta e corresponsável no processo de cuidado da saúde. Assim, segundo Camargo-Borges e Cardoso (2005), há um destaque para a micropolítica dos processos de trabalho, que envolvem as relações das pessoas envolvidas neste território. Tal afirmação quer dizer, mais pragmaticamente, que as posturas profissionais, outrora baseadas no tecnicismo biomédico, são reformuladas visando à incorporação de outros saberes, em formatos coletivos para a construção de cuidados.

De acordo com Ayres et al. (2012) o princípio da integralidade pode ser fundamental para o desenvolvimento de ações voltadas para adolescentes nos serviços de saúde. Assim, se discute como persistem desafios que se referem à proposição de ações para este público, porque na relação entre profissionais e adolescentes ainda se assumem

posturas normativas e lineares, desrespeitando o caráter integral que merecem o planejamento e desenvolvimento de práticas com adolescentes.

Ademais, na mesma pesquisa, há indicações de alguns caminhos que podem ser tomados como vias de considerar os múltiplos aspectos da adolescência em relação à complexidade a que se propõe a APS. Portanto, ressalta-se que a adolescência não se resume a um grupo homogêneo, embora socialmente específico, e, nesse sentido, diferem-se em idade, em condições socioeconômicas (materiais, classe), raça, gênero, orientação sexual, funcionalidade do corpo, estado civil, parentalidade, escolaridade, trabalhistas, entre outras. Tais condições compõem um emaranhado complexo e singular, que, se levadas em consideração para o desenvolvimento de ações, têm mais chances de se construir ações voltadas à pluralidade e diversidade (Ayres et al., 2012).

Ainda, apresentam caminhos para a prática integral à saúde de adolescentes na APS, quais sejam:

o aperfeiçoamento de espaços e mecanismos de escuta atenta e livre de preconceitos e condenação moral das necessidades de saúde de indivíduos e populações; o exercício ativo da inter e transdisciplinaridade, bem como da gestão democrática e participativa no cotidiano do trabalho das equipes – com discussão de projetos de cuidado, por exemplo; o estabelecimento de vínculos sólidos entre usuários e profissionais, por meio da garantia do sigilo profissional e da oferta de locais acolhedores; o trabalho em grupo com metodologias problematizadoras, que propiciem, a partir das vivências dos sujeitos, as análises de situações e as construções de respostas possíveis em relação às necessidades de saúde; o registro sistemático das atividades e seu acesso/uso compartilhado por todos os profissionais e nas diversas atividades do serviço; as atividades de formação permanente de usuários e profissionais sobre o SUS, seus objetivos e seus princípios; os trabalhos em rede, formais e informais, com outros serviços de saúde e equipamentos sociais e comunitários (Ayres et al., 2012, p. 79).

Vera Paiva, José Ricardo Ayres e Ivan França Jr. (2004), em revisão crítica de programas de intervenção realizados na América Latina a respeito de educação sexual e cuidados em saúde para jovens, citam algumas características em comum a respeito da maioria de trabalhos que são desenvolvidos com este público. Destacam como profissionais compartilham mais suas próprias experiências e noções sobre a temática para informar jovens, que saberes baseados em conhecimento técnico; ao mesmo tempo, os que têm treinamentos técnicos, acabam reproduzindo intervenções de métodos existentes. Tais iniciativas raramente contam com noções sociais, culturais e políticas

sobre sexualidade, negligenciando conversas sobre sexualidade de jovens e relações entre pessoas do mesmo sexo e gênero, por exemplo. Na análise proposta, foi percebido ainda que são procrastinados conteúdos socioculturais, como vulnerabilidade social, econômica e política, violências estruturais, normas de gênero e desiguais acessos a serviços de saúde.

A autora e os autores sugerem o que podem vir a ser intervenções sensíveis com esse público: a) aquelas construídas conjuntamente, com métodos e estratégias plurais de intervenção; b) nas quais entendimentos sobre “adolescência” e promoção de saúde nas práticas sexuais saudáveis podem ser construídos em diálogo; c) desenvolvidas de maneira atenta e alerta para a promoção de direitos; d) voltadas para o contexto onde estão inseridas; e) que buscam criar condições e possibilidades para que adolescentes saibam de seus direitos, acesso a informações, serviços e métodos contraceptivos; f) atentas para as condições específicas de adolescentes participantes, ou seja, se vão à escola, consomem produtos e mídia jovem e como usam de estratégias de proteção e escolhas relativas à sexualidade (Paiva, Ayres, & França, 2004).

Optamos por fazer essa breve apresentação focando nas transformações da lógica da saúde coletiva brasileira considerando que esse é um espaço potente para desenvolvimento de ações que visem a transformações sociais. Também objetivamos nos apresentar como envolvidas em sua estrutura e manutenção, descrevendo-nos como agentes de mudança social, motivadas por uma postura de estranhamento ao que é posto como verdade única e absoluta, buscando direcionamento ao contínuo movimento entre desconstruções e proposições criativas (Cadoná & Scarparo, 2015).

Assim, apresentaremos como trabalhar com sexualidade de adolescentes implica abordar como o advento do HIV/Aids influenciou historicamente esse campo, trazendo aspectos políticos pertinentes e ainda atuais para o debate com a literatura. Posteriormente, destacamos ações desenvolvidas conjuntamente com adolescentes sobre sexualidade, atravessadas pelas questões de gêneros.

1.1.1 Motivações e justificativa para a escolha territorial

Ponto pertinente no imediato contato com estudos de ações sobre sexualidade com adolescentes é o conteúdo desses estudos guardar relação com medidas preventivas de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/Aids. Tais ações são mediadas pela

preocupação em torno da sexualidade de adolescentes, sendo essa interpretada como fator de risco para infecções. O que encontramos é robusto material científico implicado no direcionamento de medidas para diminuir esses números ou evitar que cresçam. Portanto, o advento da Aids parece ter influenciado significativamente nos caminhos que as intervenções passaram a tomar.

Tal afirmativa é endossada por Paiva, Ayres e França (2004), uma vez que a propagação do vírus e os sintomas da sua infecção estimularam conversas sobre saúde sexual, incluindo o interesse da comunidade científica, passando a ser tema de alerta de ações preventivas nos serviços e políticas de saúde; também modificou o conteúdo pragmático dos treinamentos de profissionais, o que era antes relativo à fisiologia, anatomia e sistemas reprodutores, passou a conter tópicos como ISTs, HIV/Aids, gravidez e contracepção.

Dessa maneira falar sobre sexualidade, sobretudo incentivar promoção de saúde nas práticas sexuais (de jovens, de adolescentes meninas e entre pessoas do mesmo sexo e gênero), foi tema, ainda que envolto pela recorrente dificuldade de ser abordado, tensionado e de alguma forma motivado, por conta da urgência de se fazer conviver com tal vírus. Portanto, foram propostas medidas preventivas e ações promotoras de qualidade de vida para pessoas infectadas, também para evitar a infecção.

A necessidade de lidar com a epidemia de uma infecção supostamente incurável desafiou a ciência moderna e os tabus de uma sociedade que, não sem incômodos, passou a trabalhar questões sobre sexualidade de forma cotidiana, em diferentes espaços. Seguramente ações com objetivos manifestos de prevenção de infecções sexuais tiveram importância significativas, que juntas a políticas públicas foram capazes de influenciar positivamente na diminuição e controle de infecções de HIV no Brasil, na década final do século passado e na inicial deste (Paiva, Ayres, & França, 2004).

Outrossim, são várias as ações sobre sexualidade com jovens e adolescentes que trabalham de forma central a prevenção das IST e HIV. Muitas destas pesquisas apresentam como objetivo avaliar os efeitos de intervenções com intuítos preventivos. Em comum, os autores e autoras de algumas pesquisas basearam suas intervenções em aspecto exclusivamente biológico sobre a sexualidade, de maneira informativa (Aarons et al., 2000; Austrian & Muthengi, 2014; Bechara, Gontijo, Medeiro, & Facundes, 2013; Edmeades, Lantos, & Mekuria, 2016; Gontijo et al., 2016; Hollander, 2015; Kott, 2011; Lou, Wang, Shen, & Gao, 2004; Maia, Eidt, Terra, & Maia, 2012; Marcell, Allan, Clay, Watson, & Sonenstein, 2013; Mason-Jones, Mathews, & Flisher, 2011; Mbizvo et al.,

1997; Melhado, 2010; Minnis et al., 2014; Mkumbo et al., 2009; Mukoma et al., 2009; Oman, Vesely, Green, Fluhr, & Williams, 2016; Sánchez Medina, Enríquez Negrete, & Robles Montijo, 2016; Sieving et al., 2014; Silva et al., 2002; Stephanie & Ferguson, 1998; Stephenson et al., 2004). Com temas definidos previamente e algumas variações conforme o grupo, unanimemente as intervenções tocaram em conteúdos sobre métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez da adolescência.

Ademais, em alguns desses estudos são reproduzidas intervenções que pertencem a projetos maiores voltadas à prevenção de gravidez na adolescência e informações sobre métodos contraceptivos, como *Camp Horizon* (Edmeades et al., 2016), *RIPPLE* (Stephenson et al., 2004), *Prime Time* (Sieving et al., 2014), *Yo Puedo* (Minnis et al., 2014) e *PTC* (Oman et al., 2016). Poucos apresentam etapas de incorporação de outros temas de acordo com necessidade das e dos adolescentes (Silva et al., 2002), relatam sobre etapas de treinamento de facilitadores e facilitadoras das intervenções sobre os temas sobre sexualidade adolescente (Lou et al., 2004; Mkumbo et al., 2009; Stephenson et al., 2004), ou ainda apresentam todo o mapeamento da intervenção até chegar a sua implementação (Mkumbo et al., 2009).

A partir dessa descrição, percebemos que há vários estudos sendo desenvolvidos a respeito de práticas sobre sexualidade com adolescentes. Contudo, sua maioria ainda parece ser proposta por meio de modelos informativos, o que significa para nós que apresentam algumas limitações. Percebemos alguns entraves conceituais, uma vez que recaem em percepções e reproduções reducionistas sobre o que é adolescência e sexualidade; bem como metodológicas, pois não oferecem visibilidade para o processo de construção das intervenções por elas descritas.

A difusão de discursos sensacionalistas a respeito do HIV/Aids, que se traduzem quase que exclusivamente em imagens impactantes da pessoa infectada hospitalizada e muito magra, de informações “manchetes” sobre a ausência da cura, bem como sobre a inevitável e iminente morte são alguns dos provocadores dos estigmas sociais que impactam nos processos de socialização das pessoas infectadas. Compreensões presentes sobretudo nos anos iniciais, mas ainda se apresenta como realidade no imaginário social. Estas construções sociais a respeito de como elas vivem têm influência direta nas construções das narrativas que jovens criam sobre si (Souza & Kind, 2017), bem como na interdição de suas práticas cotidianas prazerosas e saudáveis, face ao caráter “fatal” da doença (Ayres, 2004; Rasera & Japur, 2003).

Pragmaticamente, para além da difusão de discursos preconceituosos e estigmatizantes, não parece ser efetivo trabalhar apenas com base em métodos de transmissão de informações para lidar com os casos de infecção, visto seus números ainda expressivos e em crescimento na última década. De acordo com o relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Un aids) publicado em julho de 2019, os novos índices de pessoas infectadas pelo vírus aumentaram em 21% desde 2010, sendo à altura 44 mil pessoas infectadas, e na última medição, em 2018, eram 53 mil (Un aids, 2019).

Por conseguinte, aumentou também o número de pessoas vivendo com o vírus, sendo em 2010, 670 mil e em 2018, 900 mil. Esse aumento reflete nos dados da América Latina, que, sem contar o Brasil, alcançaria um declínio de 5%, nas novas infecções, mas com os dados brasileiros, reflete um aumento de 7% no período de 2010 a 2018 (Un aids, 2019).

Paralelamente, temos vivido regressos consideráveis no âmbito de políticas públicas e ações que tratam sobre sexualidade no Brasil. Abordaremos com mais detalhes estas questões que se estendem a proposição desta pesquisa como um todo, no item 1.4. *Gênero como processo relacional*. É pertinente estar em alerta para as consequências de discursos moralistas e fundamentalistas para estes números, como exemplo, a divulgação de suposta “ideologia de gênero” (Prado & Correa, 2018) e a proibição do ensino de sexualidade nas escolas (Paiva & Silva, 2015).

Esse movimento de retomada – ou *backlash* – e as reações dos movimentos conservadores, influenciam na viabilidade e proposição de ações que versam sobre sexualidade para adolescentes. Uma direta consequência é o (re)crescente número de pessoas jovens infectadas por HIV nos últimos anos. Segundo Vera Paiva, em palestra na FAPESP *Week France* em novembro de 2019, o grupo de jovens está entre os mais vulneráveis globalmente, sendo que há mais de 2 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos infectadas pelo vírus, e a cada semana aparecem 6 mil novos casos de infecções por HIV entre adolescentes (Ziegler, 2019).

Mesmo sendo altas taxas comparadas em esferas globais e latinas, os números das taxas de detecção de HIV/Aids no Brasil, segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2019), de dezembro de 2019, configuram um decréscimo de 16,8% desde 2012, passando de 21,4 para 17,8 pessoas a cada 100 mil habitantes, em 2018. Ainda de acordo com o Boletim, no que se refere às descrições do perfil da

população brasileira, as infecções são mais prevalentes em grupos socialmente vulneráveis:

- Sexo: Prevalência masculina, sendo que 69% dos casos são em homens;
- Idade: Maioria jovem, sendo que 52,7% encontra-se na faixa etária de 20 a 34 anos;
- Raça: 49,7% dos casos entre pessoas pretas e pardas (48,1% homens negros e pardos e 53,6% mulheres negras e pardas);
- Sexualidade: baseado em casos de exposição por sexualidade entre os homens, 51,3% são cis homossexuais ou bissexuais¹; entre as mulheres, a predominância são as cis heterossexuais, sendo elas 86,5%.

Esses dados são particularmente pertinentes por apresentarem quais são os perfis vulneráveis e negligenciados, alvos de uma infecção muitas vezes manejada por práticas preventivas contraproducentes, baseadas em preconceitos e tabus. Ou seja, são dados que revelam a relação da infecção do vírus como uma resposta às desigualdades sociais, econômicas, de gênero e sexuais (Rasera & Issa, 2007). O que se percebe é que quando há maior desrespeito aos direitos humanos, maiores as chances de adoecimentos, o que é traduzido pelo aumento dos números de infecções no Brasil. Portanto, é pertinente a distribuição igualitária de programas e serviços para promoção da saúde das pessoas (Paiva, 2013). Esses dados provocam inquietações a respeito dos motivos pelos quais os números de pessoas de grupos vulneráveis não têm diminuído desde sua epidemia, e sobre como podemos atuar com seus efeitos.

Como já pontuamos, Ayres et. al (2012) e Paiva, Ayres e França (2004) sugerem alguns caminhos para que as intervenções possam trabalhar de forma mais integral com a população, especialmente sobre esta temática no campo da saúde. Da mesma forma, há no relatório da Unaid's a sugestão de que os esforços para trabalhar com os números de pessoas infectadas por HIV devem ser coletivos. Assim, a junção dos governos e comunidades pode alcançar sucesso das ações, especialmente se estas se focarem nas pessoas e não nas doenças, de forma que políticas e programas sejam desenhados com as comunidades, respondendo aos modos como as pessoas vivem suas vidas (Unaid's, 2019). Estas afirmações embasam a fala da diretora executiva da organização Gunilla Carlsson na apresentação do relatório (Unaid's, 2019, p. 3):

¹ Nota-se que no referido Boletim há menção apenas às orientações sexuais “heterossexuais” e “homossexuais/bissexuais”. Adicionalmente, não são citadas pessoas transsexuais, nem travestis, sendo o termo “cis” empregado propositadamente por nós.

para mim, a resposta à Aids é sobre pessoas – as mulheres jovens que não sabem como mantê-las livres do HIV, o homem que não irá ou não consegue procurar cuidados de saúde, a pessoa transgênera que é discriminada e as centenas de milhares de pessoas que morrem todos os anos, mesmo sendo o HIV prevenível e tratável.

Ainda no relatório, há alertas sobre a recorrente inviabilidade de mulheres e sobre a dificuldade de pessoas jovens fazerem escolhas saudáveis no que se refere à sua saúde sexual e reprodutiva, a quem essa é negada frequentemente. Dados de um cenário em que uma a cada três mulheres já viveram alguma forma de violência física ou sexual e de que as infecções de HIV são 60% maiores em mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) que homens da mesma idade endossam tal afirmativa. Ou seja, as desigualdades de gênero, que culminam em violência contra mulheres, também influenciam os maiores índices de HIV nesta população, em panorama mundial (Unaid, 2019).

A associação cada vez mais explícita de questões morais na política, atribuindo a decisões políticas aspectos religiosos dogmáticos e fundamentalistas, agiram diretamente em currículos de ações diversas acerca da sexualidade. Vera Paiva e Valéria Silva (2015) citam algumas ações da bancada evangélica e religiosa fundamentalista desde 2013², como a eliminação de menções a “gênero”, “diversidade” e “sexualidade” dos planos educacionais municipais, ou a proposição para redefinir homossexualidade como doença, como contribuintes para a diminuição de ações educativas, o uso de camisinhas e o aumento de infecções por HIV em jovens infectados.

Então, a relação da psicologia aos serviços de saúde deve ser pensada de forma articulada aos demais serviços públicos como educação e assistência, bem como às concepções dos direitos humanos. A esse respeito, é previsto na Resolução de maio de 2012 para Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, especialmente para os princípios para transformação social, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, bem como a laicidade do Estado (Brasil, 2012a).

Tais diretrizes são orientadoras para promover espaços politizados, reflexivos e críticos acerca das condições de pessoas agentes e sujeitos de suas ações, pelas concepções de cidadania. Segundo Paiva (2002), podem ser espaços com objetivos de

² A respeito das cruzadas antigênero ler dossiê de Prado e Correa (2018)

compartilhar vivências, dificuldades em lidar com os estigmas sociais, em formatos abertos e possíveis para descrever desejos e reconstruir identidades positivas. Também podem ser momentos, nos quais, junto com familiares e profissionais, sejam criados vínculos de solidariedade para soluções de problemas.

Outros exemplos dessas práticas, citados na literatura, são espaços de conversas coletivas, que visem a explorar estratégias alternativas para as vivências e relações com a HIV/Aids. Podem ser grupos de apoio abertos para pessoas infectadas em serviços de saúde (Rasera & Japur, 2003); grupos de adesão reflexivos entre profissionais, pacientes e cuidadoras e cuidadores (Pérsico & Figueiredo, 2008), ou ONG que oferecem serviços para cuidado e prevenção do HIV/Aids (Rasera & Issa, 2007), nas quais sejam identificadas questões pertinentes que possam contribuir ou dificultar as vivências individuais com o diagnóstico, como as questões de gênero (Rasera, Vieira, & Japur, 2004). Diferentes propostas encontradas na literatura que visam potencializar a saúde mental dessas pessoas, face a diminuição dos efeitos dos estigmas sociais relativos a esse diagnóstico.

Paiva (2013) acrescenta argumentos relevantes a esse debate em sua revisão de literatura sobre o uso ético e político do termo *psicossocial* a respeito das práticas integrais nos serviços de saúde e assistência brasileiros. A responsabilidade de lidar com as consequências da Aids clamou pela transformação das práticas e os entendimentos de vários fatores psicossociais, como interações sociais, relações de poder e dos direitos humanos. A visão da relação intrínseca entre o político e programático possibilitou construir atuações em contextos vulneráveis, pelo entendimento revolucionário do quadro de compreensão da saúde pela lógica da vulnerabilidade e dos direitos humanos.

Conforme será abordado a respeito de maneiras alternativas de propor práticas em grupo com posturas colaborativas, o entendimento ético de saúde como resultado de atuações políticas, sociais e contextuais busca romper com a lógica da culpabilização das pessoas. Para tanto, desencoraja práticas interventivas baseadas em métodos, técnicas e receitas feitos para pessoas “genéricas”. Paralelamente, é tido como princípio que saúde, proteção e promoção de direito das pessoas são responsabilidades da sociedade como um todo (Paiva, 2013). Percebe-se o caráter necessariamente colaborativo entre a *expertise* de profissionais e a experiência de usuários e usuárias dos serviços, pessoas estas capazes de construir narrativas sobre suas vidas, baseadas na garantia dos seus direitos humanos. Assim são incentivadas práticas éticas e específicas de cuidado.

O reconhecimento de serviços públicos como potentes para ações colaborativas capazes de superar a reprodução do *status quo* é um ato político e de resistência. Ações no contexto da saúde ao se pautarem na Estratégia Saúde da Família condizem com esse fazer político, fortalecendo espaços de promoção de saúde, garantia de direitos sexuais e reprodutivos e contribuindo para processos de autonomia e emancipação das pessoas, que são entendidas como protagonistas das suas histórias, das suas práticas cotidianas e das suas vidas em formatos de relações sociais (Macedo & Conceição, 2012).

Então nos deparamos com uma relevância social e científica que essa temática evoca, sobretudo na atualidade. Por um lado, coadunamos com um profundo interesse em desenvolver ações sensibilizadoras e orientadoras para promoção de saúde nas práticas sexuais de adolescentes, ao mesmo tempo em que buscamos trabalhar de maneira crítica para evitar argumentações reducionistas ou simplistas tanto sobre adolescência, quanto sobre sexualidade. Em outras palavras, entendemos que as pesquisas sobre saúde sexual e reprodutiva de adolescentes se implicam em duas direções (bastante convergentes): a primeira ética e política de promoção de saúde, compartilhando objetivos de evitar o crescimento do número de infecções entre jovens e adolescentes; a segunda também ética e política de fazer ciência engajada, coerente com debates epistemológicos sobre processos de construção de conhecimento, na busca de apresentar alternativas aos modos convencionais (seja no processo e/ou conteúdo) de trabalhar com sexualidade de adolescentes.

1.2 Desenvolvimento de ações sobre saúde sexual e reprodutiva com adolescentes

Após apresentação sobre os impactos diretos do HIV/Aids para a formulação de ações sobre sexualidade e saúde reprodutiva com adolescentes, buscamos descrever pesquisas que apresentam detalhes dos processos de construção e envolvimento de adolescentes em suas ações sobre a temática. Tal apresentação fomenta debate sobre outras formas de contar sobre a participação e envolvimento de adolescentes em ação, com destaque ao seu envolvimento, responsabilidade e protagonismo.

Em processo de busca desta literatura, nos deparamos com pesquisas que tratam a respeito da dificuldade de se conversar a respeito de saúde sexual e reprodutiva com adolescentes e jovens e como este cenário se apresenta nos resultados de algumas pesquisas. Estas condições são refletidas tanto na percepção de que conversas sobre

sexualidade entre jovens são mais fáceis quando acontecem virtualmente (Yeo & Chu, 2017), bem como nos conteúdos de caráter moralista em *sites* para jovens sobre a temática (Davis, Shoveller, Oliffe, & Gilbert, 2012) e em materiais didáticos (Macintyre, Montero Vega, & Sagbakken, 2015). Nessas pesquisas, é destacada a influência do moralismo religioso e das desigualdades de gênero no cerne de tais conteúdos, reproduzindo entendimentos, por exemplo, de que meninas devem se comportar de forma a protegerem sua reputação.

Debates sobre esses efeitos também estão presentes na pesquisa de Erica Nelson, Alexander Edmonds, Marcos Ballesteros, Diana Soto e Octavio Rodriguez (2014), que contam em sua etnografia pela América Latina como espaços de grupos para conversas podem fazer com que novas dinâmicas sociais emerjam. Nesse estudo, foi apresentado como as pessoas não estão acostumadas a se engajar em diálogos abertos sobre saúde sexual e reprodutiva. Tal situação gera contradições e dificuldades para trabalhar com normas morais nesse campo. Ademais, os autores e autoras desta pesquisa afirmam que abrir vias de comunicação pela confiança entre adolescentes e adultos parece ser a chave para promoção de saúde nas práticas sexuais de adolescentes.

Muitos aspectos têm influenciado para que as práticas de diálogo sejam restritas e dificultadas. Defendemos a potência do diálogo em transformar relações e criar sentidos sobre pessoas, práticas e mundos. Isto posto, nos interessa saber como pesquisadores e pesquisadoras têm se esforçado para a viabilização de espaços dialógicos, na superação de tabus, preconceitos e estigmas relativos à sexualidade de adolescentes. Assim, descreveremos brevemente algumas pesquisas desenvolvidas com tal público e temática, buscando ilustrar diferentes e criativos métodos eleitos, que podem ser substancialmente interessantes para que se criem entendimentos alternativos a respeito de adolescentes e seus sentidos sobre sexualidade.

Em algumas pesquisas, são sugeridas maneiras de lidar com tais entraves nas conversas, especificamente no que se refere à metodologia adotada. Wilson Silva et al. (2002), por exemplo, se inspiraram em Paulo Freire para guiar suas práticas colaborativas com adolescentes, envolvendo questionários para compreender os entendimentos prévios sobre saúde sexual e reprodutiva, além de favorecerem o protagonismo das e dos adolescentes na construção e desenvolvimento da intervenção.

A proposta de construção conjunta da intervenção também foi levada a cabo por Desmondo Ajoko, Kabiru Salami e William Brieger (2003). Nesse estudo, foi proposto que adolescentes construíssem um material didático sobre educação em saúde. Para

compreensão das etapas da pesquisa, houve a participação e separação de alunas, alunos e professoras em três grupos distintos, sendo que um deles (de alunas e alunos) ficou responsável por desenvolver o material – cujo conteúdo sobre saúde sexual e reprodutiva foi eleito por votação entre esse grupo, justificado por demandas escolares percebidas por elas e eles – e o segundo (de alunas e alunos) e o terceiro (de professoras) em testar, treinar e avaliar o conteúdo para posterior inclusão ao cotidiano escolar. Ademais, o grupo de alunas e alunos que apenas receberam o conteúdo posteriormente foi contatado para dar devolutivas sobre seu conteúdo e o primeiro grupo, que esteve à frente no processo de construção do material, debateu, em grupo focal, como foi participar destas etapas.

Da mesma maneira, o trabalho de Ayres et al. (2003) buscou envolver centralmente adolescentes na construção e desenvolvimento de uma ação preventiva, buscando a redução da vulnerabilidade ao HIV/Aids. O processo de construção da intervenção envolveu tanto alunas e alunos protagonizando a escolha e desenvolvimento das ações, quanto percepções amplas sobre o contexto, sobre a comunidade onde se encontra a escola e de possibilidade de articulação destas ações com o programa pedagógico. O principal resultado desse trabalho foi a criação de um grupo para que o conhecimento sobre a temática fosse multiplicado, o que ultrapassou momentos formais relacionados à intervenção e favoreceu o desenvolvimento de rede informal de comunicação entre a comunidade escolar. É reflexão nessa pesquisa a possibilidade de maior efetividade de intervenções que trabalham com questões de vulnerabilidade que pela lógica informação-comportamento. Portanto, sugere-se a importância de se considerar aspectos sociais complexos, de suscetibilidade coletiva, de maneiras interdisciplinares e intersetoriais de abordar temáticas com determinados grupos.

A criação de espaços possíveis para o protagonismo de jovens e adolescentes se liga diretamente aos pressupostos epistemológicos da construção conjunta de saberes e conhecimento, bem como da valorização desses múltiplos saberes. A esse respeito, torna-se um desafio importante de ser trabalhado a participação de grupos *a priori* divergentes, a fim de possibilitar espaços efetivamente possíveis de diálogo, garantindo a prática ética da pesquisa social.

Nesse sentido, Paiva et al. (2010) propuseram que adolescentes do sexo masculino e líderes religiosos pudessem compartilhar espaços de conversas a respeito de prevenção de HIV/Aids. Os adolescentes participantes desta pesquisa puderam conversar com os líderes religiosos para compreender o que estes últimos pensam sobre sexualidade de adolescentes, prevenção da Aids e direitos humanos, bem como para apresentar suas

impressões sobre as mesmas temáticas. Não somente a estrutura dessa intervenção, como também as metodologias utilizadas durante os estágios foram de caráter colaborativo. Como um exemplo, foi utilizada uma dinâmica cujo objetivo foi coconstruir cenas que viabilizassem a emergência, pelos participantes, de narrativas do cotidiano a respeito de temas como gravidez na adolescência, conforme se experiencia nas comunidades, ou o impacto de normas para as vivências de iniciação sexual.

O interesse em que pessoas provenientes de esferas distintas dividam espaços e dialoguem avança para desconstrução de estereótipos e preconceitos. Em atividades como essas, por exemplo, há a possibilidade de desfazer ideias generalizantes e simplistas a respeito das pessoas e seus entendimentos, então, podem ser criados sentidos situados, portanto mais justos sobre as pessoas e suas práticas. Ainda, há uma dimensão de afetação, que se refere tanto aos impactos traduzidos em implicação em processos significativos de mudança, quanto às questões afetivas que podem ser vivenciadas decorrentes de dinâmicas como essas. Seguramente a temática a respeito de afetos e vínculo é um fator que diferencia em muito dos métodos de transmissão de informação.

Quando questões sociais e políticas compõem as investigações, percebemos esforços criativos para se aproximar com a necessidade de jovens e adolescentes, favorecendo formatos colaborativos de prática. Esse destaque é fundamental, pois ao encontro do que Ayres et al. (2012) postulam, tais pesquisas registram a heterogeneidade do grupo adolescente, que varia conforme o contexto.

1.2.1 Motivações e justificativa para a escolha da atuação com adolescentes

Ao tomar o grupo de adolescentes como amplo e diverso, ressaltamos como os diferentes contextos fazem emergir – por conta das interações sociais entre pessoas e entre pessoas e instituições – repertórios distintos para diferentes formas de ação. Esta afirmação nos leva, por exemplo, à importância de apresentar estudos com representação diversa de contextos e países. O contato com pesquisas nos ofereceu ilustrações da especificidade da vivência da sexualidade de alguns e algumas adolescentes, em termos situados e circunscritos nos contextos políticos mais amplos.

Desse modo, nos deparamos com literatura de distintos lugares, em que pesquisadores e pesquisadoras se interessaram em explorar opiniões de adolescentes provenientes de contextos específicos e distintos, como estudantes rurais da Nova

Zelândia (Hillier, Harrison, & Warr, 1998), meninas de diferentes classes econômicas vivendo em Las Vegas (Dentith, 2004), jovens que se utilizam de serviços de saúde públicos na Inglaterra (Hayter & Harrison, 2008), jovens que vivem no Paquistão (Hasnain, Johansson, Mogren, & Krantz, 2012), ou jovens brasileiros em situação carcerária (Nascimento, Uziel, & Hernández, 2018).

Vale ressaltar, no entanto, que mesmo tendo sido pesquisados contextos diferentes e até distantes geograficamente (e, portanto, politicamente), ao se tratar de uma temática comum, qual seja a sexualidade de adolescentes, bem como por estarem ligadas a enquadramentos críticos dos entendimentos sobre sexualidade, estas pesquisas apresentam pontos em comum. Embora vivemos em locais diferentes, compartilhamos de algumas questões estruturais, que refletem em fenômenos sociais cotidianos, como diferenças de poder, sendo destacadas de forma específica as desigualdades de poder entre homens e mulheres.

O enquadramento da nossa pesquisa como feminista construcionista social, bem como a própria condição de feministas das autoras desta tese, nos chama atenção como as pesquisas a seguir descritas trazem em seu debate sobre sexualidade de adolescentes, o atravessamento das questões de gênero.

Lynne Hillier, Lyn Harrison e Deborah Warr (1998) destacam os obstáculos que vivem as meninas de contextos rurais da Nova Zelândia em lidar cotidiana e intimamente com promoção de saúde para práticas sexuais, como carregar consigo camisinhas e negociar seu uso com parceiros, que já são desafios por si, mas também se ligam à iminência e receio de “manchar reputação”. Distinções nos caminhos que meninas e meninos abordam para explicar questões sobre sexualidade também aparecem na pesquisa de Mark Hayter e Christina Harrison (2008), na qual meninas inglesas exploram as dificuldades em lidar com situações constrangedoras e agressivas em relacionamentos íntimos.

Meninas paquistanesas também relatam sobre as barreiras culturais e *status* mais baixos vivenciados por mulheres, quando o assunto é perspectiva de vida e de futuro. Na pesquisa de Syed Farid-ul-Hasnain, Eva Johanson, Ingrid Mogren e Gunilla Krantz (2012), as meninas elucidam como as diferenças de gênero, por exemplo, a educação que recebem para serem “boas” mulheres casadas e as tarefas que devem exercer nesse “ofício”, são entraves para vislumbrar o futuro que gostariam de ter.

Já Audrey Dentith (2004) busca debater um assunto bastante complexo que é ser mulher em Las Vegas, onde a indústria do sexo fortemente presente na cidade produz

entendimentos sobre prostituição como liberdade ou escravidão feminina. Tais discursos são presentificados nos sentidos produzidos por estas participantes, que ora valorizavam o contexto como um mercado que as mulheres escolhem livremente para poderem sobreviver, ora reforçam discursos de objetificação, alimentando megaproduções do corpo feminino. A pesquisadora debate com as adolescentes assuntos sobre as vicissitudes de um suposto feminismo emancipatório, variando entre tensões dos discursos libertários do sexo e o reforço das práticas patriarcais que sustentam a subordinação feminina.

Adolescentes espanhóis também relataram sobre a distinção em como meninos e meninas percebem questões de gênero, sendo que somente as meninas participantes do estudo de Guadalupe García (2018) percebem as desigualdades de gênero, enquanto para os meninos, essas passam despercebidas. Já os adolescentes meninos brasileiros da pesquisa de Anna Vasconcelos et al. (2016) percebem as diferenças e parecem concordar com sua existência e permanência. Eles dizem notar os espaços múltiplos nos quais as mulheres ocupam atualmente, para além da maternidade e casamento, contudo expressam seus entendimentos de que elas ainda devem estar em categorias de menor valoração no mercado de trabalho. Também exemplificam características estereotipadas e do senso comum, tanto do feminino e masculino, quanto em relação à diversidade (p.e. homossexualidade feminina melhor aceita que masculina). Ainda, assim como os adolescentes brasileiros participantes da pesquisa de Marcos Nascimento, Anna Uziel e Jimena Hernández (2018), entendem que sua virilidade será provada no nascimento de filhos, ilustrando impressões que têm adolescentes brasileiros sobre o que é “ser homem” e sua necessidade de comprovação.

Percebemos que estas pesquisas se ancoram no debate de gênero ao tratar sobre as vivências de adolescentes acerca de sua sexualidade, seja porque quem desenvolveu a pesquisa buscava previamente trabalhar este assunto nas ações sobre sexualidade, seja porque adolescentes conjunta e espontaneamente abordaram a temática, tornando-se relevante no processo de produção de informação das pesquisas. Desta maneira, as pesquisas apresentadas relatam sobre conversas em grupos, nas quais adolescentes puderam expressar mais livremente sua sexualidade, em contextos plurais transformadores. Ao mesmo tempo, percebemos certa homogeneidade nos entendimentos destas e destes adolescentes, no que diz respeito às possibilidades de ultrapassar ou não discursos hegemônicos do senso comum acerca das diferenças de gênero, revelando e denunciando estruturas patriarcais as quais estamos todas submetidas, o que atua sobremaneira nas dificuldades práticas em romper com esses discursos.

Nota-se também que, ao se proporem a centralizar jovens e adolescentes no desenvolvimento destas ações, destacando suas falas e discursos em seus artigos, as pesquisadoras e os pesquisadores se posicionam ética e politicamente. Este engajamento se dá tanto no que diz respeito à consideração ao que estas e estes jovens e adolescentes têm a dizer, portanto, revelando a ênfase no que essas próprias pessoas sabem acerca de sua própria sexualidade, quanto à recusa deliberada em adotar metodologias muitas vezes encontradas na literatura, baseadas no processo de transmissão de informação, sobretudo mensagens normativas vestidas de medo e perigo, que buscam mudanças de “comportamento de risco”. Com desenvolvimentos locais, situados no contexto e na expressão das e dos adolescentes e jovens, as autoras e os autores não buscaram apresentar dados generalizáveis e de validade universais, mas sugerem e alimentam construções circunscritas em determinado território, com um grupo de adolescentes e jovens específico.

Essas considerações nos parecem fundamentais no processo de construção de intervenções, justamente porque nos diz sobre alternativas de planejá-las e desenvolvê-las. Ou seja, estas intervenções enfatizam o protagonismo das e dos jovens e adolescentes, e promovem espaços seguros para que digam o que têm a dizer, então apresentam ganhos na inserção e envolvimento dessas pessoas como participantes. Foram proposições construídas artesanalmente, focadas nas particularidades do contexto, e sensíveis às relações entre os grupos e dispositivos de poder. Acreditamos que estas produções motivam e destacam possibilidades de criação de espaços dialógicos com adolescentes, buscando entender e evidenciar suas compreensões sobre sexualidade, suas necessidades e a qualidade de produções às quais têm acesso.

Além disso, descrevem seus objetivos de forma a utilizar palavras que dão conotação de expandir criações conjuntas, como por exemplo, *explorar significados/ percepções/ expectativas/ opiniões/ construções/ sentidos* de adolescentes. Dessa maneira, as pesquisadoras e os pesquisadores parecem deslocar-se da condição de quem irá informar e então buscar avaliar a efetividade dessa informação, mas situam-se na condição de quem pode construir novos entendimentos junto com jovens e adolescentes. Da mesma forma, as descrições que buscam explorar versam a respeito do que pensam jovens e adolescentes sobre *sexo seguro/ relacionamentos sexuais/ papéis de gênero/ saúde sexual e reprodutiva/ masculinidades/ identidades sexuais*.

Por isso, mais que objetivar que jovens e adolescentes atrasem seu engajamento em práticas sexuais, a fim de evitar gravidez na adolescência, o que seria, sobretudo,

entender que sexualidade se reduz a intercurso sexual heterossexual, acreditamos que pesquisas que objetivam conhecer as opiniões das e dos adolescentes favorecem concepções de saúde sexual e reprodutiva a como elas e eles entendem sua sexualidade, suas identidades sexuais, e seus relativos atravessamentos sociais, como cultura local, classe, gênero, raça, em busca de verificar quais as possibilidades de se pensar e debater sexualidade.

Considerar as atuações possíveis influenciadas pela difusão de resultados de pesquisas também é fator importante e relevante para nossos entendimentos. O que significa que as produções citadas, envolvidas em apresentar diferentes concepções sobre a adolescência, favorecem caminhos alternativos para o próprio grupo de adolescentes.

A esse respeito, Jeffrey Juris e Geoffrey Pleyers (2009) analisam grupos emergentes de jovens relacionados com alterativismo e apresentam suas características em comum, mesmo que difundidos por diferentes partes do mundo, com destaque aos países latinos. Tais grupos atuam de forma política muito semelhante, seja no modo colaborativo de propor encontros ou na pauta politizada suprapartidária. Com influências feministas e ambientalistas, tais jovens não respondem às concepções apáticas e inertes a seu respeito, e vêm se organizando para dar visibilidade a conflitos abafados. Compõem grupos ao mesmo tempo autônomos e difusos, descentralizados, políticos, proativos, em construção ativa de valores, discursos e práticas em comum. Lutam por causas sociais amplas com base na diversidade, nas organizações horizontais e menos hierárquicas e na criatividade, tendo a *internet* como principal fonte de difusão das causas e conexão entre si, possibilitando tomadas de decisões em âmbitos transnacionais.

No que diz respeito ao nosso país, adolescentes têm protagonizado transformações sociais importantes, com agendas educacionais, pautadas em questões de classe, raça e igualdades entre os gêneros. Documentários recentes abordam estas questões, como é o caso dos documentários independentes *#Resistência* e *Espero tua (re)volta*, ambos com direção de Elisa Capai (2017; 2019), e *Lute como uma menina*, de Flávio Colombini e Beatriz Alonso (2016). Registros que marcam e ilustram a luta incansável de adolescentes que vivem no Brasil, em busca de condições dignas de ser e estar.

Estas considerações nos sensibilizam para buscar por estudos nos quais pesquisadores e pesquisadoras demonstrem interesse em estudar práticas em grupo com adolescentes, a respeito de temas que envolvem saúde sexual e reprodutiva. Somos também instigadas a buscar por pesquisas nas quais se reconheça a importância de aspectos sociais, sem recair em argumentos culpabilizantes, senão, em apresentar

propostas metodológicas capazes de considerar adolescentes protagonistas e conscientes de suas vidas.

Portanto, nosso interesse foi o de buscar elementos na literatura sobre como construir intervenções em grupo com jovens e adolescentes, e buscar por alternativas de como não reproduzir conteúdo preconceituoso sobre adolescência e sexualidade. Especialmente por considerarmos as práticas em grupo como importantes ferramentas de produção de democracia em saúde, apresentando como finalidade as trocas decorrentes dos encontros entre as pessoas e seus mundos.

Entendendo que há desafios diversos na proposição de trabalhos com adolescentes sobre sexualidade, sobretudo de forma integral nos serviços de saúde, e considerando a temática de maneira ampla e crítica, nos questionamos sobre a potencialidade de posturas colaborativas que sejam capazes de superar ou minimizar alguns desses desafios. Portanto, com a intenção de construir uma intervenção coerente com a epistemologia que assumimos, bem como com nossa própria maneira de nos posicionarmos em relação às pessoas e às temáticas de interesse deste estudo, nos interessa encontrar embasamento em estudos sobre discussões epistemológicas, reconhecendo a importância social de circunscrevê-la ao trabalhar a temática da saúde sexual e reprodutiva com adolescentes.

1.3 Investigação psicológica feminista construcionista social: desafios epistemológicos

Afirmar-nos em campos críticos na proposição da investigação psicológica, especificamente pela epistemologia construcionista social, sobretudo se tratando de temática sobre sexualidade, nos levou a aproximações com a pesquisa feminista. Adentrar neste mundo de pesquisa requereu também nosso envolvimento com seus debates incansáveis sobre o campo acadêmico de uma forma geral, bem como as constantes reconsiderações internas sobre o que vem a ser a pesquisa feminista e sua atuação política. Para este capítulo, nos propusemos a apresentar relações entre investigações relacionais e feministas pós-modernas, especialmente no que se refere ao debate epistemológico.

De antemão, vale ressaltar que se trata de um texto acadêmico e sua narrativa é substancialmente marcada pelo seu debate, com alguns apontamentos que se referem a movimentos sociais. Escrever é um trabalho minucioso e delicado e a escolha de uma trajetória, mesmo que não linear, mas complexa, não deixa de renunciar a componentes

que também constroem a história do feminismo pós-moderno acadêmico na psicologia social. Desta maneira, adotamos a perspectiva de que a academia também é composta de tal diversidade de saberes, capaz de oferecer um bordado ético, politizado, com rigor e coerência científicos.

Paralelamente, esta seção tem como objetivo argumentar em favor da expansão do vocabulário do que é ciência. Entendemos que há um limite que cerceia o seu entendimento. Nossa intenção, portanto, não está em discordar da relevância de qualquer tipo de produção de conhecimento, mas sim em apresentar formatos alternativos, tanto epistemológicos, quanto metodológicos. Acreditamos que realidades plurais são provocadas por conhecimentos diversos, feitos por perguntas múltiplas, então apresentadas de forma a respeitar a complexidade do que “é” fazer ciência.

Esta seção apresenta e sustenta argumentos baseados no histórico das produções científicas feministas (em justaposição às ondas feministas) e nas características da investigação relacional. Finalmente, apresentamos nosso enquadramento epistemológico inspiradas em Mary Gergen (2001). A autora apresenta aproximações entre o construcionismo social e o feminismo pós-moderno, convidando à psicologia feminista como ciência construcionista social, convergência que denominamos aqui como pesquisa feminista construcionista social.

O interesse epistemológico é quase inerente à emergência destas abordagens científicas (feministas e construcionistas sociais), justamente porque lhes importa como e quais conhecimentos estão sendo construídos a respeito das pessoas e do mundo. Para ambas propostas de investigação, ao construirmos determinados conhecimentos, podemos sublinhar relações, favorecendo ou desfavorecendo determinadas atuações no mundo cotidiano. Portanto, a principal contribuição em termos de produção de conhecimento é a apresentação de formatos de pesquisas emancipatórios cujos conhecimentos apresentados sejam caminhos para sociedades mais plurais e diversas (M. Gergen, 2001).

Embora estes primeiros parágrafos deem alguma impressão de uniformidade seja pelos *interesses*, seja pelo grupo de *mulheres* ou ainda por *feminismo*, neste capítulo daremos ênfase ao que tem sido o grande debate nas investigações feministas pós-modernas, que é justamente sua não-uniformidade. Investigadoras têm sublinhado as distintas necessidades que os diversos grupos de mulheres têm, considerando lutas específicas por conta de diferentes históricos de opressão. Entendemos que a impressão de que há um grupo de mulheres genérico e uniforme, em termos de interesses e estéticas,

inevitavelmente reproduz relações de opressão, ao promover a sobreposição de interesses de umas sobre outras.

A fim de ilustrarmos como movimentos feministas podem ter reproduzido opressões e também seus caminhos mais contemporâneos de superação desse *status*, seguiremos uma linha argumentativa que apresenta relações entre epistemologias escolhidas por tais movimentos e a fase em que suas lutas políticas se encontravam. Tal articulação se justifica na interrelação entre a ciência, movimentos sociais e culturais, e suas transformações. Assim, mudanças epistemológicas respondem às influências de movimentos sociais, da mesma forma que resiste a elas, revelando desafios de ultrapassar imposições hegemônicas (Bandeira, 2008).

Nessa apresentação nos apoiaremos em alguns movimentos feministas políticos e sociais, como as *ondas* feministas, e tão logo já marcamos um equívoco: tais identificações, especialmente os dois primeiros momentos, como será descrito, são baseadas em lutas de mulheres que ganharam evidência, ou seja, mulheres que puderam estabelecer relações com instituições legitimadas, como a ciência, por exemplo. Grupo de mulheres que estiveram sempre à margem (transexuais, negras, indígenas, quilombolas, mulheres com diversidade funcional, prostitutas, entre tantas outras) não estiveram incluídas nestes primeiros debates.

Como exemplo, destacamos que, embora a Primeira Onda feminista (bastante conhecida como o movimento das Sufragistas, pela legitimidade do voto feminino) seja um movimento importante e legítimo, refletimos sobre as possibilidades e constrangimentos que as ordens sociais impõem para que avancemos ao que é o estabelecido pelo *status quo*. Ademais, faz-nos questionar o papel da academia na sustentação de determinados discursos, e na problematização de quem são as pessoas, conteúdos e métodos considerados, por excelência, dignos de estarem em seu cerne.

M. Gergen (2001) e Conceição Nogueira (2017) trazem o debate epistemológico proposto por Sandra Harding, quando esta autora apresenta um histórico da pesquisa feminista, dividido em três momentos distintos: o feminismo empiricista, o ponto de vista feminista (*standpoint feminism*) e o feminismo pós-moderno. A primeira etapa deste histórico, por assim dizer, tem influência direta do Iluminismo, da ciência moderna, dos meios de produção fordista, das ideias liberais que fundamentam a base da sociedade democrática na qual vivemos atualmente.

Este momento criou e espalhou entendimentos de que individualmente temos a habilidade de acumularmos conhecimentos, ao mesmo tempo de que há apenas um modo

de fazer ciência (convencionalmente empírico, quantitativo, replicável e generalizante), sendo este o supostamente a única maneira de produção de entendimentos sobre o mundo e os modos de conduzir a vida. É neste cenário que nascem muitas formas de fazer ciência, inclusive a psicologia, compactuando com os fundamentos da modernidade criados pela hegemonia masculina, branca e burguesa.

As primeiras feministas cientistas do século XX se esforçaram em ganhar espaço na produção de conhecimento, que se traduzia em apresentar àquela comunidade científica suas capacidades tão habilidosas quanto a dos homens. Para tanto, o momento pedia, obrigatoriamente, pela proposição de um fazer científico calcado no empirismo, à altura, entendido como a única maneira de fazer ciência verdadeira (M. Gergen, 2001).

Mesmo que atuando de forma “*menstream*” (ou seja, de forma hegemônica e masculinamente difundida), as cientistas feministas empiricistas apresentaram ganhos indubitáveis para a ciência feminista, especialmente por problematizarem espaços e resultados das pesquisas sexistas. Seu ponto de maior crítica não era exatamente o modo de fazer pesquisa, mas a generalização de resultados. Ou seja, uma ciência empírica preocupada em desenvolver pesquisas com participantes homens e traçar linhas de normalidade com base neles, em generalizações absurdas, que não apenas revelava a negligência com outros grupos, mas também evidenciava quem estava no centro da construção destes conhecimentos (Nogueira, 2017).

Neste processo, pesquisadoras abriram espaços importantes na ciência para mulheres, agregando outros temas de interesses, especialmente voltados para questões das distinções entre homens e mulheres e sexualidade. Publicações em revistas de renome a respeito das diferenças entre homens e mulheres, e a denúncia de vocabulário sexista em pesquisas foram alguns movimentos capazes de estremecer um mundo da ciência estratificado no masculino (M. Gergen, 2001). Tais pesquisas difundidas em formatos positivistas foram fundamentais tanto para que as publicações fossem aceitas nessas revistas e em outros âmbitos acadêmicos, quanto para que resultados destas produções fossem compartilhados de forma ampla. Esses movimentos possibilitaram transformações diretamente na organização da sociedade, passando a incorporar ao cotidiano questões de gênero e sexualidade (M. Gergen, 2008).

Com o interesse em avançar para além da reprodução de um modo de fazer pesquisa “*menstream*” – quantitativos e baseado em dinâmicas de poder – as investigadoras passaram a buscar por diferentes formatos de desenvolver pesquisas, mais horizontais. Assim, partimos para a segunda etapa da história da pesquisa feminista, o

ponto de vista feminista, cujos grandes feitos foram a incorporação de métodos qualitativos e o evidente posicionamento político em suas produções (M. Gergen, 2001; Harding, 2004).

As feministas acadêmicas do ponto de vista feminista estavam bastante energizadas pelos movimentos políticos feministas da chamada Segunda Onda, especialmente pela luta pelos direitos civis das mulheres (já iniciada pela Primeira Onda, com as Sufragistas) e pelo notável avanço das mulheres nos espaços de ensino superior e mercado de trabalho. Desta forma, elas passaram a argumentar contra pesquisas que apoiavam noções estereotipadas de mulheres e feminilidade, bem como as que apresentavam resultados a respeito da superioridade masculina (M. Gergen, 2008).

Nogueira (2017) no histórico em que apresenta a relação entre os movimentos políticos e acadêmicos feministas, argumenta que na Segunda Onda nascem várias teorias femininas que provocam debates de extrema relevância para as mulheres, como a análise sobre poder e diferença. Movimento marcado também pelo momento industrial que a sociedade vivia, mulheres brancas das classes burguesas buscavam por trabalhos remunerados, o que implicou transformações na sexualidade feminina, e consequentemente na natalidade da sociedade.

Este cenário intensificou a necessidade de incorporar questões políticas do mundo público nas pesquisas. Na academia, portanto, as produções científicas passaram a se interessar em apresentar a relação que há entre o que é estruturalmente social à opressão vivida pelas mulheres nos lares e outros ambientes “privados”, tensionando tal separação tão definida na modernidade. Tal tensionamento é traduzido pelo conhecido *slogan* desta fase do movimento feminista, “o pessoal é político”.

Harding (2004) apresenta controvérsias políticas e intelectuais do movimento do ponto de vista feminista. A autora percebe um esforço desse movimento em fazer pesquisa engajada, o que a torna original e desafiadora ao incorporar política à pesquisa, mas que não ultrapassa questões teóricas, e ao não fazer, reproduz normatizações. Esta lacuna de ordem teórico-prática se deve especialmente, segundo a autora, à tentativa de alocar questões feministas a teorias já existentes, formuladas por homens, como por exemplo o Marxismo³.

³ Embora o marxismo tenha sido crucial para os debates das desigualdades de classe, o cerne de sua questão era a produção e consumo capitalistas, então de proletários envolvidos em força produtora de economia. A invisibilidade do trabalho doméstico e sua influência para criação de valor, na articulação com o trabalho assalariado fora de casa não entrou no debate desta teoria e luta, por exemplo. Compreendida como

Assim, de acordo com Harding (2004) contradições do ponto de vista feminista estão em, por exemplo, apontar em métodos qualitativos e narrativos, e em discussões sobre a relação entre participantes e pesquisadoras, mas, paradoxalmente, pautar seu debate no crivo essencialista e individualista. Desta forma, mesmo que tenha inserido discussões sob a lente das desigualdades de poder e denunciado a sociedade androcêntrica, a pesquisa do ponto de vista feminista concebeu separações contraditórias entre psicológico e biológico, sustentando entendimentos quanto à natureza intrínseca, individual e naturalmente distintas entre homens e mulheres. Alguns questionamentos propostos pela autora são, por exemplo: “como a teoria do ponto de vista feminista faz e deve fazer para explicar e se envolver com as diferenças entre as mulheres?”; e ainda “quem são estas ‘mulheres’ cujas experiências, localizações sociais e discursos que fundamentam o conhecimento feminista?” (Harding, 2004, p. 7).

As principais críticas a esta epistemologia também contribuíram para a construção de outra, o feminismo pós-moderno, cuja formulação baseia-se na pluralidade, não na dicotomia. Enquanto o posicionamento do ponto de vista feminista buscava a criação da voz *da* mulher – que difere da voz do homem –, com uma única história de opressão a ser contada, grupos ficaram de fora, como as mulheres negras, indígenas, quilombolas, pobres, com corpos de variadas funcionalidades, idosas ou adolescentes, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, provenientes de continentes que não anglo-saxões, entre outras.

O feminismo pós-moderno se alimentou de diversas contribuições de movimentos de mulheres, cujas vozes vêm denunciando a hegemonia de narrativas a respeito de opressões vividas por um grupo bastante específico de mulheres, em um processo de silenciamento e invisibilização de outros, em semelhante reprodução às opressões do patriarcado. Assim, passou a ser urgente o desenvolvimento de pesquisas, nas quais se relacionassem as múltiplas opressões. Dentre estas contribuições elencamos citar o feminismo negro, as epistemologias do Sul (Santos, 2007), os estudos decoloniais (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016), o feminismo decolonial (Ballestrin, 2017; Gomes, 2018) e os estudos interseccionais (Crenshall, 2004).

pertencente à esfera da reprodução, o trabalho doméstico era entendido como isento dos direitos do proletariado (M. Gergen, 2001).

O feminismo negro teve um papel central para demarcar a entrada na “Terceira Onda” feminista, especialmente pelas proposições críticas à epistemologia do ponto de vista feminista. Tal movimento articulou vozes de diversos grupos minoritários de mulheres ao desafiar a classe média, branca, acadêmica, de corpos sem deficiência que estavam/estão controlando teorias, pesquisas e publicações (M. Gergen, 2008). Nomes de destaques que podem ser citados aqui são Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2016), Kimberlé Crenshaw (2004; 1994), Lélia Gonzalez (1988), Djamila Ribeiro (2017, 2018), Sueli Carneiro, bell hooks, Conceição Evaristo e Chimamanda Ngozi Adichie.

Desta maneira, as feministas da terceira onda propõem a análise das múltiplas identidades, instáveis e incoerentes presentificadas nos diferentes grupos de mulheres. Mulheres com variados posicionamentos de poder e opressão, sendo que estes contribuem para distintas interações sociais. Tal concepção varia em muito das produções das primeiras epistemologias, visto o caráter dessas em busca do conhecimento universal e generalizável, respondendo ao grupo “mulher” (Nogueira, 2017).

M. Gergen (2001) ressalta também que ambas as epistemologias, empiricista e do ponto de vista feminista, além de se focarem no individualismo e no pensamento científico, entendem a linguagem de forma restritiva. A primeira entende que o mundo está disponível para a nomeação, enquanto a segunda entende que o processo de nomear é um reflexo de experiências *genderizadas* no (e sobre o) mundo. O posicionamento pós-moderno, em contrapartida, apresenta a relação atada entre a construção dos mundos e a linguagem.

Como forma de já anunciar algumas correlações entre o feminismo pós-moderno e o construcionismo social, sugerimos que pesquisadoras de ambas essas epistemologias passaram a propor que ao se levantar perguntas diferentes, suas respostas podem gerar impacto direto em como se dão as interações cotidianas (M. Gergen, 2001). Assim, compreendem que todas as etapas das pesquisas são interligadas por coerente rigor científico e que respondem a interesses específicos. Evidentemente, temáticas de relevância para a investigação feminista pós-moderna decorrem da relação entre a construção da subjetividade, especialmente de mulheres, e suas possibilidades de atuar no mundo frente às estruturas e relações de poder.

Assim, as pesquisas desenvolvidas a partir desses pressupostos epistemológicos, apresentam alguns interesses em comum: perguntas de pesquisa mais específicas; contextos de atuação onde se sofre de esquecimento histórico por parte da academia e das políticas públicas; participantes marginalizadas e oprimidas; métodos e processos de

produção de sentidos não convencionais e criativos; e apresentação de resultados que desestabilizem a convencional posição das pesquisadoras (M. Gergen, 2001; Harding, 2004; Nogueira, 2017).

Com base nas discussões acima, formatos criativos e feministas passam a participar do campo científico. A revisão proposta por M. Gergen (2001) destaca cinco facetas desta forma de investigação:

A primeira é a visão da pesquisadora como não-intervencionista, que se refere à neutralidade e distância necessárias para o desenvolvimento de uma pesquisa não enviesada e da observação isenta de impressões, ingredientes que fundamentam o empiricismo. Nos pressupostos feministas pós-modernos, a relação entre pesquisadoras e participantes é inevitável, e as observações nunca são isentas. A segunda é a ideia da criação de leis gerais do comportamento humano, baseadas em métodos experimentais. Em tais pressupostos, compartilhamos do entendimento do processo de construção de subjetividades como singulares e circunscritos às pessoas e suas interações sociais.

O terceiro ponto crítico mencionado pela autora direciona-se aos valores de neutralidade na escrita acadêmica, livre de considerações pessoais das pesquisadoras. Seu argumento é a respeito da impossibilidade deste feito, visto que toda escolha de palavras já sustenta valores, assim como a definição da abordagem teórica e como e quais resultados são descritos.

O quarto ponto refere-se à independência existente entre os fatos e as cientistas, assumindo que a realidade está dada pela natureza e as cientistas irão apenas desvendar ou descobrir o mundo. O ponto de vista adotado pelas feministas pós-modernas é que todo e qualquer evento se torna um objeto de interesse à pesquisa justificado pelas escolhas e interpretações das pesquisadoras, circunscritas e compartilhadas pela inteligibilidade da comunidade acadêmica.

Por fim, o último ponto é relativo à soberania científica como forma de conhecimento, sustentada pelo manto e discurso da verdade. Não é interesse desestabilizar ou questionar o fazer científico – até porque é exatamente no que estamos trabalhando nesta tese –, contudo temos interesse em alargar os entendimentos sobre o que é fazer ciência. Neste ponto, a autora reitera a importância de um construir colaborativo e conjunto com participantes de pesquisa, trabalhando de maneiras mais horizontais, diminuindo distâncias e relações de autoridade entre pesquisadoras e participantes.

Consideramos pertinente discorrer sobre como os sentidos são construções sociais, inclusive na ciência. Vale dizer que os discursos são construídos relacionadamente, em contexto, de acordo com demandas sociais, vestidas de discursos políticos. Desta forma, a ciência moderna, tal qual conhecemos atualmente é um produto social, que guarda coerência com seu próprio mundo de pesquisa (McNamee, 2014).

Em proposição de debate mais amplo, que garante importantes influências para os debates a respeito das epistemologias alternativas às dominantes, Boaventura de Sousa Santos (2007) apresenta uma complexa proposição da ecologia de saberes, baseada no pensamento pós-abissal, na luta contra o colonialismo profundo e no interconhecimento das epistemologias do Sul. A linha de argumentação mais sólida do autor é de que as epistemologias dominantes são resultado de intervenções políticas, econômicas e militares coloniais e capitalistas impostas às culturas não-ocidentais e não-cristãs. Este processo resultou na matança de saberes. O processo de não incorporação destes ao que pode ser entendido como conhecimento válido, o autor denomina de “epistemicídio” (Santos, 2007).

Os estudos decoloniais também oferecem importante contribuição para o debate do fazer científico. Os estudos desta perspectiva afirmam que os processos de genocídio das populações originárias nativas da América Latina foram também de epistemicídio (Santos, 2007). Segundo Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), esse movimento integra pessoas de dentro da academia com lutas dos movimentos sociais, que discutem os impactos das experiências da América Latina (originalmente, mas o debate é estendido aos lugares sujeitos a dominações coloniais) no que se refere aos processos de colonização europeus.

De acordo com Luciana Ballestrin (2017) são estes estudos que atuam fortemente no questionamento do eurocentrismo, colonialismo acadêmico e imperialismo intelectual, presentes no processo de produção de conhecimento. “O pensamento decolonial propõe ainda um novo paradigma, que leva em consideração não apenas a geopolítica, mas também a corpo-política, isto é, a situação geo-histórica e corporalizada que articula a produção de conhecimento” (Moraes & Farias, 2018, p. 235).

Tais debates aprofundam-se e complexificam-se para além dos nossos propósitos neste texto, contudo, sua argumentação em favor de epistemologias propositivas para a pluralidade e diversidade dizem muito de um processo árduo de ultrapassar, decorrente do histórico de colonização do Sul, que muito nos vale. O enfrentamento a esse processo eurocêntrico da modernidade (um processo de racismo/sexismo epistêmico) oferece

alternativas que visam construir “uma rede planetária em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica” (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016, p. 21).

Tanto para Santos (2007), quanto para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) as epistemologias feministas são uma forma de epistemologia pós-abissal e das fronteiras. Suas interfaces estão no interesse em utilizar espaços de produção de conhecimento científico de forma contra hegemônica, que se dá pelo processo de legitimidade de conhecimentos não-científicos, pela ciência tipicamente moderna. É uma forma de resistência ao entendimento de que há um único saber e solução possível. É uma resposta paradigmática e epistemológica de luta, em contextos locais, em busca de soluções plurais para o patriarcado, racismo, colonialidade e capitalismo.

Segundo Thais França e Beatriz Padilha (2013), torna-se de interesse às críticas feministas a reflexão a respeito da imagem produzida e sustentada nas construções acadêmicas, legitimada pela convenção conservadora e sexista a respeito do lugar subalterno e inferior, comprovado cientificamente por meio da fisiologia e psicologia feminina. Ao situar a ciência como produtora de discurso acerca daquilo que importa em determinado tempo histórico, este tipo convencional de fazer pesquisa, ao não incorporar mulheres como participantes de pesquisa (ou ao incorporar), posicionam-nas como inferiores aos níveis masculinos e eurocentrados de normalidade.

Além disto, as feministas que se filiam a estes debates apontam como muitas vezes algumas destas pesquisas sustentam e reiteram processo de invisibilização, presentes nos mais diversos discursos implícitos sobre o não reconhecimento de tantos grupos como socialmente relevantes. Portanto, segundo as autoras, os estudos feministas são importantes por exigir mulheres como figuras históricas, mas também como produtoras de ciência, de forma crítica e autônoma (França & Padilha, 2013).

No que diz respeito aos estudos decoloniais mencionados brevemente nesse texto, há interesse por parte de algumas feministas da América Latina de que haja compreensões decoloniais nos debates feministas, especificamente para os entendimentos sobre gênero como análise decolonial (Gomes, 2018). O feminismo decolonial sugere que os marcadores sociais de raça e gênero não podem ser separados, considerando que nossa história é marcada por processo de racialização dos corpos (Ballestrin, 2017; Gomes, 2018).

A história de colonização das populações originárias da América Latina dá-se por relações de poder, que configuram homens e mulheres em raças não-europeias. E é neste processo que se constrói noções sobre mulheres negras, indígenas ou latinas (Ballestrin,

2017). Ou seja, construções de gênero baseadas nas raças, decorrente de processo histórico de colonização deste território. O feminismo decolonial analisa a construção conceitual de raça, gênero e classe como efeitos e causas uma das outras. De acordo com Camilla Gomes (2018, p. 71), “isso significa dizer que a forma como compreendemos o gênero depende de como compreendemos a raça e a classe, e o contrário igualmente”.

O que as autoras feministas decoloniais sustentam é que é a partir da disseminação da racialização dos corpos e suas concepções inferiorizadas a respeito de sua sexualidade, o processo de colonização se tornou possível. A modernidade se caracteriza pelo momento histórico colonialista, sendo que entre seus grandes legados, está a caracterização dicotômica do conhecimento (Ballestrin, 2017). Sendo assim, a colonização de seres inferiores e não-humanos (Gomes, 2018) pôde ser justificada, sendo especialmente conquistado neste momento histórico, o corpo feminino (Ballestrin, 2017).

A preocupação em como as categorias que compõem matrizes de opressão de maneiras distintas em corpos, a partir da raça, gênero, classe social e sexualidade, bem como sua participação e visão política tem se configurado no estudo da *interseccionalidade*. Crenshaw (1994, 2004) retoma a importância da criação de repertórios discursivos para que possamos primeiro entender que situações existem, entendê-las como problemas, para podermos lidar com eles. A autora argumenta que temos que dizer, falar, nomear, que este é um ato político importante para que algo passe a existir. É uma posição de linguagem, que dá vocabulário para enfrentarmos os problemas.

Elizabeth Cole (2009) propõe três perguntas que psicólogas devem se fazer como estratégia quando desenvolvem pesquisas interseccionais em investigação psicológica: 1) Quem está incluída em cada categoria? 2) Qual papel a desigualdade desempenha? 3) Onde estão as similaridades? Estas perguntas podem ajudar a situar as diferentes histórias de vida que configurações entre ingredientes distintos podem formular, com particular ênfase nas relações de poder dentre as localizações sociais e seus consequentes posicionamentos. Tais perguntas podem nos ajudar a localizar as dominações, mas também as formas de resistência (Nogueira, 2017).

Embora com muitas perguntas em aberto, especialmente no que se refere às metodologias possíveis para responder às tamanhas complexidades dos estudos interseccionais (Mccall, 2005), o interesse do tema por parte da academia tem apresentado ganhos importantes para o ativismo científico. Estudos feministas interseccionais

parecem mobilizar estrategicamente uma linguagem situada “a serviço da construção de uma agenda teórica e política emancipadora” (Nogueira, 2017, p. 187).

O surgimento desses estudos participa de um processo que ilumina aspectos pouco centrais anteriormente, de modo que muitas vozes, por tempo silenciadas, por vias contra hegemônicas, passaram a ter espaços para se expressar. A *internet* é um exemplo de veículo central para a extensão e disseminação de movimentos sociais feministas. O *blog* da *Political Studies Association* analisa o casamento dos estudos interseccionais aos meios digitais de comunicação como resultante em uma possível “Quarta Onda” do movimento feminista (Munro, 2013).

Elucidando as diferenças entre as mulheres, uma diversidade de vozes passou a ter espaços nas redes sociais, denunciando marginalizações e diferenças de poder, marcando privilégios e opressões que determinados corpos têm sobre outros. Segundo Cristiane Costa (2019) a autonomia e a liberdade oferecidas pela comunicação nas redes sociais favoreceu principalmente os movimentos marginalizados, pessoas pobres que se organizaram em ação política, especialmente em países cuja desigualdade é avassaladora em termos de políticas de direitos e acesso a eles. Ainda segundo a autora, essa explosão de usuárias das redes sociais para fins ativistas pode ser analisada tanto pela necessidade urgente das vozes reprimidas em falar, quanto pelo alcance político destas vozes (Costa, 2019).

Assim, a luta de vários momentos dos feminismos em busca da necessidade de ultrapassar a esfera pessoal, fortalecendo o escopo público, coletivo e cultural das violências privadas cotidianas é bastante marcado neste movimento contemporâneo (Chamberlain, 2016). Violências cotidianas escondidas nas fantasias da causalidade passaram a ser desvendadas e não mais aceitas por números expressivos de mulheres, seja no trabalho, em casa ou em espaços públicos. À mesma proporção, é fortalecido o sentimento de pertencimento ao grupo e de ânsia de proteger-nos umas às outras, conforme vamos aceitando e dando as boas vindas às diferentes construções de mulheres.

Este breve histórico pode ser lido por diferentes lados, dentre os quais elencamos: a) pelo explícito esforço que mulheres têm se engajado ao longo de séculos em busca de representatividade e legitimidade, especificamente no mundo ocidental que compartilhamos, em diferentes espaços, aqui nomeadamente na busca por direitos sociais e na produção de conhecimento; b) pelo árduo movimento de questionar o *status quo*, em busca da superação e sustentação de estruturas de poder, inclusive dentro de movimentos sociais de grupos historicamente – mas diferentemente – marginalizados; c) pelos

avanços alcançados, e especialmente, no esforço legítimo que se faz para que sejam alcançados, tanto em relação aos entendimentos referentes à coexistência de múltiplos entendimentos do que é ser mulher, quanto em relação às diferentes proposições metodológicas científicas e d) pela relação existente entre a legitimação do que é conhecimento, situado em seu debate epistemológico, e suas repercussões nas vidas cotidianas, ou seja, nas possibilidades plurais de existir.

Todos os pontos elencados são especiais para as descrições ampliadas a respeito de gênero. De toda forma, o último contribui particularmente para nosso entendimento de como debates sobre o que é ciência, e como se faz ciência, apontam também para descrições de gênero como um processo construído em relação.

1.3.1 Motivações e justificativa para a escolha epistemológica

A busca por novas respostas possibilitou a criação de novos discursos sobre os *porquês* e, então constitui-se o tema indispensável para as construcionistas, que é a relação entre novos discursos e novas realidades construídas. Neste entendimento, quando conversamos e coordenamos movimento em comunidades, criamos mundos a partir da postulação da linguagem como produtora de ação, pelo seu caráter performático (McNamee, 2017).

Tais questionamentos são centralizados especialmente na natureza da verdade, conhecimento e linguagem (M. Gergen, 2001). Dentre as influências para o desenvolvimento da epistemologia feminista pós-moderna estão, por exemplo, pós-estruturalismo e filosofia pós-moderna. Como consequência está também a criação do movimento construcionista social, originário de teorias sociológicas para os entendimentos sobre o “construído socialmente” (Biever, Fuentes, Cashion, & Franklin, 1998).

Para situar e resumir os entendimentos construcionista sociais, apresentamos seus elementos, conforme descrito por Kenneth Gergen (1999), especialmente enfatizando a relação direta entre discurso e realidade, que a epistemologia construcionista social incorpora em sua *práxis*:

1. A especificidade cultural e histórica das formas de se conhecer o mundo – não há relação essencial entre as palavras e a realidade que elas descrevem. As próprias descrições de mundo são construções da realidade.

2. A primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento – as explicações de mundo são resultadas pelos significados que construímos em relacionamento, então o significado das palavras decorre do seu uso social.
3. A interligação entre conhecimento e ação – diferentes formas de descrever o mundo implicam diferentes formas de ação social, de maneira que as “verdades” que criamos sustentam nossas formas de ação no mundo.
4. A valorização de uma postura crítica e reflexiva – o que é tido como certo e verdade pode ser repensado, incluindo as tradições e como elas refletem nossas ações e formas de viver.

Evidencia-se o posicionamento político desta epistemologia no que se refere aos entendimentos de como uma sociedade se configura a partir da natureza constitutiva da linguagem. Desta maneira, interessa a esta epistemologia o estudo das escolhas de determinadas palavras ao invés de outras e como tais refletem em ações.

Ao formular explicações circunscritas socialmente, de maneira a perceber especificidades históricas e culturais, as proposições construcionistas sociais propõem a localização de produções acadêmicas dentro de campos históricos, de forma preocupada em evitar perigosas generalizações falsas (Nogueira, 2017). Desta maneira, a investigação da psicologia se engaja a ativismos científicos, em busca de transformações sociais (Gergen, 2015).

Pesquisadoras feministas encontram no construcionismo social espaço para suas inquietações a respeito da diversidade, e adicionam seus incômodos acerca dos formatos da ciência, iluminando aspectos formais da racionalidade como fundamentalmente masculinas. Ao mesmo tempo, denunciam que tal racionalidade historicamente renegou qualquer outra forma de produção escrita aceitável dentro dos padrões da ciência, associando alguns, de forma pejorativa, à figura feminina, como formatos artísticos, por exemplo (M. Gergen, 2001).

Baseada em Harding (1991), descrevemos a seguir seis populares e falsas crenças que endossam as postulações de um *roteiro científico*, em vias de demonstrar nossos esforços cotidianos em argumentar em favor de nossa pesquisa crítica. Segundo a autora, tais entendimentos constroem a apreciação da relevância do feminismo para explicações lógicas de pesquisa.

A primeira crença refere-se ao conteúdo de interesse por excelência da ciência, que são aspectos não humanos da vida. A segunda e terceira crenças falsas expostas por

Harding (1991) referem-se ao método científico isento de interesses sociais, que deve ser desenvolvido por meio de dados formais quantitativos. Tais afirmações indicam que o caráter social da pesquisa feminista desqualifica a “boa ciência” e por isso não pode gerar “crenças verdadeiras”, sendo que seu criticismo pode servir para assuntos sociológicos, mas não para a ciência.

A quarta crença refere-se à polarização ciência *versus* aplicação da ciência, em demarcada linha de separação, na afirmativa de que os esforços das pesquisas feministas em criticar os maus usos ou abusos da ciência desafiam apenas as políticas públicas, mas não a ciência propriamente. A isenção de responsabilidade acerca dos usos das produções científicas é bastante danosa para a sociedade como um todo, especialmente face ao tão legítimo argumento do “cientificamente comprovado”. Portanto, as pesquisas feministas desconfiam desta demarcação, apresentando, ao invés, a nítida indissociabilidade entre teoria e prática.

A quinta crença mora exatamente na suposta impossibilidade – por inexperiência – das ciências humanas em comentar as produções científicas, visto que os cientistas são quem podem explicar suas atividades, mas não o podem sociólogas ou as feministas, por não serem especialistas na área. Esta afirmativa reflete na quarta crença, pois procura impedir que metateorias criem reflexões sobre o contexto nos quais as teorias foram criadas e aplicadas, situando-as histórica, social e politicamente.

Por fim, a última crença é de que a física é o melhor modelo de ciência natural, portanto a ciência feminista social não oferece qualquer ganho às ciências naturais. Este entendimento reafirma separações e distorções a respeito das produções científicas. Ao contrário, um modelo de “boa ciência” deveria conter explícitos direcionamentos emancipatórios, com objetivos políticos explícitos, ou seja, a ciência em favor de uma sociedade mais plural e igualitária.

Segundo Harding (1991) as ciências democráticas devem ser capazes de distinguir como as pessoas querem o mundo e como ele está, em busca de transformações sociais futuras. O que também é chamado por K. Gergen (2016) de pesquisa visionária, feita por pessoas que, ao desenvolverem pesquisa, também performam como agentes de transformação social.

Tais crenças referem-se ao modelo purista de ciência, de cientistas estereotipados dentro de laboratórios, estudando sobre qualquer assunto, exceto as relações humanas. Feministas contestam esse ideal e reconstróem novas possibilidades das múltiplas imagens que podem assumir pesquisadoras e suas pesquisas, apoiando-se na instituição

“ciência” como promotora e sustentadora de discursos que são transmitidos e compartilhados culturalmente.

Mais adiante, Harding (1993, p. 11) sugere que é um “delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma ‘normal’ com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes”. Este posicionamento em aberto e receptível a múltiplas abordagens aloca a ciência e epistemologias feministas ao lado de outras formas de fazer ciência e epistemologias e não se pretende superior. Nesta incorporação, o primordial tema de interesse é perceber como se dão relações de poder em matriz de opressão, ou seja, segundo a autora (Harding, 1993), as pesquisas feministas buscam conhecer como as diversas configurações do corpo implicam relações sociais e vida intelectual.

Mesmo circunscritas em escopo epistemológico transformador, é fundamental o processo de reflexão acerca do desenvolvimento e apresentação da pesquisa, se estão, de fato, aliadas às proposições emancipatórias. Segundo França e Padilha (2013) há de se avaliar constantemente as possíveis reproduções de padrões de dominação invisíveis que podem se dar pelas escolhas de conceitos, métodos e categorias em nossas produções científicas.

Brevemente já apresentamos aproximações entre as epistemologias feminista pós-moderna e o construcionismo social, o que denominamos como pesquisa feminista construcionista social. Assim torna-se pertinente apresentar quais possíveis métodos estão dentro destas epistemologias. M. Gergen (2001, 2008) apresenta uma listagem de temas que podem ser nomeados dentro desse movimento (embora ressalte que não há nenhum método que por definição seja excluído), os quais reproduziremos aqui, em seguida nos alocaremos para a construção dos nossos resultados.

Segundo a autora, é de maior interesse para as pesquisas feministas construcionistas sociais: 1) Crítica como atividade científica; 2) Valores integrados ao trabalho científico – “o pessoal é político”; 3) Limites da linguagem são limites dos nossos mundos (descrição das múltiplas vozes por meio da etnografia; narrativas de vida; narrativas ficcionais; narrativas artísticas); 4) Reflexividade; 5) Performatividade para além do texto escrito (M. Gergen, 2001). Tais temas vestem-se inevitavelmente por valores sociais, éticos, estéticos e políticos, e ao mesmo tempo, requerem por métodos que deem conta de expressar sua complexidade.

Portanto, buscamos por outras maneiras de produzir, escrever e divulgar ciência, em um movimento coletivo para o qual faça sentido posicionamentos políticos explícitos,

seja pela epistemologia eleita, sua relação metodológica e a maneira de analisar e apresentar os resultados. Um exemplo que elucida esta afirmação é a reflexividade, na qual às pesquisadoras é incitado descrever em detalhes seu envolvimento na pesquisa, os caminhos que foram eleitos, suas justificativas e quais sentimentos emergiram, em uma reflexão crítica durante todo processo (M. Gergen, 2001; Nogueira, 2017).

Assim, a autora apresenta também quais são os principais métodos utilizados que podem dar conta da expressão destas temáticas. Dentre os quais apresenta a pesquisa-ação como sendo uma prática exercida na relação com participantes, em busca da criação de novas formas sociais de interação (M. Gergen, 2008). Desta maneira, no capítulo que versa sobre a metodologia eleita para esta pesquisa, exploramos nossas escolhas metodológicas baseadas neste histórico epistemológico, em que argumentamos em favor de construções colaborativas de conhecimento, destacando seu processo fluido e plural. Especificamente nos aprofundaremos nos métodos da pesquisa-ação colaborativa, e pesquisa narrativa, apresentadas na parte metodológica dessa tese.

1.4 Gênero como processo relacional

Algumas autoras preocuparam-se em apresentar aproximações e distanciamentos entre o construcionismo social e o feminismo pós-moderno, concordando na postulação e relevância do que também assumimos aqui como feminismo construcionista social (Hare-Mustin & Marecek, 1994). Destacamos a proposição de Barbara Marshall (2008) de que não há outra área na qual o construcionismo social tenha tido tantos e tão duradouros impactos quanto foram para os trabalhos feministas a respeito de gênero.

Além disto, a autora assume que ao invés de as teorias feministas serem separadas entre “construcionistas” ou não, deveriam ser entendidas como mais ou menos construcionistas (Marshall, 2008). Assim sendo, o feminismo pós-moderno, apresenta sua versão mais forte de construcionismo, enquanto o feminismo empiricista apresenta sua versão mais fraca. O que a autora defende é que, embora seja *empirista*, este último feminismo acadêmico não deixa de descrever resultados com base em postulações sobre construções sociais. Portanto, também é construcionista social, ao desafiar as versões essencialistas de explicações sobre as diferenças dos gêneros.

Joan Biever et al. (1998) entendem que dentre o que aproxima as feministas pós-modernas ao construcionismo social está: a) importância do contexto social para

entendimentos de relacionamentos, interações e comportamentos; b) ceticismo para crenças comuns a respeito de verdade, conhecimento, poder, *self* e linguagem; c) análise de poder aos entendimentos que legitimam a dominação masculina ocidental e d) valorização e respeito à diversidade. Ao mesmo tempo, propõem que entre as principais distinções está o posicionamento político explícito nas produções feministas em busca de mudanças de práticas e ambientes sexistas. Segundo as autoras, as produções exclusivamente construcionistas entendem que gênero é apenas mais uma das formas de entender os fenômenos, ao mesmo tempo que posicionamentos políticos-teóricos não são encorajados por todas as construcionistas, o que difere do posicionamento feminista.

Marshall (2008), dez anos depois, concorda com as autoras, indicando as similaridades e discrepâncias entre feminismos e construcionismo social, e adiciona que as aproximações não apenas existem, mas se fazem necessárias. Segundo a autora, ao situar as palavras como possíveis de revolucionar as práticas, as feministas construcionistas sociais propõem que novas produções de vocabulários e sentidos como sexo, gênero, papéis de gênero, identidade de gênero, ordem de gênero, sistema de sexo/gênero, patriarcado, identidade de gênero, problema de gênero, entre outras, puderam promover novas práticas sociais.

Da mesma forma que Biever et al. (1998), Marshall (2008) assume que diferente das construcionistas sociais, as feministas construcionistas sociais assumem posicionamento político implicado, portanto não respondem a possível relativismo da primeira epistemologia. Ao contrário, segundo a autora, as feministas entendem que tal relativismo, ou seja, a negação de fundamentos de conhecimentos seguros, pode, sem querer, silenciar vozes feministas e outras críticas.

Assim, o feminismo construcionista social posiciona-se politicamente para descrever assimetrias de poder e como estas podem possibilitar ou constringer particulares formas de prática. Mais especificamente, filia-se ao projeto político de identificar e analisar posicionamentos nas produções e reproduções de desigualdades e divisões entre sexo-gênero (Marshall, 2008).

O processo de luta pela visibilidade das questões feministas tanto na política quanto na academia (se é que se pode separar) trouxe muitos questionamentos sobre a relevância e legitimidade destas temáticas. Apoiadas por argumentos convencionais e hegemônicos, as causas feministas muitas vezes foram desqualificadas e refutadas perante discursos fundamentalistas. Marshall (2008) apresenta que estão nas produções

que defendem o individualismo, cujos estratos estão nas concepções das diferenças naturais de sexo, as origens principais de críticas ao feminismo construcionista social.

Tais entendimentos separam as pessoas em duas categorias homogêneas e relativamente estáticas, que sustentam o que conhecemos como família e propriedade. Tal argumentação vale-se pela condição do casal cis, heterossexual e monogâmico, sustentado especialmente por valores religiosos e econômicos, que se generalizam para outras instituições. Esta forma de construção de família percebe seus privilégios em risco quando outras *performances* de gêneros e relações são difundidas como possibilidades.

Propor a desconstrução hegemônica de gênero é propor a desconstrução hegemônica de família, tal qual a entendemos, ou seja, nuclear, heterossexual e patriarcal. Portanto, há marcada resistência nos estudos de gênero e assistimos este conceito ser regulado, institucionalizado, policiado e contestado (Marshall, 2008). Desta forma, a autora entende que

o futuro do relacionamento entre feminismo e construcionismo social será formatado não tanto pelos debates acadêmicos, quanto pelas exigências políticas. As feministas construcionistas são agora crescentemente desafiadas pelas novas fontes de essencialismo (Marshall, 2008, p. 697).

Assim, no caso do feminismo construcionista social, sustentamos as explicações pela construção relacional, ao invés da exclusividade ofertada ao essencialmente constituído (Biever et al., 1998). Tanto as autoras Biever et al. (1998) quanto Marshall (2008) entendem que o aspecto central no feminismo construcionista social é a construção social do gênero. Então, pelos pressupostos feministas construcionista social, o gênero é construído pelo resultado de diversas interações sociais, de maneira que se dá por uma série de relacionamentos construídos que são produzidos e reproduzidos pelas ações das pessoas. Ou seja, a partir das possibilidades do contexto e de maneira pela qual as pessoas respondem às expectativas sociais sobre gênero.

Considerando seu caráter relacional, gênero como categoria de análise assume diferentes narrativas e é significado por certas características disponíveis em determinado contexto histórico, em acordos sociais possíveis. Tais acordos direcionam expectativas e repertórios de ações, de maneiras diferentes, que variam conforme determinantes sociais nas quais as pessoas se encaixam. Estas expectativas e repertórios definem o que entendemos como “realidade” (McNamee, 2014; Nogueira, 2001).

Judith Lorber (2008) concorda ao afirmar que mais recentemente é também foco das construcionistas sociais os aspectos estruturais influentes nesta construção, que é complementar ao processo interativo entre pessoas. Isto porque o foco exclusivo no processo interativo entre pessoas no processo de construção do gênero não é suficiente para explicar o fenômeno circunscrito socialmente.

Desta maneira, o processo de significação com foco nas organizações do trabalho, sistemas de controle social como leis, medicina e produção de conhecimento (especialmente a ciência) passaram a ser de interesse também das feministas construcionistas sociais para as explicações acerca das questões de gênero. A produção e manutenção das nossas relações *genderizadas* dependem, então, dos comportamentos *genderizados* nas interações entre pessoas, sendo que estas, por sua vez, refletem seus posicionamentos nas estruturas de gênero (Lorber, 2008).

Para melhor elucidar, adotamos a conceituação da autora, quando propõe que gênero é um princípio organizacional de ordens sociais que dividem as pessoas (hegemônica e convencionalmente entre homens e mulheres), que ao serem esperadas diferentes, são tratadas diferentes, então se tornam diferentes. Esta maneira de entender gênero é alocada histórica e culturalmente, apresentando as diferenças de gênero por lentes de processos sociais e diferenças de hierarquias de poder entre as pessoas.

Circunscrevemos gênero como parte de um processo de construção social, na qual as pessoas estão todas envolvidas, muitas vezes de maneira não percebida, já que são *genderizadas* por sólidas estruturas de poder. Retiramos então o caráter puramente biológico de explicações que diferenciam homens e mulheres, de forma a entender estruturas sociais em constante reprodução e manutenção dos processos de sentidos a respeito das diferenças de gênero.

Essa “virada cultural” possibilita explicar gênero como construção discursiva, sedimentada na performance e – o mais significativo – sem relação determinada com sexo biológico (Marshall, 2008). Ao incorporarem gênero como um importante ingrediente da identidade das pessoas e que este é formulado pelas interações sociais, numa repetição de atos específicos, pode-se dizer que as feministas construcionistas sociais problematizam entendimentos legitimados por instituições tradicionais e morais a respeito da sexualidade humana.

Nogueira (2017) argumenta como é complexo ultrapassar tais categorias de gênero, especialmente por estarmos inseridas em um processo contínuo e cotidiano de fazer o gênero, justamente porque o gênero “inunda” completamente as nossas

experiências (p. 106). Desta maneira, ingredientes fundamentais da identidade humana como gênero, sexo e desejo passam a ser percebidas pelas lentes das dinâmicas de poder (Butler, 2010).

Lorber (2008) sugere que a maior força para a manutenção dos processos de fazer gênero e estruturas que as legitimam é a sua invisibilidade, somadas à lacuna reflexiva deste processo e, justamente, o entendimento hegemonicamente compartilhado de que a sua ordem é baseada em diferenças de sexo naturais e imutáveis. Assim, pensar o gênero como performatividade e relacionalidade exige um pensar criativo e crítico a respeito das dinâmicas de poder, e, especialmente, considerar a multiplicidade de pluralidade possíveis no *fazer gênero* (Gomes, 2018).

1.4.1 Motivações e justificativa para a escolha do campo-tema

O território da pesquisa é entendido por nós como não apenas o geográfico, onde se pisa, mas exerce importância crucial, inclusive para onde se pisa, como é para a cultura, a política, as questões micro e macrosociais. Peter Spink (2003) tensiona os limites da pesquisa ao discorrer sobre o campo da pesquisa, e foi nesse tensionamento que nos alojamos. O autor debate sobre o campo-tema como um contato amplo com o objeto de estudo, para além do lugar físico onde a pesquisa pode ser desenvolvida, mas em relação estreita com a literatura, não só acadêmica, mas mais ampla, que pode servir como fonte de inspiração e debate.

Entendemos que campo-tema é toda extensão da pesquisa, ou seja, como ela se presentifica nas nossas interações cotidianas. Consideramos que, ao tratar de pesquisa circunscrita dentro do escopo da psicologia social, é possível que o campo-tema seja bastante amplo. Podem ser as interações com a (ou usos da) mídia, que, por meio de notícias, filmes, e redes sociais virtuais, façam relação com a temática central da pesquisa; bem como eventos culturais, como concertos de música, apresentações de artistas, peças de teatro; eventos científicos, como simpósios temáticos ou debates mais específicos; e ainda a circulação de conteúdos literários sobre o assunto.

Em suma, é a relação que se dá entre quem pesquisa com sua pesquisa, em conversas cotidianas com pares, relações mediadas por agências produtoras de discurso, a respeito de temas que tangenciam ou abordam diretamente o tema da pesquisa. Dito isso, esse item tem, notadamente, tom politizado e mais pessoal, em sua descrição.

Por isso, nos importa oferecer um panorama político sobre os temas que envolvem essa pesquisa. Tentamos apresentar quais movimentos vividos nos anos percorridos desde o início até a data de entrega deste material, bem como problematizar onde queremos estar. O projeto foi escrito em meados de 2016 e a tese entregue em 2020. Quatro anos intensos de mudanças políticas e sociais, em ambos cenários, nacional e internacional.

O ano de 2016 no Brasil, é marcado por um contexto de fragilidades democráticas e de fortalecimento de pautas fundamentalistas. A análise que queremos discorrer neste texto mora na relação direta que se tem entre a legitimidade de ações contra os direitos humanos, centralizada neste cenário, em nossas interações cotidianas. Quando se tem lideranças e representantes políticos que atuam contra os direitos humanos de forma arbitrária, operacionalizada e estrategicamente deliberada, que tipo de interações cotidianas são permitidas? O que se diz, o que se quer dizer e que tipo de ação estes discursos legitimam e viabilizam em nossas ações cotidianas?

Ana Reis (2019) apresenta um cenário das políticas públicas destinadas às mulheres nos últimos anos. Destacamos algumas que a autora descreve no artigo *As mulheres e as políticas públicas: avanços e retrocessos em tempos de resistência*. No que se refere à representação feminina na estrutura democrática, a autora enfatiza sua fragilidade, que é refletida em termos 51,03% da população, pelo CENSO de 2010, ao passo que representamos em 2018, 15% das cadeiras da Câmara Nacional dos Deputados, com 77 mulheres eleitas. No Senado Federal, somos 14,8% das cadeiras, com 12 senadoras. No poder executivo, temos uma governadora eleita em todo país, do Rio Grande do Norte. Segundo Antonia Pellegrino (2018), o Brasil está na 115ª posição em 138 países no que se refere à representatividade feminina na política.

Vale lembrar que em 2011 foi eleita a primeira mulher presidenta no Brasil, o que poderia servir como incentivo para a participação nas esferas representativas no país. Também vale a nota que há partidos que burlam as políticas de cotas para mulheres, sustentando e reproduzindo a lógica sexista, em detrimento da legislativa (do Nascimento, 2016).

A autora ainda relembra como o Programa Bolsa Família, de 2003, favorece em especial mulheres brasileiras, cuja política de transferência de renda contribui para o processo de autonomia e poder de compra de mães. Após 2016, é um programa que caminha na corda bamba, pela justificativa da necessidade de congelamento de despesas (Reis, 2019).

Ainda segundo a autora, as mulheres também são mais afetadas quando o assunto é precarização e terceirização do trabalho. O cenário já é marcado pela histórica diferença salarial entre homens e mulheres, sendo que estas recebem, em média, 40% a menos que homens em cargos semelhantes, e interrompem suas carreiras seis vezes mais que os homens com a chegada de filhos (Reis, 2019). Nesse contexto, as mulheres são maioria em empresas terceirizadas (no ramo de limpeza, sobretudo), bem como as que desenvolvem mais trabalhos em domicílio, além do doméstico. Portanto, com a reforma trabalhista, que implica, entre outras questões, em anos a mais de contribuição no INSS para aposentadoria, serão as mulheres, mais uma vez, as mais afetadas (Reis, 2019).

Ainda em relação aos ataques proferidos aos direitos alcançados, é pertinente pontuar a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de ministério e vinculada à Presidência da República. Em 2015 ela deixa o *status* e é incorporada ao, então, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Com pouco tempo de vida, este ministério foi extinto em 2016, e as atribuições de “proteção da mulher” foram rearranjadas em 2019 para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Denyse Pontes e Patrícia Damasceno (2017) apresentam quais os avanços, em termos pedagógicos, que a criação da SPM contribuiu para o sistema educacional brasileiro, desde 2004 até 2016. A principal motivação foi implementar debates e conteúdos em currículos escolares que estimulassem interações sociais baseadas na igualdade, buscando transformações culturais e sociais.

Janaína do Nascimento (2016, p. 325) lista as políticas afirmativas de gênero, de formalização do trabalho doméstico, de combate à violência contra mulher e população LGBT, também nas duas últimas décadas, tais como:

Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), criação de juizados especiais, programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT, aprovação da Lei Maria da Penha, criação da Central de Atendimento à Mulher, Centro de Atendimento Especializado na população LGBT, entre outras.

Alguns avanços, felizmente, também podem ser apontados neste período de quatro anos. O primeiro deles é a retirada da transexualidade como um “transtorno”, bem como da lista de “distúrbios mentais”, da CID-11, que entrará em vigor em 2022. O mesmo se dará para a homossexualidade, que sai da categoria “orientação sexual egodistônica”, que

abria margem para a justificativa de ofertas de “terapia de reversão sexual” (Facchini, 2018).

O Programa Brasil Sem Homofobia foi criado no panorama político do ano de 2004, e é marco representativo no que diz respeito à inserção de uma agenda política de Estado no Brasil (Feitosa, 2019). Dentre os desdobramentos dessa política, citamos, com base em Regina Facchini (2018):

- na saúde e assistência (a partir de 2008) – a criação dos Centros de Referência LGBT; o Processo Transsexualizador do SUS; a Política Nacional de Saúde Integral a Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- na educação (na metade dos anos 2000) – a formação continuada de professores e professoras em relação à gênero, sexualidade e questões étnico-raciais; e o uso do nome social no Enem;
- no judiciário (a partir de 2011) – o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo gênero, como entidade familiar; a regulamentação que assegura o “nome social” das pessoas trans, independentemente de procedimento cirúrgico.

Atualmente, infeliz e contrariamente, todos esses direitos estão em processo sensível de fragilização. Marco Aurélio Prado e Sonia Corrêa (2018), a respeito do histórico das cruzadas antigênero – processo transnacional de politização reativa moral e religiosa (Facchini, 2018) – retomam que, desde 2013, o movimento Escola sem Partido, com lideranças e membros católicos e evangélicos conservadores, se esforça para que o termo *gênero* seja excluído dos debates do Plano Nacional de Educação.

Em 2019, no discurso de posse presidencial ao congresso, o recém-eleito presidente anuncia que um dos objetivos do governo é combater a “ideologia de gênero”. Da mesma maneira, está sob ameaça a Política Nacional de resposta ao HIV/Aids. Destacam:

Essas mobilizações, cada vez mais intensas desde 2016, não apenas compuseram o cenário eleitoral e pós-eleitoral como, desde antes, têm implicado ataques à liberdade de cátedra de professores e professoras, denúncias extrajudiciais contra escolas, proibição de materiais didáticos sobre os temas em sexualidade e gênero e projetos de lei que visam restringir não só a educação em gênero e sexualidade, como os direitos reprodutivos e sexuais de mulheres e das pessoas LGBTI (Prado & Correa, 2018, p. 445).

Facchini (2018) discorre sobre alguns efeitos que já são perceptíveis face a estes discursos: aumento do número de homens que fazem sexo com homens infectados com HIV; relatos mais frequentes, em 2016 comparado a 2009, desses homens acerca de discriminação, violência física e sexual. Ainda são incorporadas à lista, processos de exílio de membros do parlamento e da academia, pessoas reconhecidas por seu trabalho que envolve a temática como Débora Diniz, Jean Wyllys e Márcia Tiburi. E, como não poderia deixar de ser citado, o assassinato da parlamentar Marielle Franco, feminista defensora dos direitos humanos, em 2018, cuja apuração até os dias de hoje é alvo de deliberado e estratégico descaso e negligência.

As respostas às ondas reacionárias são mobilizadas por diversos movimentos coletivos ao redor do mundo. O *website Sexuality Policy Watch* (“Retrospectiva da política sexual em 2019”, 2020) apresenta retrospectiva do ano de 2019, mês a mês, no que diz respeito aos acontecimentos em esfera mundial sobre a temática. É notório um movimento em escala global, especialmente em relação às uniões entre pessoas do mesmo gênero, à luta pelos direitos das pessoas transexuais (especialmente marcado pelo 50º aniversário dos protestos de *Stonewall*, em junho de 2019) e a descriminalização do aborto.

Torna-se imperativo destacar também que este texto foi escrito em meio à medida de combate e contenção dos sintomas provocados pela Covid-19 (*coronavírus disease*), a quarentena, a partir de março de 2020. Sob efeito de um panorama de muitas incertezas, há uma série de certezas que respondem a fenômenos sociais que permanecem. Em especial, elegemos evidenciar os impactos de um vírus, contra o qual – até o momento – ainda não desenvolvemos vacinas para sua prevenção, que entrou no país pela classe média, que estava em países do exterior, especialmente Itália, China e França, segundo vídeo divulgado dia 27 de março, pela Agência Fapesp “a rota do coronavírus no Brasil” (Sabino, 2020). E que tem matado, principalmente, pessoas de grupos que servem a essa classe, inclusive aumentando grupos de risco à doença em relação a outros países, em escalada do que temos assistido como “rejuvenescimento” da Covid-19 no país.

Em duas reportagens para o jornal *El País*, Débora Diniz (2020a, 2020b) sustenta o caráter da necropolítica das epidemias, à luz dos entendimentos de Michel Foucault, a respeito da biopolítica dos corpos. Uma pandemia que serve de justificativa aos governos autoritários sobre quais vidas serão descartadas. A antropóloga, assim como Rosana Pinheiro, em matéria para o *The Intercept Brasil* (Pinheiro-Machado, 2020) e Leticia

Ferreira e Lola Ferreira, para a revista *Azmina* (Ferreira & Ferreira, 2020), exploram os impactos da doença para as mulheres.

Mais uma vez, as mulheres representam o maior número de trabalhadoras terceirizadas e informais no Brasil, especialmente as empregadas domésticas. Em momento de recessão, desemprego e informalidade altos no país, não podem parar seus trabalhos. Ao não pararem, além do risco de contágio por outras pessoas, também sofrem mais de estresse, contribuindo para que sua imunidade caia, e fiquem ainda mais vulneráveis ao vírus. Ainda, 70% das profissionais que estão na linha de frente dos cuidados de combate ao vírus são mulheres. Em especial as enfermeiras – dentre a classe, as mulheres são mais de 85% – têm sofrido com a precarização do trabalho, a falta de insumos e proteção para o desenvolvimento do trabalho insalubre (Ferreira & Ferreira, 2020).

Além disto, as matérias retomam os dados preocupantes, ao redor de todo mundo, da elevação dos casos de violência doméstica devido à necessidade de reclusão. Notória a situação de insegurança da mulher nos espaços públicos e privados.

Para dar conta do quadro de desigualdade persistente, políticas públicas de gênero são fundamentais. A eficácia dessas políticas não é uma questão simples, dependendo de vários fatores. Em primeiro lugar, depende de fatos que antecedem sua formulação, como estar em sintonia com as principais demandas das mulheres, expressas nas ações e discurso dos movimentos sociais. Em segundo lugar, depende do modo de formulação, ou seja, se tem as mulheres apenas como beneficiárias ou se essas participam ativamente do processo de formulação e implementação dessas políticas atuando como sujeitas de transformação. Em terceiro lugar, é crucial que tenham em sua essência compromisso real com a equidade de gênero (do Nascimento, 2016, p. 334).

A crítica que pauta esse texto é a problematização das compreensões e justificativas sobre as desigualdades entre os gêneros, e como estas podem dirigir determinados tipos de ações, de como as pessoas se reconhecem em determinadas categorias, as quais correspondem a construções de sentidos e posicionamentos. Segundo Vera Paiva (2008), as produções destes entendimentos levam, entre outras questões, à desigualdade entre os gêneros, a uma (hetero)sexualidade dominante, à subordinação das mulheres e outras expressões de gênero, à discriminação sexual e à violação de direitos sexuais de determinadas pessoas.

Face aos desafios, que dado o momento, se parecem ainda mais longínquas suas diluições, aliamos-nos à jornalista Eliane Brum, em matéria para o jornal *El País*, no qual reflete como poderemos lidar com o futuro do capitalismo pós-coronavírus (Brum, 2020). Quem lê com alguma frequência suas colunas jornalísticas já se habituou com textos duramente propositivos. Neste sentido, ao final desta matéria, Brum nos convida a pensar como ser desobedientes civis, com motivações em Bruno Latour (em *'imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*, <https://n-1edicoes.org/008-1>) e em adolescentes do país, que vêm demonstrando sua capacidade de articulação para transformações sociais.

Maria Bogado (2018) traça um histórico brasileiro recente de adolescentes que capazes de se organizar, encontraram em suas saídas às ruas maneiras de manifestar contra medidas governamentais, bem como pedir por mudanças. Foi o que aconteceu, por exemplo, na ocupação das escolas no final de 2016, quando adolescentes protestavam contra a Reforma do Ensino Médio e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que buscava limitar gastos de áreas como educação e saúde, por vinte anos. Este movimento foi bastante marcado pelos discursos feministas e inspirou a possibilidade de construções alternativas a respeito de adolescentes. E como já mencionado, os registros destas lutas podem ser rememorados por documentários brasileiros.

É neste sentido que refletimos com Eliane Brum. Como podemos nos inspirar com a desobediência civil de adolescentes, colocar em prova nossa capacidade de articulação, paralela à produção de descrições alternativas e propositivas sobre nós, para que esse cenário seja transformado?

1.5 Posturas colaborativas no desenvolvimento de pesquisas

Após apresentar nosso enquadramento epistemológico, bem como nosso posicionamento político e ético no que se refere ao desenvolvimento de práticas com adolescentes sobre sexualidade, embasado por exemplos de pesquisas anteriores, nessa seção fundamentamos nossa escolha metodológica, por meio de pesquisas encontradas na literatura acadêmica. Adiantamos que tal processo é baseado em coerência epistemológica, o que significa que os pressupostos feministas construcionistas sociais sobre a construção conjunta de conhecimento se costura às propostas de como estar em

contato com as pessoas e com o processo de produção de sentido que emerge do campo-tema.

Especificamente, nossas motivações para essa seção advêm da curiosidade em saber sobre possibilidades de inclusão de adolescentes nas práticas das pesquisas. Tanto pela maneira como são feitos os convites para que participem das ações, bem como a respeito sobre a forma com a qual facilitadores dos grupos geralmente apresentam interesse em suas opiniões. Nossa intenção é refletir como a proposição de grupo com adolescentes de forma mais inclusiva, baseada no diálogo aberto e não julgador, e que busque centralizar adolescentes em práticas cuja temática seja sua própria sexualidade, influencia em seu protagonismo. Este protagonismo pode se revelar, dentre outras maneiras, na forma como colocam e apresentam suas opiniões ao longo do desenvolvimento dos grupos.

O contato com a literatura a qual versa a respeito de ações baseadas na colaboração, em sua maioria, nos leva a produções cuja proposta é a colaboração entre setores de cuidado (também por ações interdisciplinares de um mesmo centro de cuidado) para o desenvolvimento de ações com adolescentes, entendendo que a eficácia das ações se dá justamente pela colaboração entre os saberes. A maior parte destas ações são na área da saúde (Hadna & Nasrulhaq, 2019; Morgan, Pullon, Garrett, & McKinlay, 2019; Stuart, 2014; van Gessel, Picchiottino, Doureradjan, Nendaz, & Mèche, 2018) e saúde mental (Demant & Lawrence, 2018; Hoadley, Smith, Wan, & Falkov, 2017; Sarvet & Wegner, 2010), incluindo investigações concernentes à formação de profissionais da saúde para práticas colaborativas (Clifton & Roberts, 2016; Gooding et al., 2016; Rotz & Dueñas, 2016; Zang, Liu, & Pu, 2012), enquanto as outras relatam sobre cuidados para jovens com deficiência (Bruce & Bashinski, 2017; Ogletree et al., 2017; Prelock, Potvin, & Savard, 2017), para melhoria das condições de aprendizagem (Hill & Hart, 2017; Peterson, McIntyre, & Glaés-Coutts, 2018; Thielking, Skues, & Le, 2018) e a relação de jovens nas áreas da justiça (Lacalle Zalduendo, & Pujol Ozonas, 2019).

Esses textos, em sua totalidade, apresentam que trabalhar colaborativamente não significa simplesmente que profissionais de diversas áreas atuem conjuntamente para a resolução de algum caso, na junção de profissionais como um “arquipélago de saberes” (M. Spink, 2010). As pesquisas destacam impressões de participantes ao indicarem que os caminhos para se trabalhar colaborativamente devem ser tomados a partir de relacionamentos de confiança entre pessoas, gerando a sensação de que se pode contar com profissionais de outros serviços e/ou de outros setores, o que implica postura

apreciativa e aberta para conversas e relações; buscando construir novos conhecimentos gerados em conjunto; basear as ações de forma ética e responsável; comunicar-se de maneira cuidadosa e responsiva; compartilhar responsabilidades; tomar decisões conjuntamente e focar nas necessidades específicas das pessoas (Bruce & Bashinski, 2017; Demant & Lawrence, 2018; Gooding et al., 2016; Hadna & Nasrulhaq, 2019; Hill & Hart, 2017; Lacalle Zalduendo, & Pujol Ozonas, 2019; Morgan et al., 2019; Ogletree et al., 2017; Prelock et al., 2017; Rotz & Dueñas, 2016; Sarvet & Wegner, 2010; Stuart, 2014; Thielking et al., 2018; van Gessel et al., 2018). Ainda, é resultado também dessas pesquisas que seu benefício está em olhar de maneira holística para as pessoas, com suas necessidades específicas, de forma a respeitar as condições ambientais e culturais na qual a pessoa se insere e também pensar sobre as práticas profissionais de maneira reflexiva (Morgan et al., 2019; Peterson et al., 2018; Prelock et al., 2017; Thielking et al., 2018).

Ademais, as diferentes pessoas participantes destas pesquisas também apresentam que trabalhar colaborativamente com outras disciplinas apresenta uma série de desafios, especialmente o tempo que se gasta com compromisso e preparação, que muitas vezes é incompatível com altas demandas de trabalho, junto à invisibilidade deste trabalho; a necessidade de suporte da gestão do serviço, que às vezes é conflitante com a prática, exigindo transformações nas culturas organizacionais dos serviços; e a implícita hierarquia entre as profissões, percebido por impasses interpessoais (Demant & Lawrence, 2018; Morgan et al., 2019; Prelock et al., 2017; Rotz & Dueñas, 2016; Stuart, 2014). Além dos problemas interdisciplinares, Barry Sarvet e Lynn Wegner (2010), por exemplo, discutem obstáculos financeiros no sistema de saúde australiano que atrapalham a comunicação entre pediatras e psiquiatras para o desenvolvimento mais fluido e justo para os cuidados em saúde mental infantil e adolescente.

Lucy Demant e Jessica Lawrence (2018) viveram o esvaziamento das reuniões de planejamento de uma ação sobre saúde mental com jovens em situação de vulnerabilidade, envolvendo profissionais da área da saúde mental, social, polícia, governo local e do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, Educação e Emprego e Treinamento na Austrália. As autoras relatam que ao se juntarem, as negociações entre as partes chegaram a impasses sobre caminhos que poderiam tomar conjuntamente, gerando fontes de frustração. Por isso, debatem que uma agenda em comum não é suficiente para o desenvolvimento de ações, mas é essencial avaliar o interesse, disposição e habilidades das partes em iniciar o projeto, bem como apresentar a metodologia colaborativa como parte central das ações.

Neste sentido, Sonya Morgan, Susan Pullon, Susan Garrett e Eillen McKinlay (2019) apresentam ferramentas e obstáculos para ações de colaboração integrativa, pelos quais passam profissionais de um serviço de saúde inteiramente voltado para jovens (*Youth-One-Stop-Shops*, YOSS) na Nova Zelândia. As autoras destacam considerações ofertadas pelas profissionais do YOSS e de outras agências de cuidado a jovens, a respeito do trabalho colaborativo realizado no próprio YOSS e no contato com profissionais de agências externas. O serviço que atua há mais de vinte anos no país recruta profissionais com orientações para políticas internas de confiança e colaboração, que, por sua vez, integram no cotidiano decisões compartilhadas, que interferem diretamente em sensações de trabalho conjunto, vínculo com as e os jovens e serviços holísticos e localmente acessíveis. Os desafios em atuar em colaboração com outras agências de cuidado moram justamente na adoção de filosofias diferentes que guiam os serviços. Segundo as profissionais do YOSS, a não adoção de filosofias colaborativas barra, por exemplo, a proposição de reuniões presenciais regulares para tomada de decisões entre os setores, bem como dificultam o envolvimento no trabalho de continuação de casos de jovens que saíram dos cuidados do YOSS. Uma forma de ultrapassar tais dificuldades é contar com pessoas específicas, configurando relações de confiança entre profissionais (não entre os serviços), sendo destacado como instrumental para colaborações de sucesso. De maneira geral, profissionais entendem que cuidados realizados de forma colaborativa e integrativa são essenciais para entender as necessidades de jovens e prevenir que “caiam pelas rachaduras”, embora apontem que seja um trabalho muitas vezes invisível, exigindo tempo e esforço.

Tais resultados são reforçados por Monica Thielking, Jason Skues e Vi-An Le (2018), mas no contexto educacional, especificamente na relação entre psicólogas, diretoras e professoras de uma escola na Austrália. As participantes da pesquisa relatam que o principal fator para o trabalho colaborativo entre estas disciplinas é que se construam relacionamentos fortes e respeitosos entre as pessoas, o que interfere no compartilhamento de informações de maneira ética, e na promoção de serviços integrativos e holísticos para a resolução de necessidades reais de alunas.

A relação entre pesquisadoras e profissionais também se potencializa quando atuam de forma conjunta, por exemplo, em pesquisa-ação colaborativa, podendo configurar equipes potentes para fins desejados. Dentre as implicações desta colaboração está a construção de sentidos de reciprocidade e respeito mútuo entre quem pesquisa, com

profissionais com quem se pesquisa, que conjuntamente podem construir conhecimentos relevantes para os contextos específicos aonde se está atuando (Peterson et al., 2018).

São indiscutíveis os esforços para se trabalhar conjuntamente. Reconhecemos os desafios especialmente presentes em desenvolver conversas, em pensar como fazê-las de forma a abrir espaços para novas práticas em conjunto com outros saberes, sem se afetar pelo receio da vaidade das profissões. Seguramente agir colaborativamente é um processo contra hegemônico, reconhecendo a conexão entre as disciplinas, reconstruindo posicionamentos relacionais, de maneira revolucionária nos serviços e atuações.

Ainda que em menor número, há pesquisas que descrevem práticas cujo planejamento e desenvolvimento contou com o envolvimento das outras pessoas, para além de profissionais e/ou pesquisadoras e pesquisadores. É o caso das pesquisas de Eduardo Vianna e Anna Stetsenko (2011), Ottar Ness, Marit Borg, Randi Semb e Alain Topor (2016), John Downes, Penny Bishop, Meredith Swallow, Mark Olofson e Susan Hennessey (2016), Ottar Ness, Øyvind Kvello, Marit Borga, Randi Semba e Larry Davidson (2017), Aoife Gallagher, Carol-Anne Murphy, Paul Conway e Alison Perry (2019).

Percebemos dois movimentos distintos na literatura: enquanto as primeiras pesquisas descritas entendem práticas colaborativas como a colaboração entre profissionais, outras iluminam aspectos que ultrapassam enfoques disciplinares, em processo de horizontalização das construções junto com as pessoas com as quais se atua.

A pesquisa de Aoife Gallagher, Carol-Anne Murphy, Paul Conway e Alison Perry (2019) se alinha a estes últimos pressupostos citados. No artigo, há sugestão de que há várias pesquisas que consideram apenas professoras e profissionais especialistas nos esforços colaborativos nos quais devem se engajar para o aprimoramento dos espaços escolares para crianças com transtorno do desenvolvimento da linguagem (TDL). Portanto, avançam na proposta de inserir também os entendimentos das crianças a respeito de ambientes propiciadores para seu desenvolvimento (que, por sua vez, apresentam discordâncias nas opiniões das adultas, especialmente sobre o que é mais relevante dentro do contexto escolar). A própria pesquisa é construída de maneira colaborativa, apontando estratégias que adotaram para o processo de sua implementação e inclusão dos saberes das crianças, familiares, professoras e profissionais especialistas. Seus resultados indicam a relevância de considerar e aprender com as crianças quando o assunto é a criação de espaços mais inclusivos e diversos para elas próprias. Consideramos importante destacar que entre as discordâncias das opiniões relatadas nas

entrevistas com as crianças de 10 a 13 anos e as adultas em grupos focais (professoras, profissionais especializadas e familiares), estavam as prioridades no ambiente escolar. Enquanto foi consenso entre as adultas a importância de que crianças com TDL se equiparem ao nível de desenvolvimento de aprendizagem das crianças sem o transtorno, as crianças, por sua vez, sugeriram a importância de facilitar a inclusão e a socialização delas. Para as crianças, a sala de aula ideal é aquela em que todas as diferenças são celebradas, para que as pessoas se gostem *porque* são diferentes, não *apesar* disto.

Participantes de 20 a 30 anos, com ocorrências repetidas de tratamentos, que se utilizam de um serviço de saúde mental na Noruega, apresentam opiniões semelhantes às das crianças do estudo de Aoife Gallagher et al., (2019). Foi-lhes perguntado o que é colaboração na prática, como se sentem em parceria mútua com profissionais e como percebem o impacto da colaboração para o cotidiano. Ottar Ness et al., (2017) descrevem que jovens que se utilizam deste serviço entendem que colaboração é estar aberto à possibilidade de criação conjunta, sem tentar “consertar” pessoas, com tratamentos e conselhos prontos, de modo impaciente para o tempo e necessidade que cada uma delas apresenta. Assim como as crianças que não entendem que precisam chegar ao nível de aprendizagem das outras crianças (Gallagher et al., 2019), estes e estas jovens não precisam de conserto, e entendem que a diversidade deve ser celebrada. Seus relatos indicam que a colaboração acontece tanto em conversas não julgadoras e reflexivas sobre a vida e problemas cotidianos, como em parceria para encontrar caminhos que não conseguem ver só. Esperam conversas com tons de esperança e crença em seus esforços, com práticas responsivas, receptivas, não-convencionais, e flexíveis que possam influenciar no senso de autoconfiança e autorrespeito, quando aprendem a fazer coisas por si.

Familiares que cuidam de jovens nesta situação de dificuldades emocionais participaram de investigação realizada por Ness et al., (2016), e descreveram em conjunto como experienciam e descrevem colaboração com profissionais de tais serviços. Tais familiares vivenciam dilemas e desafios que se referem tanto pelo fato de terem filhos e filhas que sofrem de algum acometimento de saúde, quanto por não se sentirem que integram totalmente os serviços. Entendem que, justamente por serem pessoas que convivem com tais jovens, têm informações que podem ser pertinentes se trabalhadas em conjunto com profissionais. Portanto, declaram desejos de trabalhar em colaboração com a equipe de profissionais dos serviços, mas que, ao invés disto, não recebem o convite

para que participem, bem como não recebem informações sobre a complexidade do sistema de cuidado.

Eduardo Vianna e Anna Stetsenko (2011) narram a história de Jay, de 16 anos, filho de emigrantes de Porto Rico, que vive em situação de abrigo, por uso abusivo de álcool e outras drogas, em Nova Iorque. O autor e a autora discutem os impactos de concepções rotuladoras e estigmatizantes a respeito de determinados grupos, neste caso especificamente, adolescentes, filhos de imigrantes da América Latina, com histórico de uso abusivo de drogas, pobres, vivendo em situações de abrigo. A narrativa desta pesquisa volta-se para as possibilidades de futuro diferentes do que concepções como “adolescentes com desvio de conduta” podem oferecer, tal como este e outros adolescentes eram entendidos nessa residência masculina. O pesquisador e psicólogo do abrigo onde vivia Jay, junto com o adolescente, trabalharam em formato colaborativo, sendo que o primeiro propunha pensamento crítico, oferecendo possibilidades de que o adolescente compreendesse de maneira ampla e complexa a situação de opressão em que vivia, com base nos legados de Paulo Freire. O agir colaborativo nessa pesquisa envolveu criar narrativas alternativas de Jay, que transformaram suas reações “rebeldes” em ações propositivas para ele e seus colegas, por ativismo social e aprendizagem crítica. Na pesquisa, se discute como rótulos e estigmas limitam relações, de forma a criar obstáculos significativos para transformações sociais, bem como o potencial que há no trabalhar conjunto, evidenciando seus desafios, mas apontando os caminhos possíveis em ações que valorizam e acreditam nas pessoas.

Comum às opiniões de quem participou das pesquisas supracitadas é o desejo de serem entendidas como pessoas, como seres humanos que têm opiniões, vozes, desejos e vontades. Sobretudo querem que os ouçam, entendam e respeitem. Como propõem Ness et al., (2017), são participantes que não querem nada diferente do que nós queremos, ou seja, pessoas que nos ouçam com respeito. Infelizmente, a condição “desviante” da norma na qual se encontram prevalece no modo como são feitas suas descrições por profissionais.

Posturas colaborativas apresentam potencial significativo para a desconstrução de histórias únicas a respeito das pessoas. Então, pesquisadores e pesquisadoras podem atuar de forma responsável e ética, engajando-se em alternativas construídas conjuntamente para apresentar narrativas positivas. Ann-Louise Davidson (2015) relata a pesquisa-ação colaborativa realizada junto com pessoas com deficiência intelectual (DI) no Canadá, na qual juntas planejaram, desenvolveram e avaliaram a criação de vídeos. Estes materiais

foram desenvolvidos com tutoria da autora, intencionando gravar vídeos pelas pessoas com DI, explicando suas condições, focando em suas capacidades e o que gostam de fazer para serem felizes. O processo de desenvolvimento foi com base no respeito e na vontade das participantes, desde o processo de aprendizagem de utilização de um *iPad* para a gravação, até a possibilidade de elegerem o tema que gostariam de abordar, a participação na edição dos vídeos, o compartilhamento deste material internamente com o grupo, e depois a escolha se e como gostariam de compartilhar o conteúdo mais amplamente. Cada pessoa foi tratada pela sua vontade, na singularidade exigida concernente à especificidade do caso. Dentre os interesses, a autora destaca questões como receber um prêmio, estar envolvido em várias organizações, viver de forma independente, fazer arte ou estar em um trabalho remunerado. E por fim, enfatiza como são desejos que em nada diferem do que é que traz satisfação nas vidas de outras tantas pessoas.

O que estas pesquisas demonstram é que colaboração envolve respeito, compaixão, foco em pertencimento, celebração da diversidade, profissionais atuando de forma envolvida e disponível a entender que as pessoas podem ser diferentes e viver vidas diferentes (Davidson, 2015; Downes et al., 2016; Gallagher et al., 2019; Ness et al., 2016, 2017; Vianna & Stetsenko, 2011). Especificamente, estas crianças, jovens e familiares almejam que haja um tratamento singular, que abram mão do entendimento de pertencer a um grupo específico, reconhecido pelo que lhes falta, em prol de um entendimento sobre as potencialidades e capacidades. Ademais, a maneira como profissionais se engajam em ajudar impacta no investimento em estabelecer relacionamentos colaborativos, que é um fator importante para os resultados esperados pelos serviços. Mesmo que essa colaboração requeira mais tempo e esforço, seguramente os resultados são melhores em termos de gerar benefícios às pessoas envolvidas (Davidson, 2015).

Ao mesmo tempo, essas pesquisas demonstram como ainda é desafiador ultrapassar práticas convencionais na intencionalidade de propor práticas colaborativas. Profissionais apresentam desejos de trabalhar conjuntamente com as pessoas com quem atuam, mas lhes faltam ferramentas. John Downes et al., (2016) analisam como são feitas ações colaborativas em escolas estadunidenses e percebem frustrações tanto de alunos e alunas, quanto de professores e professoras. O primeiro grupo conta que muitas vezes há momentos de levantamento de sugestões, e gastam tempo com professores e professoras organizando e planejando ações que acabam por não serem implementadas no decorrer do ano. Já esse último grupo relata sobre suas lacunas ferramentais, que moram em suas formações voltadas para o ensino convencional.

Assim, não lhes falta vontade, mas sim conhecimento de como inserir alunos e alunas nos processos de ensino-aprendizagem de maneira integrada e colaborativa. Além disso, apontam obstáculos como o tempo despendido necessário, a pressão para trabalhos padronizados e agendas escolares competitivas. Ambos os grupos ressaltam a importância de transformação ampla na organização da comunidade escolar, de forma a compor reuniões nas atividades regulares, bem como processos transparentes e tomadas de decisões compartilhadas (Downes et al., 2016).

Pesquisas como as de Juris e Pleyers (2009), Vianna e Stetsenko (2011) e Downes et al. (2016) exploram outras narrativas de jovens, bastante diferentes de discursos patologizados sobre comportamentos apolíticos, rebeldes ou em fase de transição para a vida adulta, quando irão “sarrar” desta doença. Apresentam, ao invés, sua atividade, energia, como um grupo que é produtor de cultura, com interesse em resolver problemas de forma conjunta, buscando maneiras de influenciar a política partidária e ensinando maneiras alternativas de fazer democracia (Downes et al., 2016; Juris & Pleyers, 2009). Maneira essa que não se concentra em uma única figura, ou poucas figuras centrais, mas envolve o esforço vivo de considerar diferentes vozes (especialmente marginalizadas) nos processos de transformação, em escala local, regional e global, tal qual se propõe a quarta onda feminista. Nós, como pesquisadoras e psicólogas sociais, assumimos responsabilidades de naturezas transformadoras quando propomos pesquisas envolvidas com a criação conjunta de conhecimentos pela horizontalização das relações e democratização dos espaços.

1.5.1 Motivações e justificativa para a escolha do método

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, adotamos as proposições de Harlene Anderson (2009, 2017) a respeito das práticas colaborativas, de acordo com os pressupostos do construcionismo social. Seu debate versa a respeito da importância desta postura filosófica, implicada em transformações da maneira de ser e estar com as pessoas. Considerando muitas descrições possíveis deste termo, o que revela diferentes formas de ação, embora baseadas na mesma terminologia *práticas colaborativas*, assumimos a mais frequente para o construcionismo social.

Partindo da epistemologia construcionista social, as práticas colaborativas foram desenvolvidas por Harlene Anderson e Harry Goolishian na década de 1970. Tais práticas

são entendidas como uma mudança de perspectiva de mundo, incluindo nossa maneira de ser, de nos enxergarmos e nos relacionarmos. Especialmente, é um convite a revisitarmos nossas maneiras mais convencionais de nos relacionarmos com as pessoas, tendo em vista o que esperamos destas relações e como podemos alcançar o que esperamos.

Segundo Anderson (2017), as práticas colaborativas partem de pressupostos dialógicos, os quais dizem respeito a a) *manter o ceticismo*, ou seja, posicionar-se de forma crítica e questionadora sobre o conhecimento entendido como verdade universal; b) *evitar generalizações*, o que significa não criar categorias definidoras de ações, pois corre-se o risco de não entender as pessoas nas suas singularidades; e c) *privilegiar o conhecimento local*, o que garante o entendimento de que as pessoas sabem mais sobre elas mesmas (como seus hábitos, verdades, valores, etc.) que qualquer outra pessoa.

Ademais, de acordo com Anderson (2017) as práticas colaborativas não possuem um passo a passo para sua implementação, visto que são entendidas como um *modo de ser* baseado em conversações naturais provenientes de encontros particulares. Portanto, a postura filosófica de *estar com*, *em conexão* e *em contato com* as pessoas é o que define as práticas colaborativas, pois é neste movimento que vão surgir conversas, novidades e fluxo relacional.

São orientações das ações colaborativas: 1) Investigação mútua – processo de criação conjunta; 2) *Expertise* relacional – entendimento de que as pessoas são especialistas de si próprias e profissionais são especialistas no espaço e das ações colaborativas; 3) Não-saber – proposta humilde de saber *com*, ao invés de saber *sobre*; 4) Tornar público – compartilhamento dos pensamentos de profissionais em voz alta; 5) Atuar com espontaneidade e viver com a incerteza – fluxo de conversa natural entre as pessoas que guia os caminhos, que são incertos; 6) Transformações mútuas – envolvimento ativo de todas as pessoas em processo de influência e transformação; e 7) Uma orientação para a vida cotidiana – colaboração e conexão com as pessoas é postura filosófica de igualdade para qualquer relação (Anderson, 2017).

Portanto, trata-se de envolver-se em um perguntar diferente, em que a curiosidade elementar fomenta a compreensão daquilo que não se sabe, favorecendo o surgimento de caminhos inesperados e possibilitando diálogos fluidos. Carla Guanaes (2006) destaca o envolvimento no processo de conversação, deslocando a importância de respostas esperadas como objetivos das conversas.

Adotar os princípios das práticas colaborativas em pesquisa significa valorizar as pessoas e comunidades locais, horizontalizando ao máximo, as possibilidades de relação

de forma conjunta. Na ação conjunta, busca-se promover a postura crítica e reflexiva e agenciamento. Assim, há também um posicionamento ético de quem pesquisa nesse formato de produção de conhecimento, ao avaliar que há mais potência no “com”, ou seja, o resultado mais interessante é o que é produzido conjuntamente.

A reflexão que a autora adota é conveniente às transformações no mundo, na globalização, *internet* e descrença nas instituições democráticas rígidas, que influenciam as relações de maneira ampla, especificamente, neste caso, na relação entre profissionais e clientes. Ela indica que muitas destas relações não apenas ignoram a humanidade, como a violam (Anderson, 2001).

Para tanto, apresenta um guia conceitual que pode sensibilizar práticas, trazendo à centralidade a importância de conversar com as pessoas e reconhecê-las como seres humanos únicos, de maneira apreciativa, em relação, cujo objetivo seja o destaque para que suas vozes sejam ouvidas, não como pertencentes a categorias de pessoas (Anderson, 2009). Em resumo, a postura filosófica adotada para levar estas práticas é um esforço para responder à questão de “como profissionais podem convidar e facilitar condições e o espaço metafórico para relacionamentos colaborativos e conversas dialógicas?” (p. 9). A relação com estes pressupostos, bem como com as pesquisas descritas nesta seção são sensibilizadores para a apresentação, planejamento, desenvolvimento e descrição do processo de construção de sentidos da presente pesquisa.

Embora tenhamos dividido as produções da literatura do item *1.5 Posturas colaborativas no desenvolvimento de pesquisas* em dois grupos, percebemos que mesmo com propostas de colaboração entre grupos distintos, entendemos movimentos legítimos de integração, buscando a superação de fragmentações tão presentes nos mais diversos âmbitos, seja saúde, educação ou justiça.

Portanto, sugerimos nomear os diferentes processos, sendo um primeiro grupo, mais evidente e robusto na literatura, de *horizontalização para verticalização*, ou seja, primeiro os profissionais se alinham, horizontalizando sentidos, e buscam produzir entre si novos conhecimentos, desierarquizando seus saberes, para depois atuarem com as pessoas, e então de maneira vertical. E um segundo de *horizontalização*, as *expertises* das pessoas com quem se atua e de profissionais são somadas, de maneira colaborativa, construindo conhecimentos com base em seus saberes, para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Entendemos que, desta maneira, ressaltamos os desafios diversos que profissionais e as outras pessoas, em ambos os processos, enfrentam ao deslocarem-se

das condições convencionais que lhes são impostas. Seja pela disputa de saberes bastante presente nos serviços, fruto das formações fragmentadas e da desigualdade de valores às distintas profissões (van Gessel et al., 2018), seja pela posição passiva, à qual, em geral, as pessoas são submetidas, em relação ao próprio corpo e saúde, entregando esse cuidado a profissionais.

Tais apontamentos indicam não apenas a importância do esforço na inversão dessas circunstâncias, mas revelam a necessidade de endossar arcabouço pragmático que sustente e oriente práticas coerentes com tal necessidade. Ou seja, transformações dessa natureza atuam nas estruturas do que até então entendemos como sendo “papel” de determinadas profissões, bem como de quem se utiliza de serviços de cuidado. Isto quer dizer que se torna necessário o compartilhamento de ferramentas viáveis e coerentes de como atuar nesta transformação.

Dessa maneira, a responsabilidade relacional passa a ser central para o desenvolvimento de práticas colaborativas (McNamee, 2020). Laura Vilela e Souza e Manoel Antônio dos Santos (2009) retomam como a responsabilidade individual é sustentada quando se buscam por respostas comportamentais nos padrões e na mente humana, seja em termos de culpa ou de soluções para dissolução de alguns problemas. Ademais, Carla Guanaes-Lorenzi (2017) propõe que refletir criticamente sobre *processo grupal como construção social* é também oferecer recursos sobre como estar junto, ultrapassando a lógica individualista vigente. Como facilitadoras de grupos, entendemos que estas reflexões são importantes tanto para romper com o discurso culpabilizante individual, como buscar por alternativas nos modos de agir em processos de grupo, relacionalmente.

Murilo Moscheta, Laura Vilela e Souza e Clarissa Corradi-Webster (2015) apresentam como os entendimentos de grupo como prática criativa favorecem seus desenvolvimentos em contextos de saúde pública brasileiros. Assim, destacam aspectos que dizem respeito à prática criativa do grupo, como: a função da coordenação do grupo como forma de criação de sentidos relacionais; a realidade relacional do próprio grupo, ou seja, o grupo só existe em sua constituição coordenada entre pessoas, e o entendimento do grupo como prática apreciativa e inclusiva, então heterogênea. Tais posicionamentos são ambos críticos e transformativos, uma vez que questionam valores tidos como certos, que muitas vezes geram exclusões, de forma a investir no potencial que narrativas apreciativas têm em iluminar recursos e promover inclusões.

Destaca-se, então, a importância de grupos com abertura ao trabalho coletivo, construídos em consonância com as demandas locais, e ultrapassando o formato educativo bancário (Freire, 1987) e o modelo de normatização em saúde. Dentre os benefícios das práticas de grupo sensibilizadas por esta postura estão a maior aproximação com a vida cotidiana de usuárias dos serviços, o fortalecimento dos vínculos instituição-comunidade, bem como melhor escuta, reflexão e diálogo entre profissionais e clientes (Camargo-Borges, Mishima, & McNamee, 2008; Guanaes & Mattos, 2011; Souza, Oliveira, Silva, Andrade, & Martins, 2014).

Percebe-se que tais recursos possibilitam refletir sobre o próprio movimento interativo, que vira objeto de estudo. Assim, desloca-se a ideia de que o grupo é algo *a priori*, para o entendimento de que o grupo é a própria construção interativa, momentânea e situada (Guanaes-Lorenzi, 2017; Moscheta et al., 2015; Rasesa & Japur, 2001, 2003; Rasesa & Rocha, 2010). Construcionistas sociais transferem seus interesses para como as pessoas conversam e criam sentidos entre elas, e também para como as conversas podem ser potencialmente melhoradas, em detrimento de entender os resultados esperados das práticas de grupo.

A concepção de grupos como recursos conversacionais possibilita a construção de um contexto dialógico propício à produção e negociação de sentidos, favorecendo, assim, a relação interpessoal entre participantes (Guanaes, 2006). Enfatiza-se, portanto, o caráter construído e negociado na composição e relacionamento grupais (Rasesa & Japur, 2007). Dessa forma atribui-se responsabilidade coletiva aos participantes do processo grupal, embasado pelo entendimento de que espaços de conversas são promotores de mudança (Camargo-Borges et al., 2008; Japur & Ruffino, 2015). Estes processos de reposicionamentos podem favorecer o sentimento de pertencimento ao espaço e a ampliação das noções de direitos, procurando garantir participação mais efetiva dos envolvidos.

A partir dos pressupostos construcionistas sociais, pode-se, também, entender a saúde como construção social, na qual os processos de saúde e doença são constantemente construídos e reconstruídos por ações conjuntas de profissionais de saúde e comunidade (Camargo-Borges, 2014). As práticas colaborativas como orientações e sensibilizações para os processos grupais podem potencializar ações para que profissionais de saúde e comunidade construam, conjuntamente, recursos e práticas que favoreçam tanto a troca de experiências quanto cuidado à saúde (Cadoná & Scarparo, 2015).

A presente pesquisa é política e eticamente envolvida com a viabilidade e produção de diferentes entendimentos a respeito de *pesquisa*, tendo como base pressupostos epistemológicos feministas e construcionista sociais, bem como metodológicos, coerentes com as epistemologias, avançando para construções conjuntas e colaborativas; de *adolescência*, oferecendo debate acerca de concepções justas com um grupo de pessoas ativo; de *sexualidade*, alinhada a entendimentos fluidos e diversos sobre sexos, gêneros e orientações sexuais.

Parte V

no meio do caminho

no meio do caminho

o branco da tela é preenchido de muitas intenções. não há o nada aí, senão o tudo. o desafio maior não é o começar, mas saber que não há o final em um começo. começar e terminar são apenas palavras que, no fim das contas, remetem exclusivamente ao processo.

certo dia, me aventurei em um esporte radical exigente, mas que no auge dos meus vinte e poucos, entendia que, embora existente, não seria páreo para minhas habilidades de se chegar até o fim. assim que segurei a corda que me servia de ferramenta para o topo da gruta onde eu estava afundada, ofereci tanta energia, que na metade do trajeto, essa energia já não existia.

poderia carregar de exemplos análogos nesta tela em branco, os quais descreveriam outras aventuras, de ordens até abstratas. sem me ater exclusivamente aos desafios para meu corpo físico. exemplos os quais o *tao* do processo é central também.

desculpando-me pelo pedantismo, não faço referência aqui ao processo kafkiano. pelo contrário, dou a mão aos poetas contemporâneos, não aos existencialistas do início do século passado. este processo refere-se à importância de perceber que a estrada vai além do que se vê, de que há mais coisas entre o céu e a terra, horácio. de que há o invisível aos órgãos de sentido.

pode ser que as ganas do fazer, do se colocar a mão na massa, nos tornem ávidas pelo produto, como se esta palavra ficasse mais apreciável se acoplada à final, o que nos cega para a importância do instante-já.

o processo é realmente lento, que por vezes é apreciado, mas tantas outras fazem borbulhar a pele. sensação de que não há a possibilidade de um depois atenuante. não sou aquela que diz sobre e respeita o momento na sua integridade, confesso. mas compreendi a importância do vínculo. penso que processo é vínculo, seja com meu próprio corpo, seja com os outros.

viver o instante-já é entender a magia do momento próprio e também como construção do que é o instante-já do daqui a pouco. é a gestalt do caminho. o boicote pode ser que seja fruto do grande estímulo pela busca pela perfeição, para uma apresentação final impactante. e sedentas pelo destino, não nos permitimos vivenciar a sinuosidade do

caminho. não percebemos a importância da dor e mal nos alegramos com um passo dado. e ao final (com a ironia do paradoxo na escolha da palavra), não nos damos conta da beleza do processo construtivo e constitutivo do qual deriva este resultado.

ribeirão preto, 19 de março de 2018

Este não é um diálogo que se finaliza. Seja pelos assuntos, pelas relações que se estabeleceram em todo o processo do doutorado, pelo envolvimento que tivemos com a temática e repercussões que se criaram após a sua intenção de criação. Por isso, este item leva esse título, *no meio do caminho*, embora a tese se finalize, seu conteúdo abre janelas para outras tantas conversas. São reflexões que podem ser pontuadas agora, sendo esse agora um meio do caminho de um devir completamente em aberto.

Após esta apresentação, indicamos que nessa seção apontaremos reflexões que se darão em três caminhos: 1) Contribuições teórico-metodológicas de uma pesquisa-ação construcionista social para o desenvolvimento de ações sobre saúde sexual e reprodutiva com adolescentes; 2) Ofertas para práticas profissionais com o intuito de construir e desenvolver ações dessa natureza com adolescentes; e 3) Reflexões sobre limites e alcances que colaboram para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

5.1 Contribuições teórico-metodológicas

No que diz respeito às contribuições teórico-metodológicas, afirmamos que nossos interesses principais para a eleição das narrativas como método de apresentação das nossas conversas foram (a) a complexidade de conversas em grupo, cujas produções de sentidos merecem ser explicitadas, sem perder de vista o caráter de negociação interpessoal, bem como (b) a importância de apresentar nossa implicação como pesquisadoras no campo para fins de caracterização como pesquisa-ação. Entendemos que as narrativas construídas e apresentadas no item *partilha* retratam ambos interesses.

Com os passos narrados sobre todo o processo de construção do grupo, é possível perceber o tempo que se leva para o desenvolvimento tanto de uma ação colaborativa, quanto de uma pesquisa-ação. Da mesma forma, é a partir desses passos que também se explicita o esforço legítimo para construção de vínculo com as pessoas, e quais são seus efeitos perceptíveis. Acreditamos que a postura do estar *com* as pessoas abre

possibilidades de conexão com elas, portanto, entendemos que apostar no vínculo com adolescentes, sensibilizadas pelas Práticas Colaborativas, é contribuir para a promoção de saúde em práticas sexuais no futuro.

Em conjunto, pudemos construir sentidos sobre diversos assuntos que se associam com saúde sexual e reprodutiva, como questões de gênero, puberdade, métodos contraceptivos, ser pai e mãe na adolescência e álcool e outras drogas. Ademais, sensibilizadas pelas posturas colaborativas, pudemos conjuntamente, dentre outras questões: eleger os assuntos que gostaríamos de conversar, escolher e convidar quais profissionais da unidade de saúde gostaríamos de ter conosco, e decidir quais as melhores maneiras de se conversar em grupo.

Bem como, individualmente, apostamos em conversas para nos preparar para estar junto, buscando por dicas de como diminuir possíveis desconfortos e potencializar sentimentos de segurança, protagonismo e corresponsabilização pelo desenvolvimento e andamento do grupo. E, por fim, pudemos refletir se os encontros haviam atingindo as expectativas iniciais, bem como criar um documento que possa orientar profissionais para o desenvolvimento de ações com adolescentes.

Em termos descritivos também apostamos em uma escrita sensível e criativa, a partir das orientações e pressupostos da pesquisa narrativa, e dos fundamentos da pesquisa feminista construcionista social. Assim, construímos nomes fictícios para a cidade, bairro e unidade onde estivemos, levando em consideração questões afetivas para o processo de construção. Da mesma forma, trabalhamos em conjunto para nomear ficcionalmente também as pessoas que estiveram conosco neste processo. E por fim, trouxemos elementos acadêmicos e artísticos para o desenvolvimento das narrativas.

Assim, temos o interesse de sustentar e endossar argumentos em favor de uma postura filosófica de estar com as pessoas. Em termos ilustrativos, embora tenham sido poucas as participações nas conversas finais de avaliação do processo (descritas no item *meu caro amigo*), elas foram bastante recursivas no que diz respeito à ilustração de efeitos da colaboração para o processo grupal. Algumas respostas foram enfáticas sobre como foi positivo poder conversar em espaços nos quais suas opiniões importassem, ainda mais quando são assuntos “coisas interessantes sobre a vida”, e também nas quais puderam ser cultivadas relações com amor e cuidado.

5.2 Ofertas para práticas profissionais

No que diz respeito ao segundo tópico das nossas considerações, ou seja, sobre as ofertas para profissionais que desejam construir e desenvolver ações desta natureza com adolescentes, podemos partir ainda do tópico *meu caro amigo*. Com a “Declaração sobre (e por) adolescentes para trabalhos em grupo”, avançamos também para as proposições feitas sobre qualquer assunto, desde que feitas *com* adolescentes. Como já relatado, este documento foi uma construção feita em conjunto com o propósito de oferecer para profissionais que tenham como objetivo estar com adolescentes no futuro. A aposta é no vínculo, com paciência, criatividade e senso de humor.

Ainda, a declaração construída com os e as adolescentes pode ser um resumo de qualquer mensagem que tivemos interesse em passar com nossas narrativas. Apostar no *estar junto* é um cuidado para conhecer as pessoas, suas particularidades, tendo como objetivo romper com estigmas e estereótipos, e criar descrições propositivas.

Portanto, entendemos que profissionais da área da saúde, ao lerem esse material de pesquisa, podem se atentar para alguns aspectos que podem favorecer o desenvolvimento de ações com adolescentes. Dentre eles, consideramos interessante elencar:

- a) perguntar-se qual o melhor espaço físico, portanto socialmente engajado, para o desenvolvimento da ação;
- b) checar com as pessoas envolvidas se há alternativas para o espaço físico, em termos de facilidade de acesso, conforto e preferência do grupo;
- c) debruçar-se sobre os passos que envolvem os convites para que as pessoas aceitem estar em grupo (refletir sempre se qualquer assunção “óbvia” está sendo tomada, mas que pode, de alguma forma, ferir a postura filosófica do estar junto);
- d) construir conjuntamente os assuntos que serão conversados com as pessoas com quem se darão as conversas;
- e) verificar se os assuntos podem ser constrangedores e como fazer para que se diminua o constrangimento para a melhor fluidez das conversas;
- f) elaborar regras em conjunto sobre estar junto, para prever conforto e segurança em conversas futuras, no processo grupal;
- g) fazer uso de situações desconfortáveis para conversar sobre o processo e, caso necessário, relembrar as negociações, bem como renegociá-las;
- h) propor conversas sobre o processo grupal, tanto coletiva, quanto individualmente, antes, durante e depois dos encontros.

Entendemos que quando o assunto é sexualidade, há vários tabus que cerceiam as conversas. Assim, com orientações colaborativas, compreendendo que é em processo de conversação que se aprende e se transforma uma realidade, é possível oferecer um espaço legítimo para o desenvolvimento dessas conversas. E ainda, nas conversas preparatórias, foi justamente o que escutamos das e dos adolescentes: com respeito e calma, podemos conversar sobre qualquer assunto. Essa forma de compreender diálogo, proposta em nossas conversas pelas e pelos adolescentes, faz referência a como Stewart e Zediker (2000) propõem o entendimento de diálogo. Segundo os autores, o diálogo acontece quando nos encorajamos a lidar com os desafios de negociar com as tensões especialmente entre três polaridades: deixar o outro acontecer para mim e manter minhas opiniões; univocalidade e multivocalidade; teoria e prática.

5.3 Reflexões sobre limites e alcances da pesquisa

Em termos de limites desta pesquisa, podemos apontar três questões principais. A primeira delas refere-se aos grupos terem, em sua origem, apesar de nossos receios, composição mista. Ao mesmo tempo em que pode ser entendido como um aspecto positivo (que, inclusive, é assim proposto na Declaração, pelos e pelas adolescentes), entendemos que essa configuração pode constranger a construção mais livre de sentidos, conforme discutido na literatura. Esse é um ponto complexo, pois também entendemos que adolescentes cisgênero e heterossexuais podem ser, dentro de um grupo separado por “gênero”, opressores para com adolescentes do mesmo gênero, mas com diferente orientação sexual. De qualquer forma, se partirmos do pressuposto que são adolescentes cisgênero e heterossexuais, a combinação mista de meninos e meninas pode ser um impeditivo para que sentidos sobre suas vivências em termos de sexualidade sejam expostas.

A outra questão diz respeito ao número de pessoas participantes no grupo *Sem Vergonha*, que também tangencia a questão do abandono, sendo esse um movimento que se deu em ambos os grupos. Por algumas razões, e muito diferente do que era antecipado pelas pesquisadoras, foi mais fácil ter um grupo mais robusto de adolescentes com menos idade, que o contrário. Considerando responder à proposta de Carlos – postura que também se relaciona com manter o respeito pelo conhecimento local – durante o processo de construção do grupo, houve um número maior de convites destinados a adolescentes entre 12 a 13 anos.

Por outro lado, como já apresentada uma breve discussão no item *entre-laços*, houve maior desistência de participação nesse grupo. Seguramente o grupo seria enriquecido com as conversas de outros e outras adolescentes para compor com Helena e Francisca. Dessa forma, entendemos que poderíamos ter apostado mais na composição do grupo de adolescentes de 14 anos, com a intenção de ter mais diversidade no processo de produção de sentidos. Assim, mesmo tendo investido em ações colaborativas, a questão da “adesão”, que é um problema posto na literatura, se fez presente nesse estudo.

Assim, apresentamos o terceiro ponto que diz respeito aos limites mais amplos da escolha das Práticas Colaborativas como orientação para o desenvolvimento desta pesquisa. Para dar início a essa reflexão, é válido mencionar que o primeiro limite que se desenha na pesquisa como um todo é o entendimento da pesquisa colaborativa. Esta não é uma pesquisa se fez colaborativa em seus passos de desenho da intervenção, tampouco na construção do texto. Ou seja, o objeto da pesquisa, os passos metodológicos, decisões sobre quem participaria das etapas (como as conversas preparatórias e finais, por exemplo), quando iniciar e quando finalizar as atividades de construção e desenvolvimento da intervenção, bem como o processo de construção do texto são exemplos de decisões tomadas por nós pesquisadoras, não foram, portanto, resultados de decisões colaborativas com as e os participantes.

As Práticas Colaborativas nesta pesquisa, portanto, apresentam-se como uma postura filosófica para o estar em contato com as pessoas nos processos de construção e desenvolvimento da pesquisa. Assim sendo, há os próprios limites dessas orientações de ordem clínica para o campo em pesquisa, que pouco aponta como lidar com tensões que são vivenciadas em contato com as pessoas, em equipes de serviços comunitários de saúde, com hierarquias estabelecidas. Nesta pesquisa, tais limites se presentificaram, pelo exercício de dialogar com a demanda dos profissionais, a respeito, por exemplo, a negociação sobre a faixa etária dos grupos e também a “aula expositiva” que se fez no encontro sobre os métodos contraceptivos. Podemos dizer, portanto, que tais orientações iluminam possibilidades de estar com as pessoas, em proposições colaborativas, contudo deixam à sombra possibilidades de atuação em situações de tensionamento hierárquico ou conflitos de interesses.

Alguns momentos podem ser citados para melhor elucidar como as Práticas Colaborativas podem ter sido insuficientes, em termos de recursos, para lidar com as tensões em campo. Quais sejam: a) negociações com profissionais acerca da idade estabelecida para convidar as e os adolescentes para o desenvolvimento da intervenção;

b) decisões tomadas por nós pesquisadoras, que acabaram por definir convites e o desenvolvimento da pesquisa, como é o caso da própria temática (saúde sexual e reprodutiva para adolescentes), bem como das propostas de atividades, decisões feitas em conjunto com as e os profissionais, e ainda a construção da decisão de quem chamar, que leva a configuração de um grupo supostamente de pessoas que teriam mais abertura pra falar desse assunto; c) dificuldade em lidar com situações que dissessem respeito à “permissão” de decisões tomadas por determinadas pessoas da equipe de profissionais e à “proposição” de novas questões; d) a percepção de que a despeito de toda implicação em campo para criação de vínculo e convite às e aos adolescentes, bem como de ter como intenção construir espaços para compartilhamento de opiniões aparentemente distintas, tais passos foram insuficientes para que adolescentes não abandonassem o grupo; e e) ausência da participação mais ativa da equipe de profissionais no que diz respeito ao desenho prévio da pesquisa, que nos leva ao questionamento: como convidar a equipe de profissionais para que ela esteja efetivamente corresponsável pelo desenvolvimento da pesquisa?

Para finalizar os limites percebidos no desenvolvimento desta pesquisa, refletimos sobre se tais limites apontados da escolha para metodológica das Práticas Colaborativas são de fato limites da proposição em si, ou de como elas foram delineadas na relação entre nós, pesquisadoras, e o contexto de desenvolvimento da pesquisa. A partir de uma reflexão crítica de nossas posturas em campo, é possível apontar que poderíamos ter trazido maiores proposições colaborativas para o próprio desenho da pesquisa, na elaboração de seus objetivos e construção de seu desenvolvimento.

Finalizamos essa reflexão pensando o que ganhamos e o que perdemos na escolha das Práticas Colaborativas como orientações para o desenvolvimento da intervenção grupal com adolescentes e profissionais de saúde sobre saúde sexual e reprodutiva. Em termos de perdas, podemos citar tais limites em relação ao como lidar com situações de tensão com as pessoas. Em determinados momentos, nos perguntamos: Como lidar com discursos moralizantes? Como contornar decisões impostas por nós pesquisadoras ou por profissionais da equipe de saúde? Como convidar pela reflexão conjunta e elaboração de alternativas conjuntas e entender que os caminhos devem ser outros? Por outro lado, em termos de ganhos, as Práticas Colaborativas foram sensibilizações importantes para o estar junto com as pessoas, em momentos frutíferos de produção de sentidos, para incitar conversas, ampliar participações e orientar caminhos mais participativos.

Em relação a alcances, entendemos que há outras contribuições que são derivações destas pontuações oferecidas. Um ponto inicial é justamente a circunscrição dessa pesquisa orientada pelas epistemologias feministas construcionistas sociais. Assim, sintetizamos aspectos presentes na organização desta tese, que podem descrever sua configuração desta maneira:

- *Social*, dentre as contribuições, nesta tese são propostas conversas progressistas com adolescentes sobre sexualidade, em um cenário de *backlash* do número de infecções por HIV em jovens no Brasil e no mundo, bem como de negligência à saúde de adolescentes;
- *Político*, cuja associação se dá desde a proposição epistemológica até metodológica, ao propor sentidos politicamente engajados, considerando a diversidade e pluralidade nos múltiplos processos de produção de sentidos;
- *Psicológico*, especialmente em termos de ações da profissão – majoritariamente feita por atividades em clínica individual –, que tanto se amplia pela prática em grupo, quanto pela ilustração da riqueza existente na associação e interface com a arte, que se fez em diversos momentos, tanto no texto, quanto em campo;
- *Pedagógico*, inspiradas em uma noção crítica e reflexiva a respeito do debate sobre o que são atividades pedagógicas, entendemos que tal pesquisa se compromete com a conexão com as pessoas, pelo diálogo, portanto se faz também sua proposição pedagógica.
- *Saúde ampliada*, que se presentifica notadamente na proposição da ação em uma unidade saúde da família, em processo grupal, de forma colaborativa com profissionais e adolescentes, e também intersetorial, com conversas com a Educação e Assistência;
- *Acadêmico*, relação que se estabelece na ampliação da compreensão do que são práticas “acadêmicas” e na problematização de papéis de quem pesquisa, bem como às características dos produtos textuais que decorrem destas práticas em campo;
- *Metodológico*, ao oferecer ilustrações detalhadas a respeito de alternativas às metodologias convencionais de ações em grupo com adolescentes sobre sexualidade, ao mesmo tempo que sustenta como se avança ao se optar por práticas criativas, colaborativas e participativas.

Ademais, em termos estéticos e éticos, debruçamo-nos sobre alguns esforços neste texto que se valem tanto de estilos de escritas, quanto de recursos gramaticais. Assim, as referências aos nomes das pessoas que desenvolveram pesquisas, utilizadas nesse texto foram apresentados ao menos uma primeira vez, junto com seus sobrenomes. Ainda, nos propusemos em fugir da generalização masculina, quando flexibilizamos verbos e sujeitos no plural. É um exercício exigente em busca de alternativas na língua portuguesa. Para tanto, tentamos nos utilizar de palavras neutras genéricas, quando possível, e quando não foi possível, escolhemos apresentar ambas as flexibilizações.

Outro aspecto dessa pesquisa é seu caráter educativo. Quando assumimos que qualquer relação educativa é aquela que envolve pessoas transformando-se mutuamente por meio de amor e respeito, fundamentadas pela crença na potencialidade das pessoas, transbordamos os processos educativos para umas tantas relações que podem ser assim denominadas. E assim como apresentado no prólogo desta tese, vale a ressalva sobre o caráter revolucionário, vanguardista e atemporal de Paulo Freire. Seguramente os avanços das práticas colaborativas estão na ênfase em acreditar no potencial das pessoas e em como posturas dialógicas são capazes de promover interações positivas. A música é contagiante quando o poeta marginal Belchior (1976) nos diz não estar interessado em nenhuma teoria, sendo que “amar e mudar as coisas” é o que interessa mais. Um processo que envolve também as dores inerentes às transformações.

Ao nosso ver, os esforços e desafios existentes na filosofia do *não-saber* nos tira das gaiolas das certezas e nos permite voar em bandos. Rubem Alves (2005, p. 9) diz que o “voo só acontece se houver o vazio/ o vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas”. Sabemos, contudo, que não é simples sair das certezas de nossas práticas e da segurança que nos oferece o espaço das gaiolas. Já que as gaiolas onde moram as certezas são paradoxalmente limitadoras e confortáveis.

Em nossa tese, queremos oferecer um exemplo de como foi nos jogar em um espaço vazio para estar com as pessoas que convidamos que estivessem com a gente neste voo. A intenção secundária que se presentifica nessas narrativas ilustrativas é de, ao oferecer esses produtos textuais à literatura e comunidades, que quem nos lê também sinta o convidar nesse texto. Para tanto, valemo-nos da reflexividade em pesquisa, especialmente nas narrativas dos encontros em grupo com adolescentes e profissionais de saúde, em que dividimos as descrições em três possibilidades de “eus” que assumimos. Evidenciamos também nas narrativas da construção do grupo, incertezas, inseguranças e desafios que seguramente fazem parte do desenvolvimento de pesquisas.

Por fim, queremos enfatizar as possibilidades de novos sentidos que puderam ser construídos nesta pesquisa. Assim como a relevância das práticas colaborativas, acreditamos que pontuamos nas narrativas como o processo grupal também foi capaz de ser ambiente favorável a novas construções. Assim, nos valeremos desse espaço de tom reflexivo e aberto para caminhar sobre as criações de sentidos sobre nós e sobre a prática de pesquisar que originou este texto final.

O exercício de escrita de uma tese em formato de pesquisa narrativa nos apareceu como um cheiro bom de café pela manhã: convidativo, apetitoso e animador. Ao mesmo tempo que foi um exercício novo, sua fluidez se fez de forma surpreendente. Esses são sentidos novos, frutos dessa relação entre nós e tese: a construção de uma pesquisadora narrativa que constrói narrativas recheadas de produções de sentidos. Sentidos alternativos sobre ações acerca da sexualidade para adolescentes em uma unidade saúde de família, relações profissionais em equipe, utilidade da unidade de saúde para adolescentes, questões de gênero, práticas de sexualidade saudável na adolescência, relações transformadoras educativas em grupo com adolescentes, entre outros.

Em um mundo formado por histórias nas quais há sempre os “certos” e “errados”, que limitam as possibilidades de contar outras histórias sobre outras humanidades, esse é um exercício que pode ser entendido como um ato de resistência. Queremos resistir às narrativas normatizantes e genéricas, com um início, meio e fim, com marcados lados bom e ruim. Especialmente quando o “bom” não é tão bom assim, ou, minimamente, é bom para um grupo muito seletivo de pessoas.

Essa reflexão é como uma ode às histórias não contadas, àquelas que não sabemos e que dizem tanto de nós. São histórias que ficaram nos conhecimentos orais de nossas antepassadas e nossos antepassados, que foram queimados nas fogueiras literais e abstratas de uma história que não nos contam, ou que romantizam, em um eufemismo tão familiar.

Seguimos cantando *Esquadros* de Adriana Calcanhoto (1992):

*Eu ando pelo mundo
Prestando atenção em cores
Que não sei o nome
Cores de Almodóvar
Cores de Frida Kahlo, cores*

*Passeio pelo escuro
Com muita atenção no que minha irmã ouve
E como uma segunda pele um calo, uma casca
Uma cápsula protetora*

*A-ai, eu quero chegar antes
Pra sinalizar o estar de cada coisa
Filtrar seus graus*

*Eu ando pelo mundo divertindo gente
Chorando ao telefone
E vendo doer a fome
Nos meninos que têm fome*

Referências

- Aarons, S. J., Jenkins, R. R., Raine, T. R., El-Khorazaty, M. N., Woodward, K. M., Williams, R. L., ... Wingrove, B. K. (2000). Postponing sexual intercourse among urban junior high school students—A randomized controlled evaluation. *Journal of Adolescent Health*. Netherlands: Elsevier Science. [https://doi.org/10.1016/S1054-139X\(00\)00102-6](https://doi.org/10.1016/S1054-139X(00)00102-6)
- Adichie, C. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ajoko, D. C., Salami, K. K., & Brieger, W. R. (2003). The process of involving high school students in developing reproductive health education materials in Ibadan, Nigeria. *International Quarterly of Community Health Education*, 22(3), 167–187. <https://doi.org/10.2190/16J8-KJRA-4WUU-F1AA>
- Alves, R. (2005). *Religião e Repressão*. São Paulo: Loyola-Teológica.
- Andersen, T. (2004). A linguagem não é inocente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23, 19–26.
- Anderson, H. (2001). Postmodern collaborative and person-centred therapies: What would Carl Rogers say? *Journal of Family Therapy*, 23(4), 339–360. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00189>
- Anderson, H. (2009). *Conversação, Linguagem e Possibilidades*. São Paulo.
- Anderson, H. (2017). A postura filosófica: O coração e a alma da prática colaborativa. In M. Grandesso (Ed.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações* (pp. 21–34). Curitiba: CRV.
- Antunes, A. (1998). Não vou me adaptar. Em Segundo [CD]. Rio de Janeiro: Warner Music Group.
- Austrian, K., & Muthengi, E. (2014). Can economic assets increase girls' risk of sexual harassment? Evaluation results from a social, health and economic asset-building intervention for vulnerable adolescent girls in Uganda. *Children and Youth Services Review*, 47(Part 2), 168–175. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.08.012>
- Ayres, J. R. (2004). *Adolescentes e jovens vivendo com HIV/AIDS: cuidado e promoção da saúde no cotidiano da equipe multiprofissional: AIDS*. (M. Sharp & Dohme, Orgs.) (Edição Esp). Aids Novos Horizontes. Recuperado de www.eci.harvard.edu
- Ayres, J. R. de C. M., Freitas, A. C., Santos, M. A. S. dos, Saletti Filho, H. C., & França Júnior, I. (2003). Adolescence and Aids: evaluation of a preventive education experience among peers. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 123–138.

- Ayres, J. R., Nasser, Y. M., Arantes, M., Saltão, R. M., & Mendes, V. M. (2012). Caminhos da integralidade: Adolescentes e jovens na atenção primária à saúde. *Interface: Communication, Health, Education*, 16(40), 67–81. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000021>
- Ballestrin, L. M. de A. (2017). Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1035-1054. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>
- Belchior (1976). Alucinação. Em Alucinação [CD]. Rio de Janeiro: Phillips.
- Bellenzani, R. (2013). Avaliação qualitativa de uma intervenção psicossocial de cuidado e apoio à adesão ao tratamento em um serviço especializado em HIV/Aids. Tese [Doutorado em Ciências]. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bellenzani, R., Santos, A. de O. dos, & Paiva, V. (2012). Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família TT - Community health agents and care provided for youths, sexual and reproductive health in the family health strategy. *Saúde Soc*, 21(3), 637–650. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000300010
- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 207-228.
- Bechara, A. M. D., Gontijo, D. T., Medeiro, M., & Facundes, V. L. D. (2013). “We learned from playing”: promoting sexual and reproductive health among adolescent men. *Revista Eletronica de Enfermagem*, 15(1), 25–33. <https://doi.org/10.5216/ree.v15i1.19046>.
- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31(1), 15–24.
- Biever, J. L., Fuentes, C. D. Las, Cashion, L., & Franklin, C. (1998). The social construction of gender: A comparison of feminist and postmodern approaches. *Counselling Psychology Quarterly*, 11(2), 163–179.
- Bodanzky, L. (diretora) & Bolognesi, L. (roteirista). (2010). As melhores coisas do mundo [DVD]. Brasil: Warner Bros.
- Bogado, M. (2018). Rua. In Heloisa Buaque de Hollanda (Org.), *Explosão Feminista - Arte, Cultura, Política e Universidade* (p. 23–42). São Paulo: Companhia das Letras.
- Brasil. (1990) Ministério da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União, Brasília
- Brasil. (2012a) Ministério da Educação. Resolução nº1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Brasil. (2012b). Política Nacional de Atenção Básica, I Ministério da Saúde § (2012). Recuperado de <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>
- Brasil. (2012c). *Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012*. Recuperado em 10 de novembro de 2014, de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Brasil. (2019). Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/Aids. (Secretaria de Vigilância em Saúde, Org.).
- Bruce, S. M., & Bashinski, S. M. (2017). The Trifocus Framework and Interprofessional Collaborative Practice in Severe Disabilities. *American Journal of Speech-Language Pathology*, 26(2), 162–180. https://doi.org/10.1044/2016_AJSLP-15-0063
- Brum, E. (2014). *Meus desacontecimentos - A história da minha vida com as palavras*. Arquipélago Editorial.
- Brum, E. (2020). O futuro pós-coronavírus já está em disputa. *El País Brasil*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html?event_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR
- Butler, J. (2010). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (3ª). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cadoná, E., & Scarparo, H. (2015). Construcionismo social na atenção básica: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2721–2730. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.13552014>
- Calcanhoto, A. (1992). *Esquados. Em Senhas* [CD]. CBS/Columbia.
- Camargo-Borges, C. (2014). Em busca de uma formação integral e ampliada: construindo práticas colaborativas para o cuidado em saúde. In C. Guanaes-Lorenzi, M. dos S. Moscheta, C. Corradi-Webster, & L. V. Souza (Orgs.), *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento* (p. 49–72). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Camargo-Borges, C., & Cardoso, C. L. (2005). A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 26–32. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000200005>
- Camargo-Borges, C., Mishima, S., & McNamee, S. (2008). *Da autonomia à responsabilidade relacional: explorando novas inteligibilidades para as práticas de saúde*. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia* (Vol. 1). Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202008000100003
- Capai, E. (Produtora/Diretora). (2017). #Resistência [documentário].
- Capai, E. (Produtora/Diretora). (2019). Espero tua (re)volta [documentário].

- Chamberlain, P. (2016). Affective temporality: Towards a fourth wave. *Gender and education*, 28(3), 458–464.
- Clandinin, J., & Connelly, M. (2015). *Pesquisa Narrativa* (2ª edição). Uberlândia: EDUFU.
- Clifton, J. M., & Roberts, L. A. (2016). Innovation in Faculty Practice: A College of Nursing and Juvenile Justice Collaboration. *Journal of Professional Nursing*, 32(2), 94–99. <https://doi.org/10.1016/j.profnurs.2015.10.007>
- Cole, E. R. (2009). Intersectionality and Research in Psychology. *American Psychologist*, 64(3), 170–180. <https://doi.org/10.1037/a0014564>
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31(1), 99–127. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- Colombini, F. (diretor) & Alonso, B. (diretora). (2016). Lute como uma menina [documentário]. Retirado de <https://www.youtube.com/channel/UCkrWLttLG5VuZbmbQwrXKnw/about>
- Costa, C. (2019). Rede. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Explosão Feminista - Arte, Cultura, Política e Universidade* (p. 43–60). São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, R. F. da, Zeitoun, R. C. G., Queiroz, M. V. O., Gómez García, C. I., & Ruiz García, M. J. (2015). Adolescent support networks in a health care context: the interface between health, family and education. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 49(5), 741–747. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000500005>
- Couto, L. L. M., Schimith, P. B., & Dalbello-Araujo, M. (2013). Psicologia em Ação no SUS: a Interdisciplinaridade Posta à Prova. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 500–511. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200018>
- Crenshaw, K. W. (1994). Mapping the margins. *The public nature of private violence*, 93–118.
- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem*, 7–16.
- Dantas, C., Dimenstein, M., Leite, J., Macedo, J., & Belarmino, V. (2020). Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. *Athenea Digital. Revista De Pensamiento E Investigación Social*, 20(1), e-2169. doi:<https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2169>
- Davidson, A. (2015). A Collaborative Action Research about Making Self-Advocacy Videos with People with Intellectual Disabilities. *Social Inclusion*, 3(6), 16–28. doi:<http://dx.doi.org/10.17645/si.v3i6.412>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.

- Davis, W. M., Shoveller, J. A., Oliffe, J. L., & Gilbert, M. (2012). Young people's perspectives on the use of reverse discourse in web-based sexual-health interventions. *Culture, Health & Sexuality*, 14(9), 1065–1079. <https://doi.org/10.1080/13691058.2012.714800>
- Demant, L., & Lawrence, J. (2018). Back on Track: The challenges of implementing a small place-based Collective Impact initiative. *Health Promotion Journal of Australia*, 29(3), 360–362. <https://doi.org/10.1002/hpja.36>
- Dentith, A. M. (2004). Female adolescent subjectivities in Las Vegas: Poststructural thoughts on the intersections of gender, sexuality, consumer logic and curriculum. *Gender and Education*, 16(4), 455–472. <https://doi.org/10.1080/09540250042000300376>
- Diniz, D. (2020a). A necropolítica das epidemias. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>
- Diniz, D. (2020b). Patroas, empregadas e coronavírus. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>
- do Nascimento, J. X. (2016). Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 21(1), 317–337.
- Downes, J. M., Bishop, P. A., Swallow, M., Olofson, M., & Hennessey, S. (2016). Collaborative action research for middle grades improvement. *Educational Action Research*, 24(2), 194–215. <https://doi.org/10.1080/09650792.2015.1058169>
- Edmeades, J., Lantos, H., & Mekuria, F. (2016). Worth the effort? Combining sexual and reproductive health and economic empowerment programming for married adolescent girls in Amhara, Ethiopia. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 11(4), 339–351. <https://doi.org/10.1080/17450128.2016.1226529>
- Facchini, R. (2018). Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios. Recuperado de: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e>
- Feitosa, C. (2019). Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (32), 90-118. Epub September 09, 2019. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.06.a>
- Ferrari, R. A. P., Thomson, Z., & Melchior, R. (2006). Atenção à saúde dos adolescentes: percepção dos médicos e enfermeiros das equipes da saúde da família. *Cadernos de saúde pública*, 22(11), 2491–2495. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100024>
- Ferreira, L., & Ferreira, L. (2020). Enfermeiras na linha de frente contra o coronavírus.

Recuperado de <https://azmina.com.br/reportagens/enfermeiras-na-linha-de-frente-contra-o-coronavirus/> -

Foucault, M. (1985). História da sexualidade 1. *A vontade de saber*, 17.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir*. Leya.

França, T., & Padilha, B. (2013). Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições. *EPISTEMOLOGIAS DO SUL: Contextos de Investigação Epistemologias*, 12, 1–13. <https://doi.org/10.4000/con>

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Furtado, M. E. M. F., & Carvalho, L. B. (2015). O psicólogo no NASF: potencialidades e desafios de um profissional de referência. *Revista Psicologia e Saúde*, 7(1), 9-17. Recuperado em 16 de agosto de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2015000100003&lng=pt&tlng=pt.

Gallagher, A. L., Murphy, C., Conway, P. F., & Perry, A. (2019). Engaging multiple stakeholders to improve speech and language therapy services in schools: an appreciative inquiry-based study. *BMC Health Services Research*, 19(1), 226. <https://doi.org/10.1186/s12913-019-4051-z>

García, G. C. (2018). Las identidades de género según las y los adolescentes. Percepciones, desigualdades y necesidades educativas. *Contextos Educativos. Revista de Educación*, 21(21), 169. <https://doi.org/10.18172/con.3311>

Gergen, K., & Gergen, M. (2008). Social constructionism and psychological inquiry. In J. Holstein & J. Gubrium (Orgs.), *Handbook of Constructionist research*. New York London: The Guilford Press.

Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: Sage Publications.

Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *INTERthesis*, 6(1), 299–325. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>

Gergen, K. J. (2015). From Mirroring to World-Making: Research as Future Forming. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 45(3), 287–310. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12075>

Gergen, K. J. (2016). Toward a visionary psychology. *Humanistic Psychologist*, 44(1), 3–17. <https://doi.org/10.1037/hum0000013>

Gergen, M. (1993). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Brasília/EdunU.

Gergen, M. (2001). *Feminist reconstructions in psychology: Narrative, gender, and performance*. Sage Publications, Inc.

- Gergen, M. (2008). Qualitative methods in Feminist Psychology. In C. Willig & W. Sainton-Rogers (Orgs.), *Qualitative Research in Psychology* (p. 280–295). London: Sage Publications.
- Gomes, C. de M. (2018). Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 65-82. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>.
- Gontijo, D. T., de Sena e Vasconcelos, A. C., Monteiro, R. J., Facundes, V. L., Trajano, M., & de Lima, L. S. (2016). Occupational Therapy and Sexual and Reproductive Health Promotion in Adolescence: A Case Study. *Occupational therapy international*, 23(1), 19–28. <https://doi.org/10.1002/oti.1399>
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro, jan./jun.*(92/93), 69–82.
- Gooding, H. C., Ziniel, S., Touloumtzis, C., Pitts, S., Goncalves, A., Emans, J., & Burke, P. (2016). Case-Based Teaching for Interprofessional Postgraduate Trainees in Adolescent Health. *Journal of Adolescent Health*, 58(5), 567–572. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2016.01.011>
- Guanaes, C. (2006). *A construção da mudança em Terapia de Grupo*. São Paulo: Vetor.
- Guanaes-Lorenzi, C. (2017). Recurso para a facilitação de grupos em um enfoque construcionista-social. In M. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações* (p. 399–418).
- Guanaes, C., & Mattos, A. T. R. de. (2011). Contribuições do Movimento Construcionista Social para o Trabalho com Famílias na Estratégia Saúde da Família. *Saúde e Sociedade*, 20(4), 1005-1017. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000400017>
- Gonzaga, D. K., & Guanaes-Lorenzi, C. (2019). Práticas colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 82-97.
- Hadna, A. H., & Nasrulhaq, N. (2019). Collaborating Local Government Agencies to Prevention Adolescent Reproductive Health in Makassar, Indonesia. *Otoritas : Jurnal Ilmu Pemerintahan*, 9(1), 12. <https://doi.org/10.26618/ojip.v9i1.2025>
- Harding, S. G. (1991). Why “Physics” Is a Bad Model for Physics. In *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women’s Lives* (Vol. 83, p. 77–103). <https://doi.org/10.1086/356278>
- Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, 1, 7–31. Recuperado de <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>
- Harding, S. (2004). The Feminist Standpoint Theory Reader. *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*, 1–15. Recuperado de www.routledge-ny.com%0Awww.routledge.co.uk

- Hare-Mustin, R. T., & Marecek, J. (1994). IV. Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. *Feminism & Psychology*, 4(4), 531–537.
- Hasnain, S. F., Johansson, E., Mogren, I., & Krantz, G. (2012). Young Adults' Perceptions on Life Prospects and Gender Roles as Important Factors to Influence Health Behaviour: A Qualitative Study from Karachi, Pakistan. *Global Journal of Health Science*, 4(3), 87–97. <https://doi.org/10.5539/gjhs.v4n3p87>
- Hayter, M., & Harrison, C. (2008). Gendered attitudes towards sexual relationships among adolescents attending nurse led sexual health clinics in England: A qualitative study. *Journal of Clinical Nursing*, 17(22), 2963–2971. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2008.02515.x>
- Hersted, L., Ness, O., & Frimann, S. (2020). Action research: Tradition and renewal. In L. Hersted, O. Ness, & S. Frimann (Ed.), *Action Research in a Relational Perspective* (3 – 16). London and New York: Routledge.
- Hill, L., & Hart, A. (2017). Gaining Knowledge about Resilient Therapy: How Can It Support Kinship Carers? *The British Journal of Social Work*, 47(5), 1290–1309. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw143>
- Hillier, L., Harrison, L., & Warr, D. (1998). “When you carry condoms all the boys think you want it”: Negotiating competing discourses about safe sex. *Journal of adolescence*, 21(1), 15–29.
- Hoadley, B., Smith, F., Wan, C., & Falkov, A. (2017). Incorporating Children and Young People's Voices in Child and Adolescent Mental Health Services Using The Family Model. *Social Inclusion*, 5(3), 183. <https://doi.org/10.17645/si.v5i3.951>
- Hollander, D. (2015). Computer-delivered program for middle school students has mixed results in initial trial. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 47(2), 107. <https://doi.org/10.1363/47e3615>
- hooks, bell (2018) *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- Japur, M., & Ruffino, C. (2015). Conversations to Promote Conversations. In E. Rasera (Org.), *Social Constructionist Perspectives on Group Work* (p. 101–112). Chagrin Falls: Taos Institute Publications.
- Josselson, R. (2004). The hermeneutics of faith and the hermeneutics of suspicion. *Narrative Inquiry*, 14(1), 1–28. <https://doi.org/10.1075/ni.14.1.01jos>
- Josselson, R. (2006). Narrative research and the challenge of accumulating knowledge. *Narrative Inquiry*. <https://doi.org/10.1075/ni.16.1.03jos>
- Juris, J. S., & Pleyers, G. H. (2009). Alter-activism: emerging cultures of participation among young global justice activists. *Journal of Youth Studies*, 12(1), 57–75. <https://doi.org/10.1080/13676260802345765>

- Kind, L. do N., & Cordeiro, R. de L. M. (2016). Narrativas acadêmicas ou sobre como contamos o que fazemos. In R. de L. M. Cordeiro & L. do N. Kind (Orgs.), *Narrativas, gênero e política* (p. 185–201). Curitiba: CRV.
- Kott, A. (2011). Family intervention may reduce HIV risk-taking in Hispanic adolescents. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 43(4), 267–268. <https://doi.org/10.1363/4326711>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 85 p.
- Kundera, M. (1985). *A insustentável leveza do ser*. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- Lacalle Zaldueño, C., & Pujol Ozonas, C. (2019). Mentoría e integración social en la universidad: El aprendizaje por servicio en un proyecto del grado de periodismo. *Educación XX1*, 22(2). doi:<https://doi.org/10.5944/educxx1.22694>
- Lorber, J. (2008). Constructing Gender: The Dancer and the Dance. In *Handbook of Constructionist research* (p. 531–544).
- Lou, C. H., Wang, B., Shen, Y., & Gao, E. S. (2004). Effects of a community-based sex education and reproductive health service program on contraceptive use of unmarried youths in Shanghai. *The Journal of adolescent health : official publication of the Society for Adolescent Medicine*, 34(5), 433–440. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2003.07.020>
- Macedo, E. O. S. de, & Conceição, M. I. G. (2013). Ações em grupo voltadas à promoção da saúde de adolescentes. *Journal of Human Growth and Development*, 23(2), 222–230. Recuperado em 16 de agosto de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822013000200016&lng=pt&tlng=pt.
- Macedo, E. O. S., & Conceição, M. I. G. (2015). Significações sobre Adolescência e Saúde entre Participantes de um Grupo Educativo de Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1059–1073. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000552014>
- Macintyre, A., Montero Vega, A., & Sagbakken, M. (2015). “Sexuality? A million things come to mind”: Reflections on gender and sexuality by Chilean adolescents. *Reproductive Health Matters*, 23(46), 85–95. <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2015.11.003>
- Maia, A. C. B., Eidt, N. M., Terra, B. M., & Maia, G. L. (2012). Educação Sexual Na Escola A Partir Da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo*, 17(1), 151–156. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000100017>
- Marcell, A. V., Allan, E., Clay, E. A., Watson, C., & Sonenstein, F. L. (2013). Effectiveness of a brief curriculum to promote condom and health care use among

- out-of-school young adult males. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 45(1), 33–40. <https://doi.org/10.1363/4503313>
- Marshall, B. (2008). Feminism and Constructionism. In J. Holstein & J. Gubrium (Orgs.), *Handbook of Constructionist research* (p. 687–700). New York London: The Guilford Press.
- Mason-Jones, A. J., Mathews, C., & Flisher, A. J. (2011). Can peer education make a difference? Evaluation of a South African adolescent peer education program to promote sexual and reproductive health. *AIDS and behavior*, 15(8), 1605–1611. <https://doi.org/10.1007/s10461-011-0012-1>
- Mbizvo, M. T., Kasule, J., Gupta, V., Rusakaniko, S., Kinoti, S. N., Mpanju-Shumbushu, W., ... Padayachy, J. (1997). Effects of a randomized health education intervention on aspects of reproductive health knowledge and reported behaviour among adolescents in Zimbabwe. *Social Science & Medicine*. Netherlands: Elsevier Science. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(96\)00204-3](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(96)00204-3)
- Mccall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Source: Signs*, 30(3), 1771–1800. <https://doi.org/10.1086/426800>
- McNamee, S. (2014). Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In C. Guanaes-Lorenzi, M. dos S. Moscheta, C. Corradi-Webster, & L. V. e Souza (Orgs.), *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. (p. 105–131). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- McNamee, S. (2017). Pesquisa como construção social: investigação transformativa. In M. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações* (p. 459–481). Curitiba: CRV.
- McNamee, S. (2020). Action research as ethical practice: Coordinating voices, expanding possibilities. In L. Hersted, O. Ness, & S. Frimann (Ed.), *Action Research in a Relational Perspective* (17 – 33). London and New York: Routledge.
- Melhado, L. (2010). Black adolescent females may benefit from STD interventions tailored to gender and culture. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 42(1), 66–67. <https://doi.org/10.1363/4206610>
- Melo, M. C. P. de, & Coelho, E. de A. C. (2011). Integralidade e cuidado a grávidas adolescentes na Atenção Básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2549–2558. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000500025>
- Minnis, A. M., vanDommelen-Gonzalez, E., Luecke, E., Dow, W., Bautista-Arredondo, S., & Padian, N. S. (2014). Yo Puedo--a conditional cash transfer and life skills intervention to promote adolescent sexual health: results of a randomized feasibility study in san francisco. *The Journal of adolescent health : official publication of the Society for Adolescent Medicine*, 55(1), 85–92. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.12.007>
- Mkumbo, K., Schaalma, H., Kaaya, S., Leerlooijer, J., Mbwambo, J., & Kilonzo, G.

- (2009). The application of Intervention Mapping in developing and implementing school-based sexuality and HIV/AIDS education in a developing country context: The case of Tanzania. *Scandinavian Journal of Public Health*, 37(2, Suppl), 28–36. <https://doi.org/10.1177/1403494808091345>
- Moraes, A., & Farias, P. S. de. (2018). Na academia. In Heloísa Buarque de Hollanda (Org.), *Explosão Feminista - Arte, Cultura, Política e Universidade* (p. 205–238). São Paulo: Companhia das Letras.
- Morgan, S., Pullon, S., Garrett, S., & McKinlay, E. (2019). Interagency collaborative care for young people with complex needs: Front-line staff perspectives. *Health & Social Care in the Community*, 27(4), 1019–1030. <https://doi.org/10.1111/hsc.12719>
- Moscheta, M. S. (2011). Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Moscheta, M. S., McNamee, S., & Santos, M. A. dos. (2017). Educação em saúde: uma reflexão a partir dos aportes construcionistas sociais. In M. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações* (p. 609–630). Curitiba: CRV.
- Moscheta, M. S., Souza, L. V., & Corradi-Webster, C. M. (2015). Social Constructionist Resources for Investigating and Working with Groups in Health-care. In E. Rasera (Org.), *Social Constructionist Perspectives on Group Work*. Chagrin Falls: Taos Institute Publications.
- Moscheta, M. S., Santos, J. C. dos, McNamee, S., & Santos, M. A. dos. (2014). Diálogo e transformação: estratégias para o trabalho com a diversidade sexual no contexto educacional. In C. Guanaes-Lorenzi, M. dos S. Moscheta, C. Corradi-Webster, & L. V. e Souza (Eds.), *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. (pp. 137–153). Rio de Janeiro: Editora Noos.
- Mukoma, W., Flisher, A. J., Ahmed, N., Jansen, S., Mathews, C., Klepp, K.-I., & Schaalma, H. (2009). Process evaluation of a school-based HIV/AIDS intervention in South Africa. *Scandinavian Journal of Public Health*, 37(2, Suppl), 37–47. <https://doi.org/10.1177/1403494808090631>
- Munro, E. (2013). Feminism: A Fourth Wave? Recuperado de <https://www.psa.ac.uk/psa/news/feminism-fourth-wave>
- Nascimento, M. A., Uziel, A. P., & Hernández, J. de G. (2018). Young men in juvenile detention centers in Rio de Janeiro, Brazil: gender, sexuality, masculinity and health implications. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(2), 1–8. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00177916>
- Nash, J. C. (2008). Rethinking Intersectionality. *Feminist Review*, 89, 1–15. Recuperado de www.feminist-review.com

- Nelson, E., Edmonds, A., Ballesteros, M., Encalada Soto, D., & Rodriguez, O. (2014). The unintended consequences of sex education: an ethnography of a development intervention in Latin America. *Anthropology & medicine*, 21(2), 189–201. <https://doi.org/10.1080/13648470.2014.918932>
- Ness, O., Borg, M., Semb, R., & Topor, A. (2016). “Negotiating partnerships:” parents’ experiences of collaboration in community mental health and substance use services. *Advances in Dual Diagnosis*, 9(4), 130–138. <https://doi.org/10.1108/ADD-04-2016-0010>
- Ness, O., Kvello, Ø., Borg, M., Semb, R., & Davidson, L. (2017). “Sorting things out together”: Young adults’ experiences of collaborative practices in mental health and substance use care. *American Journal of Psychiatric Rehabilitation*, 20(2), 126–142. <https://doi.org/10.1080/15487768.2017.1302369>
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (112), 137–153. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100007>
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Salvador, Bahia: Devires.
- Nogueira, C., Saavedra, L., & Costa, C. (2008). (In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. *Pro-Posições*, 19(2), 59–79. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200006>
- Ogletree, B. T., Brady, N., Bruce, S., Dean, E., Ronski, M., Sylvester, L., & Westling, D. (2017). Mary’s Case: An Illustration of Interprofessional Collaborative Practice for a Child With Severe Disabilities. *American Journal of Speech-Language Pathology*, 26(2), 217–226. https://doi.org/10.1044/2017_AJSLP-15-0065
- Oman, R. F., Vesely, S. K., Green, J., Fluhr, J., & Williams, J. (2016). Short-Term Impact of a Teen Pregnancy-Prevention Intervention Implemented in Group Homes. *The Journal of adolescent health : official publication of the Society for Adolescent Medicine*, 59(5), 584–591. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2016.07.002>
- Paiva, V. (2002). Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/ AIDS e o processo de emancipação psicossocial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 6(11), 25–38. <https://doi.org/10.1590/s1414-32832002000200003>
- Paiva, V. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia Em Estudo*, 13(4), 641–651. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000400002>
- Paiva, V. (2013). Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à aids. *Temas em Psicologia*, 21, 531–549. <https://doi.org/10.9788/tp2013.3-ee00-pt>
- Paiva, V. L. M. de O. e. (2008). A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira*

de *Linguística Aplicada*, 8(2), 261-266. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982008000200001>

- Paiva, V. S. F., Ayres, J. R., & Franca Junior, I. (2004). Expanding the flexibility of normative patterns in youth sexuality and prevention programs. *Sexuality Research & Social Policy*, 1(1), 1-15. doi:10.1525/srsp.2004.1.1.83
- Paiva, V., Garcia, J., Rios, L. F., Santos, A. O., Terto, V., & Munõz-Laboy, M. (2010). Religious communities and HIV prevention: An intervention study using a human rights-based approach. *Global Public Health: An International Journal for Research, Policy and Practice*, 5(3), 280–294. <https://doi.org/10.1080/17441691003677421>
- Paiva, V., & Silva, V. N. (2015). Facing negative reactions to sexuality education through a Multicultural Human Rights framework. *Reproductive Health Matters*, 23(46), 96–106. <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2015.11.015>
- Pellegrino, A. (2018). Política Representativa. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Explosão Feminista - Arte, Cultura, Política e Universidade* (p. 61–72). São Paulo: Companhia das Letras.
- Pérsico, B., & de Castro Figueiredo, M. (2008). Grupos de adesão como fonte de recursos no convívio com HIV/AIDS. *Revista da SPAGESP*, 9(1), 18–23. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702008000100004
- Peterson, S. S., McIntyre, L. J., & Glaés-Coutts, L. (2018). Collaborative action research in Northern Canadian rural and Indigenous schools: learning about young children’s oral language in play contexts. *Educational Action Research*, 26(5), 787–802. <https://doi.org/10.1080/09650792.2017.1402686>
- Pinheiro-Machado, R. (2020). Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres vão sofrer mais. Recuperado de <https://theintercept.com/2020/03/17/coronavirus-pandemia-opressao-social/>
- Pinto, P., & Nogueira, C. (2008). Heterossexuais-em-progresso: A construção mediática da “adolescência”. *Sexualidade & Planejamento Familiar*, 50, 16–22.
- Pontes, D., & Damasceno, P. (2017). As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. *Florianópolis: [sn]*.
- Prado, M. A. M., & Correa, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 444-448. Recuperado em 16 de agosto de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&tlng=pt.
- Prelock, P. A., Potvin, M.-C., & Savard, L. (2017). Interprofessional Education and Practice: A Family-Centered Approach to Autism. In *Seminars in speech and language* (Vol. 38, p. 360–367). Thieme Medical Publishers.

- Rasera, E. F., & Issa, C. L. G. (2007). A atuação do psicólogo em ONG/AIDS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(3), 566–575. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932007000300015>
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2001). Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 201–209. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722001000100017>
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2003). Grupo de apoio aberto para pessoas portadoras do HIV: a construção da homogeneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(1), 55–62. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2003000100007>
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor.
- Rasera, E. F., & Rocha, R. M. G. (2010). Sentidos sobre a prática grupal no contexto de saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 35–44. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100005>
- Rasera, E. F., Vieira, E. M., & Japur, M. (2004). Influence of gender and sexuality on the construction of being HIV positive: As experienced in a support group in Brazil. *Families, Systems and Health*, 22(3), 340–351. <https://doi.org/10.1037/1091-7527.22.3.340>
- Reigota, M. (1999). *Ecologistas*. Edunisc.
- Reis, A. T. (2019). As mulheres e as políticas públicas: os avanços e retrocessos em tempos de resistência. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, 20(1), 212–223. <https://doi.org/10.33026/peg.v20i1.6389>
- Reis, J. F. G. Dos (1990). Diariamente [gravado por Marisa Monte]. Em Mais [CD]. Rio de Janeiro: Phonomotor Records/EMI.
- Retrospectiva da política sexual em 2019. (2020). Recuperado de: https://sxpolitics.org/ptbr/retrospectiva-da-politica-sexual-em-2019/9997?fbclid=IwAR3E81H53q-NkpEO4CoVanMjsM1UUbgbMvpZZ_kaoJEUDSeFu5h_vPPADm0
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Rotz, M. E., & Dueñas, G. G. (2016). “Collaborative-ready” students: Exploring factors that influence collaboration during a longitudinal interprofessional education practice experience. *Journal of Interprofessional Care*, 30(2), 238–241. <https://doi.org/10.3109/13561820.2015.1086731>
- Saavedra, L., Nogueira, C., & Magalhães, S. (2010). Discursos de jovens adolescentes portugueses sobre sexualidade e amor: implicações para a educação sexual.

Educação & Sociedade, 31(110), 135–156. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000100008>

Sabino, E. (2020). A rota do coronavírus no Brasil. Recuperado 27 de março de 2020, de <http://agencia.fapesp.br/videos/#Vr9IqTBc5Po>

Sampaio, J., Santos, R. C. dos, Paixão, L. A., & Torres, T. S. (2010). Promoção da saúde sexual: desafios no Vale do São Francisco. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 499–506. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300010>

Sánchez Medina, R., Enríquez Negrete, D. J., & Robles Montijo, S. S. (2016). Evaluación de un programa de intervención para promover la salud sexual en adolescentes mexicanos en conflicto con la ley. *Acta Colombiana de Psicología*, 19(2), 257–268. <https://doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.11>

Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, (79), 71–94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

Saramago, J. (2002). *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sarvet, B. D., & Wegner, L. (2010). Developing Effective Child Psychiatry Collaboration with Primary Care: Leadership and Management Strategies. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 19(1), 139–148. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2009.08.004>

Sieving, R. E., McRee, A.-L., Secor-Turner, M., Garwick, A. W., Bearinger, L. H., Beckman, K. J., ... Resnick, M. D. (2014). Prime Time: Long-Term Sexual Health Outcomes Of a Clinic-Linked Intervention. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 46(2), 91–100. <https://doi.org/10.1363/46e0914>

Silva, J. (2018). Samba da Utopia [gravado por Ceumar]. *Single*.

Silva, W. A., Buchalla, C. M., Paiva, V., Latorre, M. do R. D. de O., Stall, R., & Hearst, N. (2002). Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids entre jogadores juniores. *Revista de Saúde Pública*, 36(4), 68–75. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000500010>

Souza, E., & Kind, L. (2017). Vidas que seguem: narrativas ficcionais de jovens vivendo com HIV/AIDS. *Psicologia em Revista*, 23(3), 1051–1068. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n3p1051-1068>.

Souza, L. V. e, & Santos, M. A. dos. (2009). A construção social de um grupo multifamiliar no tratamento dos transtornos alimentares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 483–492. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000300020>.

Souza, L. V., Oliveira, C. C. B., Silva, M. R., Andrade, L. C. S., & Martins, M. A. (2014). Construção de uma prática grupal em uma unidade básica de saúde. In C. Guanaes-Lorenzi, M. dos S. Moscheta, C. Corradi-Webster, & L. V. Souza (Orgs.), *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento* (1º ed, p.

49–72). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Spink, M. J. (2010). Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. *Quaderns De Psicologia*, 12(1), 41-56. doi:<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.752>.

Spink, M. J. (2013). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>

Stephanie, L., & Ferguson, S. L. (1998). Peer counseling in a culturally specific adolescent pregnancy prevention program. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 9(3), 322–340. <https://doi.org/10.1353/hpu.2010.0291>

Stephenson, J. M., Strange, V., Forrest, S., Oakley, A., Copas, A., Allen, E., Babiker, A., Black, S., Ali, M., Monteiro, H., Johnson, A. M., & RIPPLE study team (2004). Pupil-led sex education in England (RIPPLE study): cluster-randomised intervention trial. *Lancet (London, England)*, 364(9431), 338–346. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(04\)16722-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(04)16722-6)

Stewart, J., & Zediker, K. (2000). Dialogue as tensional, ethical practice. *Southern Journal of Communication*, 65(2-3), 224-242.

Stuart K. (2014). Collaborative agency to support integrated care for children, young people and families: an action research study. *International journal of integrated care*, 14, e006. <https://doi.org/10.5334/ijic.1171>

Thielking, M., Skues, J., & Le, V.-A. (2018). Collaborative Practices Among Australian School Psychologists, Guidance Officers and School Counsellors: Important Lessons for School Psychological Practice. *The Educational and Developmental Psychologist*, 35(1), 18–35. <https://doi.org/10.1017/edp.2018.4>

Unaided. Communities at the centre (2019). Recuperado de: https://www.unaids.org/en/20190716_GR2019_communities.

van Gessel, E., Picchiottino, P., Doureradjam, R., Nendaz, M., & Mèche, P. (2018). Interprofessional training: Start with the youngest! A program for undergraduate healthcare students in Geneva, Switzerland. *Medical Teacher*, 40(6), 595–599. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2018.1445207>

Varda, A. (diretora), & Rouget, D. (diretor) (2019). Varda por Agnès. [documentário]

Vasconcelos, A. C. de S., Monteiro, R. J. S., Facundes, V. L. D., Trajano, M. de F. C., & Gontijo, D. T. (2016). Eu virei homem!: A construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. *Saude e Sociedade*, 25(1), 186–197. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016145555>

- Vianna, E., & Stetsenko, A. (2011). Connecting Learning and Identity Development through a Transformative Activist Stance: Application in Adolescent Development in a Child Welfare Program. *Human Development*, 54(5), 313–338. <https://doi.org/10.1159/000331484>
- Yeo, T. E. D., & Chu, T. H. (2017). Sharing “sex secrets” on Facebook: A content analysis of youth peer communication and advice exchange on social media about sexual health and intimate relations. *Journal of Health Communication*, 22(9), 753–762. <https://doi.org/10.1080/10810730.2017.1347217>
- Zang, Y.-L., Liu, Q., & Pu, L.-Z. (2012). An interdisciplinary educational trial for adolescent health and development in urbanising China. *Journal of Clinical Nursing*, no-no. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2012.04115.x>
- Ziegler, M. F. (2019). Aids avança entre os jovens em cenário de cortes na saúde, alerta pesquisadora | AGÊNCIA FAPESP. Recuperado 15 de janeiro de 2020, de <http://agencia.fapesp.br/aids-avanca-entre-os-jovens-em-cenario-de-cortes-na-saude-alerta-pesquisadora/32210/>

